

MEMORANDO/Nº 102/2018/DINVEST

SGD: 2018/24839/015458

Em 20 de setembro de 2018.

De: Diretoria de Investimentos
Para: Protocolo

Assunto: Autuar Processo de Credenciamento da Vinci Gestão de Patrimônio Ltda

Senhor Responsável,

Solicito a atuação do processo de credenciamento da instituição financeira **VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA**, conforme Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108.

Atenciosamente,

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos

OYA743/TO	05230777000166	DETRAN	TO00190910	15/03/2018	16:24	5185-1
MVR4761/TO	04064642198	DETRAN	TO00190980	15/03/2018	16:41	5185-1
MWY0169/TO	88010287172	DETRAN	TO00190911	15/03/2018	16:27	5185-1
MWQ3638/TO	11141574659	DETRAN	TO00190979	15/03/2018	16:41	5185-1
NGZ6434/TO	87559994172	DETRAN	TO00190977	15/03/2018	16:38	5185-1
OLH9179/TO	01961700107	DETRAN	TO00190978	15/03/2018	16:40	5185-1
HNS5145/TO	01468942190	DETRAN	TO00190914	15/03/2018	16:41	5185-1
OLJ1968/TO	00145833128	DETRAN	TO00190915	15/03/2018	16:42	5185-1
QKA0064/TO	25053109000118	DETRAN	TO00191021	16/03/2018	08:26	5185-1
HDB492/TO	34500421068	DETRAN	TO00190974	15/03/2018	16:35	5185-1
MXB0029/TO	87339927115	DETRAN	TO00191022	16/03/2018	08:27	5185-1
MWD7722/TO	1136672000199	DETRAN	TO00191023	16/03/2018	08:30	5185-1
GUH6668/TO	30977959104	DETRAN	TO00190970	15/03/2018	16:32	5185-1
MVK3667/TO	49923374149	DETRAN	TO00176793	12/03/2018	18:16	5622-2
OLL9470/TO	92286886149	DETRAN	TO00190862	15/03/2018	09:01	5185-1
MVM0639/TO	48464864191	DETRAN	TO00191018	16/03/2018	08:18	5185-1
NGF0980/TO	38304040182	DETRAN	TO00191015	16/03/2018	08:06	5185-1
MWW7231/TO	06776728887	DETRAN	TO00191014	16/03/2018	08:04	5185-1
OLJ9504/TO	25609546899	DETRAN	TO00191013	16/03/2018	08:03	5185-1
NLS3411/TO	06616625192	DETRAN	TO00191011	15/03/2018	17:13	5185-1
NLG4947/TO	10580402000155	DETRAN	TO00190918	15/03/2018	16:52	5185-1
HPR7354/TO	95356010168	DETRAN	TO00190919	15/03/2018	16:53	5185-1
QKE0726/TO	06974555000110	DETRAN	TO00191009	15/03/2018	17:11	5185-1
OLH742/TO	34875832168	DETRAN	TO00190916	15/03/2018	16:43	5185-1
OQV7227/TO	91867762153	DETRAN	TO00191008	15/03/2018	17:09	5185-1
MXA9175/TO	13070339115	DETRAN	TO00190901	15/03/2018	15:41	5185-1
KEZ5864/TO	96407093104	DETRAN	TO00191007	15/03/2018	17:09	5185-1
QKQ0234/TO	60924040000909	DETRAN	TO00191006	15/03/2018	17:08	5185-1
QKD9689/TO	31114008168	DETRAN	TO00191005	15/03/2018	17:07	5185-1
NWE5253/TO	96405686191	DETRAN	TO00191004	15/03/2018	17:06	5185-1
OLN0256/TO	81413750168	DETRAN	TO00190930	15/03/2018	17:12	5185-1
OLN5730/TO	60924040000909	DETRAN	TO00190931	15/03/2018	17:13	5185-1
MXG5808/TO	58680705187	DETRAN	TO00190932	15/03/2018	17:14	5185-1
NVU4508/TO	92220983153	DETRAN	TO00166718	13/03/2018	16:17	5967-0
MVU5596/TO	09432515168	DETRAN	TO00190934	15/03/2018	17:15	5185-1
OLH6220/TO	81076320600	DETRAN	TO00190905	15/03/2018	16:17	6580-0
OLH6315/TO	13678363000122	DETRAN	TO00190907	15/03/2018	16:19	5183-0
MWX3304/TO	98334069120	DETRAN	TO00166709	13/03/2018	15:25	7366-2
MXD7725/TO	00053946006	DETRAN	TO00166742	14/03/2018	09:05	7633-2
MVT9803/TO	91451094191	DETRAN	TO00166728	13/03/2018	20:02	7633-2
MVP4253/TO	28758331115	DETRAN	TO00166711	13/03/2018	16:08	7048-1
JV12438/TO	01323316167	DETRAN	TO00190935	15/03/2018	17:17	5185-1
MXA1251/TO	08152632104	DETRAN	TO00190926	15/03/2018	17:05	5185-1
JPG1001/TO	86932888149	DETRAN	TO00190925	15/03/2018	17:04	5185-1
OQF3768/TO	96181680187	DETRAN	TO00190928	15/03/2018	17:09	5185-1
MWE2712/TO	17716322320	DETRAN	TO00190929	15/03/2018	17:10	5185-1
OLH0099/TO	07248680000135	DETRAN	TO00176797	13/03/2018	08:13	5185-1
JIP6515/TO	14763583115	DETRAN	TO00190927	15/03/2018	17:06	5185-1
DOD0833/TO	6424628134	DETRAN	TO00176795	13/03/2018	08:10	5185-1
MWE3789/TO	73599727104	DETRAN	TO00176794	13/03/2018	08:08	5185-1
OLN7082/TO	00896274000100	DETRAN	TO00191019	16/03/2018	08:19	5185-1
QKA3300/TO	00505900149	DETRAN	TO00191003	15/03/2018	17:01	5185-1
MWB4204/TO	02723671178	DETRAN	TO00191000	15/03/2018	16:59	5185-1
NRG6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190997	15/03/2018	16:58	5185-1
OYC7724/TO	88433820125	DETRAN	TO00190995	15/03/2018	16:56	5185-1
MXE9579/TO	0496884304	DETRAN	TO00190996	15/03/2018	16:57	5185-1
MWV4830/TO	01007058129	DETRAN	TO00190994	15/03/2018	16:56	5185-1
HPN8974/TO	82693412153	DETRAN	TO00190989	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC0770/TO	39859304815	DETRAN	TO00190990	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC7038/TO	01198795115	DETRAN	TO00190986	15/03/2018	16:52	5185-1
MWY3821/TO	80813550149	DETRAN	TO00190985	15/03/2018	16:48	5185-1
KDV0795/TO	80325343187	DETRAN	TO00190982	15/03/2018	16:42	5185-1
KCN2782/TO	81735880159	DETRAN	TO00190936	16/03/2018	08:35	5010-0
NRG6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190946	16/03/2018	08:10	7633-1
NVT9920/TO	55770991704	DETRAN	TO00176792	12/03/2018	15:40	5185-1
OKD0969/TO	34029567649	DETRAN	TO00176800	13/03/2018	09:37	5185-1
OLN609/TO	04675602185	DETRAN	TO00176799	13/03/2018	09:37	5185-1
PVB4066/TO	92132618100	DETRAN	TO00190861	15/03/2018	09:01	5185-1
JEY4008/TO	05110692190	DETRAN	TO00190777	14/03/2018	09:37	6670-0
DUH2840/TO	85867642153	DETRAN	TO00190869	15/03/2018	09:17	5185-1
OKE1438/TO	85176753120	DETRAN	TO00190852	14/03/2018	15:36	5185-1
MXD2448/TO	11372147000129	DETRAN	TO00190854	14/03/2018	15:37	5185-1
HLB0042/TO	34557651810	DETRAN	TO00190855	14/03/2018	15:38	5185-1
MWE6631/TO	40979423104	DETRAN	TO00190856	14/03/2018	15:39	5185-1
MWX0265/TO	25052507000110	DETRAN	TO00190857	14/03/2018	15:39	5185-1
OKP1208/TO	00292147000121	DETRAN	TO00190850	14/03/2018	15:42	5185-1

IGEPREV-TOCANTINS

PORTARIA Nº 569, DE 07 DE MAIO DE 2018.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no art. 20, inc. X, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008,

Considerando o lançamento do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos, por este Instituto;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria IGEPREV nº 729, de 19 de setembro de 2013, que aprova a Política de Credenciamento de Instituições Financeiras e Gestoras de Carteira do RPPS Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

O IGEPREV/TO - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.091.307/0001-76, com sede na Av. Teotônio Segurado, 302 Norte, QI 01, Al. 05, Lts. 02 e 03, Palmas/TO, neste ato representado pelo seu Presidente SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA, servidor público, residente e domiciliado em Palmas/TO, Gestor do RPPS, conforme Ato nº 579, de 19 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira e fundos de investimentos, em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e de Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Ministério da Fazenda/Secretaria da Previdência.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Instituto de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do INSTITUTO.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição;
- d) Terceirizem a sua área de distribuição de produtos para investidores institucionais, excetuando aquelas que comprovem ter contrato de exclusividade.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecendo as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

- a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;
- b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.
- c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.
- d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;
- e) Comprovação de filiação à ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física - CPF e RG de seus atuais administradores;
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da Lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica:

- a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo, e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.
- b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.
- c) Declaração de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

e) Preencher corretamente os Anexos VIII e IX ou fornecer Due Diligence conforme previsão na NOTA TÉCNICA Nº 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, sendo "Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento - Seção 1 - Informações sobre a Empresa" e "Seção 2 - Informações sobre o Fundo de Investimento", devidamente preenchidos e com seus anexos;

f) Relatório de Rating's atualizado de Agência Classificadora de Risco com experiência internacional, podendo ser nacional, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS, após análise da Equipe de Investimentos, cujo grau de avaliação será definido pela Política Anual de Investimentos do IGEPREV/TO;

3.2 Documentos Referentes à Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço Patrimonial dos 3 (três) últimos exercícios;
- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;
- c) Demonstrativos constando os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral ou índice de Basileia, extraídos dos balanços dos 3 (três) últimos exercícios, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade.

3.2.1 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

- a. 1) Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- a. 2) Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;
- a. 3) Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.2.2 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.2.2.1 Os quesitos e documentos supramencionados serão submetidos à análise do Gestor do INSTITUTO.

3.2.3 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.2.4 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2.5 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.6 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.2.7 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.8 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.3 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.3.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.3.2 Os documentos de credenciamento serão analisados pela Diretoria de Investimentos do Instituto, que emitirá um Parecer Técnico, e pelo Comitê de Investimentos.

3.3.3 Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.3.4 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o INSTITUTO qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.1 Os documentos deverão ser entregues na sede do INSTITUTO, nos dias úteis, no horário local das 8:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo único;

4.2 Toda instituição que possui aplicação financeira no Instituto está OBRIGADA a providenciar o credenciamento nos termos deste Edital no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da sua publicação, sob pena de ser declarada inapta para gestão dos recursos.

4.2.1 Após o decurso do prazo, não ocorrendo o credenciamento o Instituto solicitará resgate de todo valor aplicado na instituição que deixou de atender o chamamento público para o credenciamento.

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, durante a vigência do presente Edital, para as instituições que não possuam aplicações de recursos financeiros do Instituto.

5. DOS PRAZOS

5.1 Depois de instruída a solicitação para credenciamento, a Diretoria de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da documentação, para analisar e emitir parecer técnico.

5.2 Caso, durante a análise da solicitação de credenciamento, seja verificado que algum documento não foi entregue ou foi entregue parcialmente, o Diretor de Investimentos emitirá Carta de Exigência à respectiva Instituição interessada, contendo a relação de documentos faltantes, a qual terá 30 (trinta) dias para apresentá-los, ficando suspenso o prazo de análise estabelecido no subitem anterior, retomando a contagem a partir da apresentação de todos os documentos solicitados.

5.3 A não apresentação da documentação no prazo estipulado para credenciamento, ou apresentação de documentos contendo vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital, acarretará a inabilitação da Instituição interessada.

5.4 Realizada a análise de que trata o subitem 5.1, havendo parecer favorável, o processo de credenciamento é submetido à aprovação do Comitê de Investimentos que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, deliberará sobre a matéria, juntando a ata da reunião aos autos do processo.

5.5 Após aprovação do Comitê de Investimentos, o Presidente do IGEPREV-TOCANTINS, no prazo máximo de 10 (dez) dias, homologará o procedimento e declarará CREDENCIADA a Instituição.

5.6 Aprovado pelo Comitê de Investimentos e homologado pelo Presidente do Instituto, o processo de credenciamento é finalizado com o ato de publicação da Instituição credenciada no sítio do IGEPREV-TOCANTINS e na imprensa oficial do Estado, em no máximo 2 (dois) dias.

6. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

6.1 A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita a qualquer tempo, durante sua vigência.

6.2 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

6.3 Os recursos contra decisões do INSTITUTO não terão efeito suspensivo. Caberá ao Comitê de Investimentos decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

6.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5 Em caso de indeferimento do pedido de credenciamento, haverá comunicação expressa ao interessado, ficando assegurado o direito de recurso ao credenciante em até 5 (cinco) dias a contar da publicação na imprensa oficial do Estado.

5.6 Havendo indeferimento dos pedidos de credenciamento, facultam-se aos interessados apresentarem novos pedidos, a contar da data de publicação do indeferimento do credenciante na imprensa oficial do Estado.

7. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

7.1 O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de homologação que deverá ser publicado no site do RPPS, visto que o "Atestado de Credenciamento" foi substituído pelo preenchimento da Aba Credenciamento do novo DAIR a partir de janeiro de 2017.

7.2 A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 30 (trinta) dias antes do vencimento deste prazo.

7.3 As instituições financeiras que já administram ou gerenciam recursos do INSTITUTO ficam cientes de que o não credenciamento implica na solicitação de resgate dos recursos aplicados ou solicitação de substituição da prestação de serviço, ou ainda, não havendo sucesso nos pleitos, comunicação formal a CVM e a SPS afim de não prejudicar o INSTITUTO na comunicação do DAIR.

8. DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízos das demais sanções previstas em Lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1 O INSTITUTO poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013;

e) Não apresentar resultados satisfatórios na administração/gestão de fundo de investimento, e estará impedida pelo período de 6 (seis) meses de requerer novo credenciamento.

9.2 Não se aplica o descredenciamento nas situações em que o IGEPREV-TOCANTINS tenha aplicado recursos em Fundos com prazo de carência ou vigência pré-definida, cessando a impossibilidade de aplicação da penalidade no cumprimento do respectivo prazo.

9.3 Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

9.4 Na hipótese de descredenciamento o INSTITUTO emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Edital e seus anexos estão disponíveis na sede do INSTITUTO e no site <http://www.igeprev.to.gov.br/>.

10.2 O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

10.3 Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

10.4 O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao INSTITUTO em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

10.5 As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

10.6 Toda a documentação ficará à disposição dos Conselheiros, Membros do Comitê de Investimentos, Segurados, Aposentados e pensionistas para consulta.

10.7 Aos casos omissos neste Edital aplicam-se os dispositivos da Resolução CMN nº 3.922/2011 e da Portaria MPS nº 519/2011, sendo, em último recurso, dirimidos pelo Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS.

10.8 O presente edital tem vigência de 12 (doze) meses contados da sua publicação.

11. ANEXOS

11.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora, substituível pelo Questionário Due Diligence QDD - Seção 1;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento, substituível pelo Questionário Due Diligence QDD - Seção 2;

Palmas/TO, aos 7 dias do mês de maio de 2018.

SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

ANEXO I

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO II

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO III

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO IV

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (papel com logomarca ou identificação da empresa)

Ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
XXXXX
Gestor do RPPS

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS							
Nome/Razão Social:							
Informações sobre a Política de Distribuição:							
II.6 – Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):				II.7 - Perfil Atual da Carteira do RPPS			
Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio o total dos fundos (R\$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	% do Total de recursos do RPPS	Posição Atual (R\$)	Situação do segmento da carteira quanto a performance/comportamento dos riscos (texto)

III – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO			
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos
IV – CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento			
Data			
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

	Resumo das informações do Fundo de Investimento: (Posição Atual):			Análise do responsável pelo Credenciamento:
Composição da carteira atual (5 espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos)	Espécie de ativo		% do PL	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo	
	1.			
	2.			
	3.			

Investimento				
Fundo	Do gestor /adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos		
1.				
2.				
3.				
.....				
Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo	% do PL do Fundo:			
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)	Parte relacionada (S/N) (art. 102, §1º inc. II e III da ICVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo	% do PL
Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada				
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)				
Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida			
	Agencia			
	Data			
	Outros			
Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:			
	Classe de modelos utilizada informada:			
	Principal fator de risco a que o fundo está exposto:			
	Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:			
Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez				
Regras de liquidez para ativos específicos do Fundo				
Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:			
Outros critérios de análise				
VII.4 - Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:				
VII.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento, relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2018 e /2018, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:				
Data				
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura	

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 005/2018

CONVÊNIO Nº: 005/2018
 PROCESSO Nº: 2018.1071.401930PA
 CONVENIENTE: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Tocantins - IGEPREV
 CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEPTO.
 OBJETO: Constituir a celebração do convênio à concessão de empréstimos e negociações, por meio do sistema de consignação VIABILIZE com averbação das prestações decorrentes em folhas de pagamento, aos servidores que estão vinculados ao IGEPREV.
 VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a partir da data da assinatura.
 DATA DA ASSINATURA: 08/05/2018.
 SIGNATÁRIOS: - Sharlles Fernando Bezerra Lima - IGEPREV/TOCANTINS
 - Priscila Duarte Bittar - AEPTO/TOCANTINS

NATURATINS

PORTARIA/NATURATINS Nº 193, DE 08 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas através do Ato nº 579 - NM, de 19 de abril de 2017, publicado no DOE nº 5.095, pág. 01 e 02,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, nos casos de impedimentos e afastamento legal dos titular, do contrato elencado a seguir:

FISCAL	SUBSTITUTO	Nº PROCESSO E CONTRATO	OBJETO
Ivaci Rodrigues Souza Mat. 6230202	Francisco das chagas Silva Alves Mat. 39424	2018/4031/00132 Cont.010/2018	Assinatura anual de ferramenta de pesquisa - Banco de Preço

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças, sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, e comunicar imediatamente através de relatório à Diretoria de Administração e Finanças, para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências;

VI - justificar ocorrências e promover o atendimento de eventuais diligências dos órgãos de controle;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

XI - desempenhar outras atribuições correlatas ao encargo.

Art. 3º Revogam-se as Disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE KLEBER NEIVA BRITO

OYA3743/TO	05230777000166	DETRAN	TO00190910	15/03/2018	16:24	5185-1
MVR4761/TO	04064642198	DETRAN	TO00190980	15/03/2018	16:41	5185-1
MWV0169/TO	88010287172	DETRAN	TO00190911	15/03/2018	16:27	5185-1
MWQ3638/TO	11141574659	DETRAN	TO00190979	15/03/2018	16:41	5185-1
NGZ6434/TO	87559994172	DETRAN	TO00190977	15/03/2018	16:38	5185-1
OLH9179/TO	01961700107	DETRAN	TO00190978	15/03/2018	16:40	5185-1
HNS5145/TO	01468942190	DETRAN	TO00190914	15/03/2018	16:41	5185-1
OLJ1968/TO	00145633128	DETRAN	TO00190915	15/03/2018	16:42	5185-1
OKA0064/TO	25053109000118	DETRAN	TO00191021	16/03/2018	08:26	5185-1
HDB6492/TO	34500421068	DETRAN	TO00190974	15/03/2018	16:35	5185-1
MXB0029/TO	87339927115	DETRAN	TO00191022	16/03/2018	08:27	5185-1
MWD7722/TO	11336672000199	DETRAN	TO00191023	16/03/2018	08:30	5185-1
GUH6668/TO	30977959104	DETRAN	TO00190970	15/03/2018	16:32	5185-1
MWV3667/TO	49923374149	DETRAN	TO00176793	12/03/2018	18:16	5622-2
OLL9470/TO	92288886149	DETRAN	TO00190862	15/03/2018	09:01	5185-1
MVM0639/TO	48464864191	DETRAN	TO00191018	16/03/2018	08:18	5185-1
NGF0980/TO	38304040182	DETRAN	TO00191015	16/03/2018	08:06	5185-1
MWW7231/TO	06776728887	DETRAN	TO00191014	16/03/2018	08:04	5185-1
OLJ9504/TO	25509546889	DETRAN	TO00191013	16/03/2018	08:03	5185-1
NLS3411/TO	06616625192	DETRAN	TO00191011	15/03/2018	17:13	5185-1
NLG4947/TO	10508402000155	DETRAN	TO00190918	15/03/2018	16:52	5185-1
HPR7354/TO	95356010168	DETRAN	TO00190919	15/03/2018	16:53	5185-1
QKE0726/TO	06974555000110	DETRAN	TO00191009	15/03/2018	17:11	5185-1
OLH7742/TO	34875832168	DETRAN	TO00190916	15/03/2018	16:43	5185-1
OQV7227/TO	91867762153	DETRAN	TO00191008	15/03/2018	17:09	5185-1
MXA9175/TO	13070339115	DETRAN	TO00190901	15/03/2018	15:41	5185-1
KEZ5864/TO	96407093104	DETRAN	TO00191007	15/03/2018	17:09	5185-1
QKK0234/TO	60924040000909	DETRAN	TO00191006	15/03/2018	17:08	5185-1
QKD0989/TO	31114008168	DETRAN	TO00191005	15/03/2018	17:07	5185-1
NWE5253/TO	96405686191	DETRAN	TO00191004	15/03/2018	17:06	5185-1
OLN0256/TO	81413750168	DETRAN	TO00190930	15/03/2018	17:12	5185-1
OLN6730/TO	60924040000909	DETRAN	TO00190931	15/03/2018	17:13	5185-1
MXG5808/TO	58680705187	DETRAN	TO00190932	15/03/2018	17:14	5185-1
NVL4508/TO	92220983153	DETRAN	TO00166718	13/03/2018	16:17	5967-0
MVU5596/TO	09432515168	DETRAN	TO00190934	15/03/2018	17:15	5185-1
OLH6220/TO	81076320600	DETRAN	TO00190905	15/03/2018	16:17	6580-0
OLH6315/TO	13678363000122	DETRAN	TO00190907	15/03/2018	16:19	5193-0
MWV3304/TO	98334069120	DETRAN	TO00166709	13/03/2018	15:25	7366-2
MXD7725/TO	00053946006	DETRAN	TO00166742	14/03/2018	09:05	7633-2
MVT9803/TO	91451094191	DETRAN	TO00166728	13/03/2018	20:02	7633-2
MVP4253/TO	28758331115	DETRAN	TO00166711	13/03/2018	16:08	7048-1
JVI2438/TO	01323316167	DETRAN	TO00190935	15/03/2018	17:17	5185-1
MXA1251/TO	08152632104	DETRAN	TO00190926	15/03/2018	17:05	5185-1
JPG1001/TO	86932888149	DETRAN	TO00190925	15/03/2018	17:04	5185-1
OQF3768/TO	96181680187	DETRAN	TO00190928	15/03/2018	17:09	5185-1
MWE2712/TO	17716322320	DETRAN	TO00190929	15/03/2018	17:10	5185-1
OLN0099/TO	07248660000135	DETRAN	TO00176797	13/03/2018	08:13	5185-1
JIP6515/TO	14763583115	DETRAN	TO00190927	15/03/2018	17:06	5185-1
DOD0833/TO	64244628134	DETRAN	TO00176795	13/03/2018	08:10	5185-1
MWE3789/TO	73599727104	DETRAN	TO00176794	13/03/2018	08:08	5185-1
OLN7082/TO	00896274000100	DETRAN	TO00191019	16/03/2018	08:19	5185-1
QKA3300/TO	00505900149	DETRAN	TO00191003	15/03/2018	17:01	5185-1
MWB4204/TO	02723671178	DETRAN	TO00191000	15/03/2018	16:59	5185-1
NRO6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190997	15/03/2018	16:58	5185-1
OYC7724/TO	88433820125	DETRAN	TO00190995	15/03/2018	16:56	5185-1
MXE9579/TO	04966884304	DETRAN	TO00190996	15/03/2018	16:57	5185-1
MWV4830/TO	01007058129	DETRAN	TO00190994	15/03/2018	16:56	5185-1
HPN8974/TO	82693412153	DETRAN	TO00190989	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC0770/TO	39859304815	DETRAN	TO00190990	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC7038/TO	81198795115	DETRAN	TO00190986	15/03/2018	16:52	5185-1
MWV3821/TO	80813550149	DETRAN	TO00190985	15/03/2018	16:48	5185-1
KDV0795/TO	80325343187	DETRAN	TO00190982	15/03/2018	16:42	5185-1
KDN2782/TO	81735880159	DETRAN	TO00190936	16/03/2018	08:35	5010-0
NRO6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190946	16/03/2018	08:10	7633-1
NVT9920/TO	55770991704	DETRAN	TO00176792	12/03/2018	15:40	5185-1
QKD0969/TO	34029567649	DETRAN	TO00176800	13/03/2018	09:37	5185-1
OLN6609/TO	04675602185	DETRAN	TO00176799	13/03/2018	09:37	5185-1
PVB4066/TO	92132618100	DETRAN	TO00190961	15/03/2018	09:01	5185-1
JEY4008/TO	05110692190	DETRAN	TO00190777	14/03/2018	09:37	6670-0
DUH2840/TO	86687642153	DETRAN	TO00190869	15/03/2018	09:17	5185-1
QKE1438/TO	85176753120	DETRAN	TO00190852	14/03/2018	15:36	5185-1
MXD2448/TO	11372147000129	DETRAN	TO00190854	14/03/2018	15:37	5185-1
HLB0042/TO	34557651810	DETRAN	TO00190855	14/03/2018	15:38	5185-1
MWE6631/TO	40979423104	DETRAN	TO00190856	14/03/2018	15:39	5185-1
MWV0265/TO	25052507000110	DETRAN	TO00190857	14/03/2018	15:39	5185-1

IGEPREV-TOCANTINS

PORTARIA Nº 569, DE 07 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no art. 20, inc. X, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008,

Considerando o lançamento do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos, por este Instituto;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria IGEPREV nº 729, de 19 de setembro de 2013, que aprova a Política de Credenciamento de Instituições Financeiras e Gestoras de Carteira do RPPS Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

O IGEPREV/TO - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.091.307/0001-76, com sede na Av. Teotônio Segurado, 302 Norte, QI 01, Al. 05, Lts. 02 e 03, Palmas/TO, neste ato representado pelo seu Presidente SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA, servidor público, residente e domiciliado em Palmas/TO, Gestor do RPPS, conforme Ato nº 579, de 19 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira e fundos de investimentos, em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e de Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Ministério da Fazenda/Secretaria da Previdência.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Instituto de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do INSTITUTO.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição;
- d) terceirizem a sua área de distribuição de produtos para investidores institucionais, excetuando aquelas que comprovem ter contrato de exclusividade.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecendo as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

- a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;
- b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.
- c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.
- d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;
- e) Comprovação de filiação à ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física - CPF e RG de seus atuais administradores;
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da Lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica:

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo, e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

e) Preencher corretamente os Anexos VIII e IX ou fornecer Due Diligence conforme previsão na NOTA TÉCNICA Nº 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, sendo "Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento - Seção 1 - Informações sobre a Empresa" e "Seção 2 - Informações sobre o Fundo de Investimento", devidamente preenchidos e com seus anexos;

f) Relatório de Rating's atualizado de Agência Classificadora de Risco com experiência internacional, podendo ser nacional, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS, após análise da Equipe de Investimentos, cujo grau de avaliação será definido pela Política Anual de Investimentos do IGEPREV/TO;

3.2 Documentos Referentes à Qualificação Econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial dos 3 (três) últimos exercícios;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;

c) Demonstrativos constando os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral ou índice de Basileia, extraídos dos balanços dos 3 (três) últimos exercícios, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade.

3.2.1 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a. 1) Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a. 2) Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a. 3) Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.2.2 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.2.2.1 Os quesitos e documentos supramencionados serão submetidos à análise do Gestor do INSTITUTO.

3.2.3 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.2.4 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2.5 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.6 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.2.7 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.8 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.3 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.3.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.3.2 Os documentos de credenciamento serão analisados pela Diretoria de Investimentos do Instituto, que emitirá um Parecer Técnico, e pelo Comitê de Investimentos.

3.3.3 Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.3.4 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o INSTITUTO qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.1 Os documentos deverão ser entregues na sede do INSTITUTO, nos dias úteis, no horário local das 8:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo único;

4.2 Toda instituição que possui aplicação financeira no Instituto está OBRIGADA a providenciar o credenciamento nos termos deste Edital no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da sua publicação, sob pena de ser declarada inapta para gestão dos recursos.

4.2.1 Após o decurso do prazo, não ocorrendo o credenciamento o Instituto solicitará resgate de todo valor aplicado na instituição que deixou de atender o chamamento público para o credenciamento.

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, durante a vigência do presente Edital, para as instituições que não possuam aplicações de recursos financeiros do Instituto.

5. DOS PRAZOS

5.1 Depois de instruída a solicitação para credenciamento, a Diretoria de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da documentação, para analisar e emitir parecer técnico.

5.2 Caso, durante a análise da solicitação de credenciamento, seja verificado que algum documento não foi entregue ou foi entregue parcialmente, o Diretor de Investimentos emitirá Carta de Exigência à respectiva Instituição interessada, contendo a relação de documentos faltantes, a qual terá 30 (trinta) dias para apresentá-los, ficando suspenso o prazo de análise estabelecido no subitem anterior, retomando a contagem a partir da apresentação de todos os documentos solicitados.

5.3 A não apresentação da documentação no prazo estipulado para credenciamento, ou apresentação de documentos contendo vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital, acarretará

5.4 Realizada a análise de que trata o subitem 5.1, havendo parecer favorável, o processo de credenciamento é submetido à aprovação do Comitê de Investimentos que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, deliberará sobre a matéria, juntando a ata da reunião aos autos do processo.

5.5 Após aprovação do Comitê de Investimentos, o Presidente do IGEPREV-TOCANTINS, no prazo máximo de 10 (dez) dias, homologará o procedimento e declarará CREDENCIADA a Instituição.

5.6 Aprovado pelo Comitê de Investimentos e homologado pelo Presidente do Instituto, o processo de credenciamento é finalizado com o ato de publicação da Instituição credenciada no sítio do IGEPREV-TOCANTINS e na imprensa oficial do Estado, em no máximo 2 (dois) dias.

6. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

6.1 A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita a qualquer tempo, durante sua vigência.

6.2 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

6.3 Os recursos contra decisões do INSTITUTO não terão efeito suspensivo. Caberá ao Comitê de Investimentos decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

6.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5 Em caso de indeferimento do pedido de credenciamento, haverá comunicação expressa ao interessado, ficando assegurado o direito de recurso ao credenciante em até 5 (cinco) dias a contar da publicação na imprensa oficial do Estado.

5.6 Havendo indeferimento dos pedidos de credenciamento, facultam-se aos interessados apresentarem novos pedidos, a contar da data de publicação do indeferimento do credenciante na imprensa oficial do Estado.

7. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

7.1 O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de homologação que deverá ser publicado no site do RPPS, visto que o "Atestado de Credenciamento" foi substituído pelo preenchimento da Aba Credenciamento do novo DAIR a partir de janeiro de 2017.

7.2 A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 30 (trinta) dias antes do vencimento deste prazo.

7.3 As instituições financeiras que já administram ou gerenciam recursos do INSTITUTO ficam cientes de que o não credenciamento implica na solicitação de resgate dos recursos aplicados ou solicitação de substituição da prestação de serviço, ou ainda, não havendo sucesso nos pleitos, comunicação formal a CVM e a SPS afim de não prejudicar o INSTITUTO na comunicação do DAIR.

8. DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízos das demais sanções previstas em Lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1 O INSTITUTO poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013;

e) Não apresentar resultados satisfatórios na administração/gestão de fundo de investimento, e estará impedida pelo período de 6 (seis) meses de requerer novo credenciamento.

9.2 Não se aplica o descredenciamento nas situações em que o IGEPREV-TOCANTINS tenha aplicado recursos em Fundos com prazo de carência ou vigência pré-definida, cessando a impossibilidade de aplicação da penalidade no cumprimento do respectivo prazo.

9.3 Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

9.4 Na hipótese de descredenciamento o INSTITUTO emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Edital e seus anexos estão disponíveis na sede do INSTITUTO e no site <http://www.igeprev.to.gov.br/>.

10.2 O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

10.3 Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

10.4 O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao INSTITUTO em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

10.5 As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

10.6 Toda a documentação ficará à disposição dos Conselheiros, Membros do Comitê de Investimentos, Segurados, Aposentados e pensionistas para consulta.

10.7 Aos casos omissos neste Edital aplicam-se os dispositivos da Resolução CMN nº 3.922/2011 e da Portaria MPS nº 519/2011, sendo, em último recurso, dirimidos pelo Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS.

10.8 O presente edital tem vigência de 12 (doze) meses contados da sua publicação.

11. ANEXOS

11.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora, substituível pelo Questionário Due Diligence QDD - Seção 1;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento, substituível pelo Questionário Due Diligence QDD - Seção 2;

Palmas/TO, aos 7 dias do mês de maio de 2018.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

ANEXO I

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO II

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO III

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO IV

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (papel com logomarca ou identificação da empresa)

XXXXX
Ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
Gestor do RPPS

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO V

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VI

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP _____ Município _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no [Título], DECLARA, sob as penas da Lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VII

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa _____, CNPJ _____, localizada à Rua _____ nº _____ bairro _____, neste município, já executou ou está executando os serviços (descrever os serviços realizados suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do [Título], de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VIII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

(Substituível pelo Questionário Due Diligence QDD – Seção 1)

IGEPREV

Fl. 09

Ass.

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO

Número do Termo de Análise de Credenciamento	/2018
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS			
Ente Federativo	ESTADO DO TOCANTINS	CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS	IGEPREV/TO	CNPJ	25.091.307/0001-76
Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? (X) SIM () NÃO			
1. Tipo de ato normativo/edital	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018	Data	
2. Critérios:			
a. Atender a Resolução 3922/2010;			
b. Atender a Resolução 519/2011; e			
c. Atender a Política Anual de Investimentos do Instituto.			

II - Instituição a ser credenciada			
Administrador	Gestor	Administrador/Gestor	Corretora/Distribuidor
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Data	
E-mail (s)		Constituição	
Data do registro na CVM		Telefone (s)	
Principal contato com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone

II.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):			
Identificação do documento analisado	Data do doc.	Data de validade das certidões*	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento - Seção 1 e seus Anexos			
2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			
3. Certidão da Fazenda Municipal*			
4. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital*			
5. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União*			
6. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS*			
7. Relatórios de Gestão de Qualidade			
8. Relatórios de Rating			

II.2 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):			
Resultado de pesquisas ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crs/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:			
Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação
Resultado da análise destas informações:			

II.3 - Classificação do Risco da Instituição (art. 15, §2º da Resolução CMN nº 3.922/2010):			
Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
Principais riscos associados à Instituição:			

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/Gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):						
Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R\$)	Patrimônio total sob admin/ gestão (R\$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin/ gestão (R\$)	Nº de fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin/ gestão
/2016						
Dez/2015						
Dez/2014						
Dez/2013						
Dez/2012						

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos:

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS	
Nome/Razão Social:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

II.6 - Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):				II.7 - Perfil Atual da Carteira do RPPS		
Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R\$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	% do Total de recursos do RPPS	Situação do segmento da carteira quanto a performance/comportamento dos riscos (texto)
FI 100% títulos do TN						

FI Renda							
Fixa/Referenciados							
FI de Índices							
Referenciados em Renda							
Fixa							
FI de Renda Fixa							
FI de Índices							
Referenciados em Renda							
Fixa							
FI em Direitos Creditórios							
FI Renda Fixa "Crédito Privado"							
FI Ações referenciados							
FI de Índices							
Referenciados em Ações							
FI em Ações							
FI Multimercado							
FI em Participações							
FI Imobiliário							
FI Ações referenciados							

III – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO			
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos

IV – CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento

Data			
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

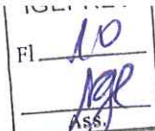
ANEXO IX

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

(Substituível pelo *Questionário Due Diligence QDD* – Seção 2)

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO			
Análise de Fundo de Investimento			
(anexo ao Termo de Análise de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora)			
VI-	FUNDO DE INVESTIMENTO	Outros: (nesse caso, utilizar documento sem formatação específica, que demonstre a análise das características, riscos, rentabilidade e aderência do respectivo ativo/produto)	
Nome Fundo			CNPJ
Administrador		Nº Termo Credenciamento	CNPJ
Gestor		Nº Termo Credenciamento	CNPJ
Custodiante			CNPJ
Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922:		Data de Início Atividades:	
00% títulos do TN		Ações referenciados	
e Índice Referenciados em Renda Fixa		de Índices Referenciados em Ações	
e Renda Fixa		em Ações	
e Índices Referenciados em Renda Fixa		Multimercado	
m Direitos Creditórios		em Participações	
e Renda Fixa "Crédito Privado"		Imobiliário	
		Outros Ativos:	
VII. 1 - Relação dos documentos do Fundo que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011)			
Identificação do documento analisado (obtido na página da Internet da CVM, identificar)		Data do Documento	Data da Análise
Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento			
2. Regulamento			
3. Lâmina de Informações essenciais			
4. Formulário de informações complementares			
5. Perfil Mensal			
6. Demonstração de Desempenho			
7. Relatórios de Rating			
8. Demonstrações Contábeis			
9.....			

VII.2 - Análise das Informações relativas ao Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento - Seção 2 da ANBIMA - Informações sobre o Fundo de Investimento:										
Identificação do Responsável pelo Questionário:										
Resultado da análise do responsável pelo Credenciamento das principais informações apresentadas no Questionário:										
VII.3 - Análise das Informações relativas ao Fundo de Investimento e de sua aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:										
Resumo das informações do Fundo de Investimento:				Análise do responsável pelo Credenciamento:						
Público-alvo do Fundo:										
Principais cotistas do Fundo		Tipo de Investidor (Item III.6 do Termo Cred.)			% do PL					
Objetivos do Fundo:										
Política de Investimentos do Fundo		Descrição da Política								
		Índice de referência/objetivo de rentabilidade								
		Tipos de ativo		Mínimo						Máximo
Condições de investimento - prazos/ condições para resgate		Prazo Duração do Fundo								
		Prazo de carência (dias)								
		Prazo para conversão de cotas (dias)								
		Prazo para pagamento dos resgates (dias)								
		Prazo Total (dias)								
Condições de Investimento - Taxas		Taxa de entrada								
		Taxa de saída								
		Taxa de administração								
		Taxa de Performance								
		Índice de referência	Frequência	Linha-d'água						
Mudanças de prestadores de serviços do Fundo		Data	Tipo (Adm/ Gestor/Cust)	Motivação						
Últimas Assembleias		Data	Resumo das deliberações							
Fatos Relevantes Divulgados		Data	Resumo							
Histórico de Rentabilidade do Fundo:										
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R\$)	VaR médio do Fundo	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade do Fundo (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência			
/2016										
2015										
2014										
2013										
2012										
Cenários foram utilizados para simulação de desempenho de fundos estruturados										
Períodos de maior perda do Fundo	Período	Evento	Perda	Explicação			Tempo para Recuperação			
Análise do responsável pelo Credenciamento sobre a rentabilidade do fundo ou simulação do seu desempenho, considerando o histórico, principalmente, dos últimos 12 meses										
Resumo das informações do Fundo de Investimento: (Posição Atual):				Análise do responsável pelo Credenciamento:						
Composição da carteira atual (5 espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos)		Espécie de ativo			% do PL					
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação CMN	Resolução	% do PL do Fundo						
	1.									
	2.									
	3.									



EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 005/2018

CONVÊNIO Nº: 005/2018
 PROCESSO Nº: 2018.1071.401930PA
 CONVENIENTE: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Tocantins - IGEPREV
 CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEPTO.
 OBJETO: Constituir a celebração do convênio à concessão de empréstimos e negociações, por meio do sistema de consignação VIABILIZE com averbação das prestações decorrentes em folhas de pagamento, aos servidores que estão vinculados ao IGEPREV.
 VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a partir da data da assinatura.
 DATA DA ASSINATURA: 08/05/2018.
 SIGNATÁRIOS: - Sharlles Fernando Bezerra Lima - IGEPREV/TOCANTINS
 - Priscila Duarte Bittar - AEPTO/TOCANTINS

NATURATINS

PORTARIA/NATURATINS Nº 193, DE 08 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas através do Ato nº 579 - NM, de 19 de abril de 2017, publicado no DOE nº 5.095, pág. 01 e 02,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, nos casos de impedimentos e afastamento legal dos titular, do contrato elencado a seguir:

FISCAL	SUBSTITUTO	Nº PROCESSO E CONTRATO	OBJETO
Ivaci Rodrigues Souza Mat. 6230202	Francisco das chagas Silva Alves Mat. 39424	2018/4031/00132 Cont.010/2018	Assinatura anual de ferramenta de pesquisa - Banco de Preço

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças, sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, e comunicar imediatamente através de relatório à Diretoria de Administração e Finanças, para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências;

VI - justificar ocorrências e promover o atendimento de eventuais diligências dos órgãos de controle;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

XI - desempenhar outras atribuições correlatas ao encargo.

Art. 3º Revogam-se as Disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE KLEBER NEIVA BRITO

Investimento			
	Fundo	Do gestor /adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos
	1.		
	2.		
	3.		
Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo	% do PL do Fundo:		
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)	Parte relacionada (S/N) (art. 102, §1º, inc. II e III da ICVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo
			% do PL
Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada			
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)			
Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida		
	Agencia		
	Data		
	Outros		
Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:		
	Classe de modelos utilizada informada:		
	Principal fator de risco a que o fundo está exposto:		
	Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:		
Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez			
Regras de liquidez para ativos específicos do Fundo			
Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:		
Outros critérios de análise			
VII.4 - Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:			
VI.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento, relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2018 e /2018, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:			
Data			
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

2018/24839/21900



Nº 142, terça-feira, 26 de julho de 2011

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

35



9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 25 DE JULHO DE 2011

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL/PR, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/CVL(PR) Nº 11, de 21 de fevereiro de 2011, considerando o disposto no artigo 81 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no artigo 39, inciso II e no artigo 41, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 8 de fevereiro de 2010, com efeitos previstos nos artigos 44 e 45 da referida IN, declara:

Art. 1º - Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) abaixo identificadas, conforme constatado nos respectivos Processos Administrativos Fiscais, caracterizando as empresas como não localizadas.

Art. 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas a partir da publicação deste ato.

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA

ANEXO

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
O A BOGO - LOJAS - ME	05.371.386/0001-05	10935.002001/2011-62
M E MAIOS & R V SOUZA LTDA ME	07.471.554/0001-16	10935.01110/2011-62
N. Z. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	08.836.050/0001-15	10935.720800/2011-35
ALEX SANDER DE MOURA	09.247.303/0001-88	10935.720201/2011-20
RAJ IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ELETROMESTICOS LTDA ME	10.254.570/0001-61	10907.720607/2011-75
MIGUEL ANGELO SANCHEZ	10.392.319/0001-63	10935.001198/2011-12
FLAVIO JOSE LUCCHESI INFORMATICA	11.027.633/0001-00	10935.720765/2011-33
EDMAR BEZERRA DOS SANTOS CONFECÇÕES	11.199.699/0001-87	10935.000657/2011-41
MAYCON VIEIRA DE ARAUJO	11.629.640/0001-81	10935.720325/2011-86
R P DA ROCHA	11.802.903/0001-02	10935.001600/2011-69
A. P. MARIANO - PESCA	11.929.677/0001-30	10935.720371/2011-85
PRESTES & DORL LTDA	12.696.117/0001-30	10935.001496/2011-11
EDER FABRICIO DE LIMA	12.941.235/0001-67	10935.720766/2011-88
C. C. MACHADO CASCAVEL	13.196.697/0001-60	10935.720767/2011-22
RICARDO CAJUEIRO SOBRINHO	13.266.849/0001-53	10935.002231/2011-21
VANILDE TREVISAN	17.112.324/0001-46	10935.720501/2011-80

10ª REGIÃO FISCAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,
DE 25 DE JULHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.499	Josiane Braz Palhares	830.041.730-34
10A.04.500	Diogo da Costa Zambeli	014.906.550-77

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ADILSON VALENTE

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 508, DE 25 DE JULHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 13.771.634 (treze milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e quatro) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E - CFT-E, no valor de R\$ 34.811.358,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e onze mil, trezentos e cinquenta e oito reais), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/7/2011	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
1º/1/2008	1º/1/2038	2.527.758	5.202.298	13.150.150,38
1º/1/2009	1º/1/2049	2.527.758	3.494.510	8.833.275,60
1º/1/2010	1º/1/2040	2.527.758	5.074.826	12.827.932,02
TOTAL				13.771.634

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.827, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FILIPE DE ALBUQUERQUE FLEURY GUIMARÃES, C.P.F. nº 298.063.108-61, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.828, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RODRIGO COSTA MENOCCHI, C.P.F. nº 212.860.128-21, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.829, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EMERSON RICARDO CODOGNO, C.P.F. nº 167.805.798-31, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.830, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RICARDO MOLLICA JOURDAN, C.P.F. nº 018.650.117-03, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.831, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LEONARDO MANUEL DA SILVA ANTUNES, C.P.F. nº 014.181.707-04, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.832, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EDUARDO ALVES SOBRINHO, C.P.F. nº 895.421.341-34, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.833, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JOSÉ MAURO CARDOSO DELELLA, C.P.F. nº 126.497.948-79, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.834, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a NSG CAPITAL PRIVATE EQUITY S.A., C.N.P.J. nº 09.164.932-2, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.835, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA, C.N.P.J. nº 11.002.959-9, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.836, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA, C.N.P.J. nº 13.421.810-1, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.837, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a 3R GESTORA DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.641.353-1, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.838, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a ADMINISTRADORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.189.560-0, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.839, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a MULTI S/S GESTORA LTDA, C.N.P.J. nº 11.002.968-8, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

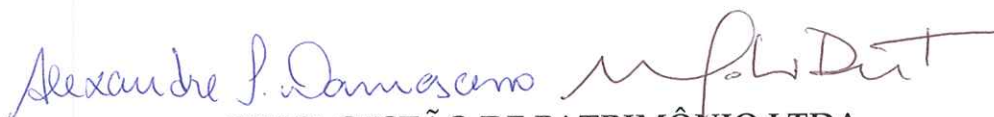
Declaração de Não Retenções Tributárias
Vinci Gestão de Patrimônio

Novembro 2018

ANEXO I
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por seus representantes legais, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

**VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA****Alexandre Teixeira Damasceno**
Diretor**Marcelo Rabbat**
Diretor

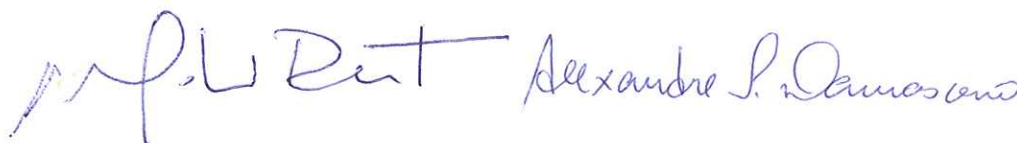
Declaração de Inexistência de Penalidade pela CVM
Vinci Gestão de Patrimônio

Novembro 2018

ANEXO II
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA
PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por seus representantes legais, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

**VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA****Marcelo Rabbat**
Diretor**Alexandre Teixeira Damasceno**
Diretor



A ANBIMA

SOCIEDADE ANBIMA

VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.



Adesão aos seguintes códigos:

- CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA FIP E FIEE

Atividades:

- > FIP e FIEE - Gestão
- > FIP e FIEE - Distribuição

- CÓDIGO DE GESTOR DE PATRIMÔNIO

Atividades:

- > Gestor de Patrimônio

- CÓDIGO DOS PROCESSOS DA REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS
- CÓDIGO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO

Atividades:

- > Gestão - ICVM 555

- CÓDIGO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO – CATEGORIA DISTRIBUIDOR

Atividades:

- > Distribuição Própria

- CÓDIGO PARA O PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO CONTINUADA

Atividades:

- > CGA
- > CPA -10
- > CEA
- > CPA - 20

🔍 O que você procura?

Management S.A.

de Recursos Ltda.

as Quantitativas - EIRELI

Gestão de Recursos LTDA.

Investimentos Administração de

gestora de Recursos LTDA.

Gestora de Recursos Ltda

e Patrimônio Ltda.

utura Gestora de Recursos LTDA

Management Gestora de Recursos

Vintage Investimentos LTDA.

Vipar Participações LTDA

Visla Investimentos LTDA.

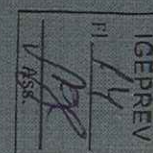
Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações
Ltda

Vista Investimentos Imobiliários LTDA.

Vitória Asset Management S/A

VKN Administração de Recursos Ltda.

VL Gestora de Recursos Ltda.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.421.810/0001-63 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/02/2011
NOME EMPRESARIAL VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV BARTOLOMEU MITRE	NÚMERO 336	COMPLEMENTO PARTE	
CEP 22.431-002	BAIRRO/DISTRITO LEBLON	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO JURIDICO@VINCIPARTNERS.COM		TELEFONE (21) 2159-6000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/02/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **17/07/2018** às **15:20:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA
CNPJ: 13.421.810/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:55:09 do dia 22/10/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/04/2019.

Código de controle da certidão: **FFCA.EBF9.A063.9A23**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº AUTENTICAÇÃO 4000000017
ÓRGÃO F/SUBTF/CIS-4
CONTROLE 37524/2018

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA
AVN BARTOLOMEU MITRE 000336
LEBLON RIO DE JANEIRO 22431-002 RJ

CNPJ

13.421.810/0001-63

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0.502.721-7

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2018.

HORA: 11:58:52

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art. 5º-A, da Resolução SMF Nº 1.897.

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda, na internet, no endereço (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.

[Emitir Certidão](#) [Confirmar Autenticidade](#)

Emissão da Certidão de Regularidade Fiscal



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2018.1.0974465-2
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 13.421.810/0001-63	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas. EMITIDA EM: 22/11/2018 11:45 VÁLIDA ATÉ : 22/12/2018 Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017	
OBSERVAÇÕES	
1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004. 2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br. 3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD). 4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.	



Preparar página
para impressão

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 2.0 Brasil

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 13421810/0001-63
Razão Social: VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA
Endereço: AV BARTOLOMEU MITRE 336 PARTE / LEBLON / RIO DE JANEIRO / RJ / 22431-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/11/2018 a 16/12/2018

Certificação Número: 2018111704274922451192

Informação obtida em 22/11/2018, às 14:48:52.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.421.810/0001-63

Certidão nº: 162393224/2018

Expedição: 16/11/2018, às 15:44:14

Validade: 14/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.421.810/0001-63, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Declaração de Habilitação
Vinci Gestão de Patrimônio

Novembro 2018

ANEXO IV
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**Ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins**

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por seus representantes legais, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Alexandre P. Damasceno *MF LDT*
VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA

Alexandre Teixeira Damasceno
DiretorMarcelo Rabbat
Diretor

**Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação
Vinci Gestão de Patrimônio**

Novembro 2018

**ANEXO III
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por seus representantes legais, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Alexandre S. Damasceno *M. L. R. D. T.*
VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA

Alexandre Teixeira Damasceno
Diretor

Marcelo Rabbat
Diretor

**Declaração de Conformidade com a Resolução CMN
3.922/2010****Vinci Gestão de Patrimônio**

Novembro 2018

**ANEXO V
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN
3.922/2010**

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Alexandre J. Damasceno *Marcelo Rabbat*
VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA

Alexandre Teixeira Damasceno
Diretor

Marcelo Rabbat
Diretor

Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais
Vinci Gestão de Patrimônio

Novembro 2018

ANEXO VI
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Alexandre J. Damasceno *M. F. L. R. R. R.*
VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA

Alexandre Teixeira Damasceno
Diretor

Marcelo Rabbat
Diretor

Declaração de Atestado de Capacidade Técnica
Vinci Gestão de Patrimônio

Novembro 2018

ANEXO VII
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.421.810/0001-63 e Inscrição Municipal nº 3.931.386-7, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, 336, parte, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, já executou ou está executando os serviços de administração de carteiras de valores mobiliários, objeto do **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018**, de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Alexandre S. Damasceno *MF LIDT*
VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA

Alexandre Teixeira Damasceno
Diretor

Marcelo Rabbat
Diretor



► Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 1:

Informações Sobre a Empresa

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda

Questionário preenchido por:

Eduardo Albiero

Data:

18/06/2018

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")



Versão: 2.2 - Atualizada em Mar/2016

Sumário

Apresentação 4

1) Informações	sobre a Empresa.....	5
1 - Informações	Cadastrais	5
2 - Informações	Institucionais	5
3 - Números da Empresa		8
4 - Receitas da Empresa.....		10
5 - Recursos Humanos		10
6 - Informações Gerais		10
7 - Informações Operacionais		11
8 - Compliance e Auditoria Interna		20
9 - Questões Jurídicas e Legais		23
10 - Anexos		23
2) Declaração.....		25
3) Eventos Importantes		26
Atualizar Sumário		



(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito,
atualizar campo, atualizar apenas os números de página)



Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.



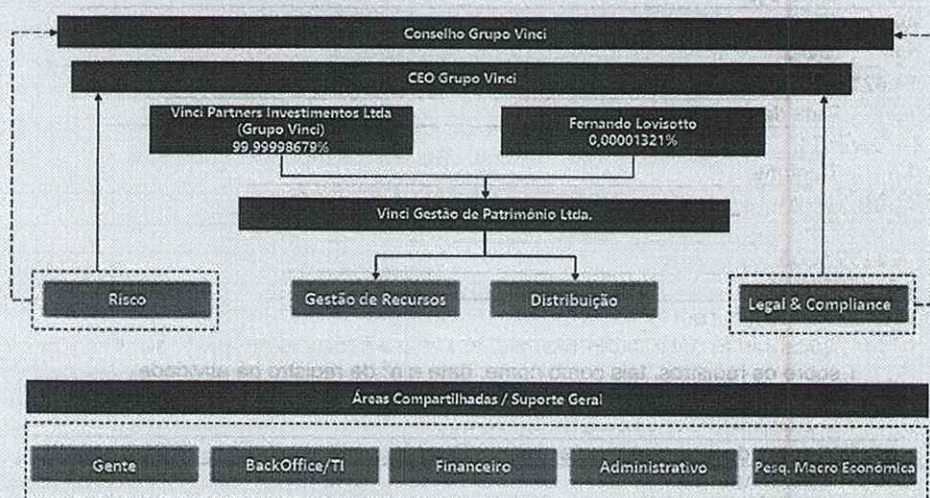
1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda	
1.2	Nome de fantasia
VGP	
1.3	Endereço
Av. Bartolomeu Mitre, nº 336, parte, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, Cep 22431-002	
1.4	CNPJ
13.421.810/0001-63	
1.5	Data de constituição
01/02/2011	
1.6	Telefone
21 2159 6000	
1.7	Fax
21 2159 6000.	
1.8	Website
www.vincipartners.com	
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
CVM, Ato Declaratório n. 11.836, de 25/07/2011.	
1.10	Membro de associações de classe? Quais?
Sim. ANBIMA e ABVCAP.	
1.11	Nome de quem responde o questionário
Eduardo Albiero	
1.12	Cargo
Compliance	
1.13	Telefone para contato
11 3572 3700	
1.14	Fax
11 3572 3800	
1.15	E-mail para contato
compliance@vincipartners.com	
2 - Informações Institucionais	
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
Vinci Partners Investimentos Ltda. - 99,99999%	
Fernando Lovisotto - 0,00001	
2.2	Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.
N/A	
2.3	Qual a estrutura empresarial do grupo?
O Grupo tem a Vinci Partners Investimentos Ltda. (Grupo Vinci) como holding das sociedades operacionais. Os principais sócios da holding ("Administração do Grupo Vinci") são os Srs. Gilberto	

Sayão da Silva, Alessandro Monteiro Morgado Horta e Paulo Fernando Carvalho de Oliveira. A holding controla algumas dessas sociedades operacionais, entre elas a Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. Existe um Comitê Estratégico composto por Alessandro Monteiro Morgado Horta, Bruno Zarembo, Fernando Lovisotto, Leandro Bousquet, Lywal Salles Filho, Marcello Almeida, Marcelo Rabbat, Roberto Leuzinger, e Sergio Passos

2.4 Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)

Organograma Funcional e Societário – Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.



2.5 Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

Fernando Lovisotto é o Diretor responsável pela Vinci Gestão de Patrimônio perante a CVM. Foi sócio-diretor do RiskOffice, entre 1999 e 2007, ano em que a Algorithmics assumiu o controle, e ele passou a exercer a função de Diretor Técnico. Ao longo de sua carreira, exerceu atividades relacionadas ao desenvolvimento de produtos e prospecção de clientes no segmento Institucional. É formado em Engenharia e Mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

2.6 A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).

Sim, a Vinci Gestão de Patrimônio ("VGP") é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da Anbima.

2.7 A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?

A Vinci Gestora de Recursos Ltda., uma das sociedades operacionais da Vinci Partners Investimentos Ltda., a qual Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. faz parte também, é signatária do Código de Ética da ANBIMA.

2.8 A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.

Sim, é signatária do Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE, do Código de Gestor de Patrimônio, do Código para Fundos de Investimento, do Código para o Programa de Certificação Continuada, e a Vinci Partners Investimentos Ltda., a holding das sociedades operacionais, dentre elas a VGP, é signatária do PRI (Principles for Responsible Investment).



2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?																													
Não, as únicas participações dos sócios e executivos do Grupo Vinci em negócios de gestão de carteiras são aquelas do próprio Grupo Vinci. Há, contudo, participação direta ou indireta (através de fundos de investimento ou outras estruturas) dos sócios e executivos do Grupo Vinci em outras empresas, de diversos setores, em especial em razão dos investimentos em Private Equity realizados por fundos geridos por empresas do Grupo Vinci. Os sócios e principais executivos alocam 100% do seu tempo para o Grupo Vinci, entre as diversas atividades desenvolvidas.																														
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?																													
Sim, todos cargos ocupados são decorrentes dos investimentos dos fundos de Private Equity geridos pelas gestoras do grupo: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Companhia</th> <th>Membros de Conselho:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Austral</td> <td>Alessandro Horta, Bruno Zarembo, Gilberto Sayão</td> </tr> <tr> <td>Le Biscuit</td> <td>Gabriel Felzenszwalb, Bruno Zarembo</td> </tr> <tr> <td>Cecrisa</td> <td>Gabriel Felzenszwalb, Lywal Salles, Bruno Zarembo, Roberto Leuzinger, Guilherme Teixeira</td> </tr> <tr> <td>CBO</td> <td>Bruno Zarembo, Jose G.Souza, Marcelo Penna</td> </tr> <tr> <td>Burger King</td> <td>Carlos E. Martins, Marcelo Penna</td> </tr> <tr> <td>Uniasservi</td> <td>Bruno Zarembo, Carlos E. Martins, Lywal Salles</td> </tr> <tr> <td>Joa Investimentos</td> <td>Gilberto Sayão</td> </tr> <tr> <td>RBS</td> <td>Gilberto Sayão</td> </tr> <tr> <td>Banco de Ribeirão Preto</td> <td>Gilberto Sayão</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Associação</th> <th>Membro</th> <th>Cargo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ANBIMA</td> <td>Lywal Salles Filho</td> <td>Diretor</td> </tr> <tr> <td>ABVCAP</td> <td>Bruno Zarembo</td> <td>Conselheiro</td> </tr> </tbody> </table>		Companhia	Membros de Conselho:	Austral	Alessandro Horta, Bruno Zarembo, Gilberto Sayão	Le Biscuit	Gabriel Felzenszwalb, Bruno Zarembo	Cecrisa	Gabriel Felzenszwalb, Lywal Salles, Bruno Zarembo, Roberto Leuzinger, Guilherme Teixeira	CBO	Bruno Zarembo, Jose G.Souza, Marcelo Penna	Burger King	Carlos E. Martins, Marcelo Penna	Uniasservi	Bruno Zarembo, Carlos E. Martins, Lywal Salles	Joa Investimentos	Gilberto Sayão	RBS	Gilberto Sayão	Banco de Ribeirão Preto	Gilberto Sayão	Associação	Membro	Cargo	ANBIMA	Lywal Salles Filho	Diretor	ABVCAP	Bruno Zarembo	Conselheiro
Companhia	Membros de Conselho:																													
Austral	Alessandro Horta, Bruno Zarembo, Gilberto Sayão																													
Le Biscuit	Gabriel Felzenszwalb, Bruno Zarembo																													
Cecrisa	Gabriel Felzenszwalb, Lywal Salles, Bruno Zarembo, Roberto Leuzinger, Guilherme Teixeira																													
CBO	Bruno Zarembo, Jose G.Souza, Marcelo Penna																													
Burger King	Carlos E. Martins, Marcelo Penna																													
Uniasservi	Bruno Zarembo, Carlos E. Martins, Lywal Salles																													
Joa Investimentos	Gilberto Sayão																													
RBS	Gilberto Sayão																													
Banco de Ribeirão Preto	Gilberto Sayão																													
Associação	Membro	Cargo																												
ANBIMA	Lywal Salles Filho	Diretor																												
ABVCAP	Bruno Zarembo	Conselheiro																												
2.11	Descreva breve histórico da empresa.																													
O Grupo Vinci foi formado em 2009 por um grupo de gestores com ampla experiência nos mercados financeiro e de capitais, que após passarem por um evento de liquidez e avaliarem as opções de investimento para seus próprios recursos, concluíram que juntos teriam acesso a oportunidades que não acessariam individualmente. A união destes profissionais, que possuem experiências e expertises complementares aliadas a um longo histórico de trabalho em conjunto, possibilitou a criação de um Grupo independente, com atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira. O Grupo Vinci iniciou suas atividades com a																														



proposta de sócios investirem seus recursos nos mesmos produtos e nas mesmas condições de seus clientes.

A Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. ("VGP") foi constituída em 2011 e é a subsidiária da Vinci Partners Investimentos Ltda. focada preponderantemente nas chamadas "Soluções de Investimento" (Investment Solutions), fazendo gestão de patrimônio por meio de carteiras administradas e fundos de investimento de diversas classes de ativos (incluindo, mas não se limitando a análise de perfil de risco e elaboração de políticas de investimento; seleção de produtos e gestores; gestão de veículos, exclusivos e condominiais, com investimentos em diversas classes de ativos e em diferentes moedas; gestão de caixa de empresas; e estruturação de proteções para portfólios).

2.12 A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de Suitability. Em caso afirmativo, favor anexar.

A VGP possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Política de Gestão de Risco, Manual de Gestão de Liquidez e a Política de Suitability. Porém, a VGP não possui Manual de Marcação a Mercado já que não realiza a administração fiduciária de fundos de investimento e, portanto, não é a responsável pela precificação dos ativos e nem pelo cálculo das cotas dos fundos. Desta forma, o Manual de Marcação a Mercado é providenciado e monitorado pelo administrador dos fundos.

2.13 Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.

A VGP possui o Comitê de Asset Allocation, que ocorre mensalmente, sendo que as decisões tomadas em reunião são registradas em ata.

Além disso, parte dos fundos exclusivos geridos pela VGP possui Comitê de Investimentos constituídos. A composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas reuniões e a forma como são registradas as decisões de cada comitê são distintas e previamente discutidas com os cotistas dos fundos.

2.14 Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

N/A

2.15 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim. O Grupo Vinci possui área de TI própria com duas gestões: uma com foco em infraestrutura e outra com foco em aplicações de negócios e sistemas. Cada uma destas gerências possui profissionais que administram os serviços através de recursos próprios ou terceirização de serviços.

3 - Números da Empresa

3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios sob gestão
2014	R\$ 7.625.315.263,29	ND	111
2015	R\$ 6.548.733.942,74	ND	107
2016	R\$ 7.586.535.066,79	21	132
2017	R\$ 7.841.558.827,83	18	116

2018	R\$ 7.772.637.651,57	18	115
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)		
	• Fundos: Domicílio local	Nº 109	% Carteira 78,46%
	Domicílio em outro país	05	16,77%
	• Clubes	0	
	• Carteiras Domicílio local	1	1,02%
	• Res. Nº 2.689		
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?		
	Tipo	Nº	Exclusivos % total
	• Curto Prazo		
	• Referenciado		
	• Cambial		
	• Renda Fixa	1	1 8,01%
	• Multimercado	103	97 80,58
	• Dívida Externa		
	• Ações	7	5 6,33%
	• FIDC		
	• FIP	3	3 4,05%
	• FIEE		
	• FII		
	• Fundo de Índice (ETF)		
	• Outras categorias	1	1 1,02%
3.4	Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?		
	nº 15 - Data base: 30/04/2018		
3.5	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?		
	2,90% - Data base: 30/04/2018		
3.6	Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?		
	33,9% - Data base: 30/04/2018		
3.7	Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?		
	Tipo	nº	% passivo
	• Pessoas Físicas	500	82,03%
	• Empresas	11	5,75%
	• Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização	0	0



• Investidores Institucionais Previdenciários	13	8,84%
• Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e <i>family offices</i>)	943	3,38%
• Investidor Estrangeiro	0	0
• Governo	0	0

3.8 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.

1	8,02%
2	4,51%
3	4,17%
4	3,63%
5	3,20%
6	2,28%
7	2,27%
8	2,19%
9	2,02%
10	1,89%

Data base: 30/04/2018

4 - Receitas da Empresa

4.1 Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)

A VGP obtém suas receitas das Taxas de administração e de performance cobradas pela gestão de seus fundos.

4.2 Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?

100%

4.3 A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?

Sim.

5 - Recursos Humanos

5.1 Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?

Os funcionários são remunerados através de um salário mensal e bônus anual. Sócios e Diretores são remunerados através de distribuição de dividendos e pró-labore.

5.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?

O Grupo Vinci possui uma política de retenção de talentos, com Remuneração diferenciada e políticas de alinhamento de longo prazo, como a possibilidade de participação na sociedade.

5.3 Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?

Sim. Os funcionários são constantemente treinados através de programas de atualização, participação em palestras e seminários, além de uma política de incentivo a extensões acadêmicas.

6 - Informações Gerais

6.1 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, *hardware* e *software*)? Existem planos de expansão?

Considerando a infraestrutura e equipe atuais, estima-se o limite de crescimento de cerca de mais R\$ 10 bilhões em ativos sob gestão, sem que sejam necessários mais investimentos



6.2	A empresa já foi objeto de avaliação por agência de <i>rating</i> ? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente)
A Fitch Ratings atribuiu a nota "Forte com Perspectiva Estável" à Vinci Gestão de Patrimônio, em escala internacional.	
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?
O Grupo Vinci é frequentemente destaque na mídia especializada pelo desempenho de seus fundos de investimento.	
7 - Informações Operacionais	
7.1 - Análise Econômica e Pesquisa	
7.1.1	Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A equipe de análise macroeconômica é liderada pelo economista Terence Pagano. A equipe é composta por mais 2 economistas com expertise de cobertura em Brasil, EUA, China, Europa. A análise de empresas é liderada por Luiz Otávio Laydner e composta por mais 6 analistas divididos por setores de cobertura. As áreas de pesquisa macro e micro são compartilhadas entre as diferentes gestoras do Grupo Vinci.	
7.1.2	Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos
No início de 2017, o economista Fernando Gonçalves se desligou da empresa.	
7.1.3	Utiliza <i>research</i> próprio ou de terceiros? Em que proporções?
O Grupo Vinci não toma decisões baseadas em <i>research</i> de terceiros, e sim em modelos próprios desenvolvidos internamente. O contato com o <i>sell-side</i> é utilizado como referência e suporte à geração de ideias. Em banco de dados próprio são mantidos modelos operacionais e financeiros de mais de 100 empresas, atualizados com base em visitas, reuniões com a alta gerência, discussões telefônicas, análise de informações de mercado, de clientes e de fornecedores e de eventos públicos realizados pelas empresas e pelo <i>sell-side</i> . Para as recomendações de investimento são utilizados modelos de fluxo de caixa descontado, análise de múltiplos, soma das partes, análise dos ativos (inclusive valor de reposição e liquidação), análise de sensibilidade e cenários, análise de liquidez, análise de cenário de eventos corporativos e outras ferramentas. Para a análise Macro, são considerados tantos cenários e modelos próprios desenvolvidos pela área Macro quanto os oriundos de relatórios externos. Para cases no Brasil, o material interno costuma ser mais utilizado enquanto que nos cases offshore, relatórios externos costumam ter mais relevância.	
7.1.4	Caso utilize <i>research</i> próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros (<i>sell side</i>)?
Tanto para a gestão dos ativos de Renda Variável como para os de Renda Fixa (Moedas e Juros) e Commodities utilizamos <i>research</i> próprio que trabalha exclusivamente para o "buy side". As ferramentas de análise utilizadas pela equipe de Renda Variável compreendem análise das divulgações de resultados das empresas, fluxo de caixa descontado e análise por múltiplos (preço/lucro, EV/EBITDA e outros cabíveis aos casos específicos). Também procuramos participar de eventos públicos com as empresas que cobrimos para completarmos os inputs das nossas análises financeiras. Na gestão dos ativos de Renda Fixa e Commodities a equipe não apenas	

mantém um acompanhamento ativo dos indicadores econômicos pertinentes, como participa de eventos, conferências, e fóruns específicos

7.1.5 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Bloomberg, Economatica, FGV Dados, Broadcast e Aspen Graphics.

7.2 – Gestão de Recursos

7.2.1 Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

A Equipe de Gestão é liderada por Fernando Lovisotto, e conta com mais dois gestores e dois traders. Fernando Lovisotto é o Diretor responsável pela Vinci Gestão de Patrimônio perante a CVM. Foi sócio-diretor do RiskOffice, entre 1999 e 2007, ano em que a Algorithmics assumiu o controle, e ele passou a exercer a função de Diretor Técnico. Ao longo de sua carreira, exerceu atividades relacionadas ao desenvolvimento de produtos e prospecção de clientes no segmento Institucional. É formado em Engenharia e Mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

7.2.2 Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.

Em Setembro de 2015 e em Agosto de 2017, dois novos gestores foram admitidos, devido à necessidade de ampliação da equipe de gestão. Dentre suas responsabilidades estão: Responder e coordenar o processo de composição de carteiras de classes de ativos oferecidas pela instituição. Responsável pela estratégia quantitativa das carteiras, além de acompanhar o mercado em todos os seus aspectos, procurando antecipar-se às suas movimentações, bem como para identificar novas oportunidades de negócios para a instituição.

Não houve nenhum outro evento relevante de mudança na equipe de gestão nos últimos 05 anos.

7.2.3 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?

As gestoras do Grupo Vinci utilizam serviços de dados, negociação, clipping e notícias, como Bloomberg, Broadcast e Economatica.

7.2.4 Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?

Para seleção e acompanhamento de corretoras de valores mobiliários, o Grupo Vinci realiza avaliações periódicas, a cada quatro meses, nas quais são considerados, em especial, os seguintes aspectos: qualidade de execução, custo e qualidade dos serviços prestados pelas áreas de análise e vendas. A partir destes critérios, é elaborado um ranking com até dez corretoras, desde a de melhor pontuação até a de pior pontuação, sendo o fluxo de ordens concentrado nos cinco intermediários mais bem colocados. As notas atribuídas às corretoras servem como um referencial daquilo que cada casa deverá receber do volume de negociação no quadrimestre subsequente.

Discount brokers são utilizados apenas quando o time de gestão considerar mais apropriado devido à natureza da execução das ordens.

Concomitantemente ao processo de seleção acima descrito, o Departamento de Compliance monitora o status da lista de corretoras ativas em relação ao selo "Execution Broker" do Programa de Qualificação Operacional da B3, além de realizar, previamente à contratação e periodicamente, procedimento padrão de checagem reputacional.

7.2.5 Liste as corretoras aprovadas.

ATIVA INVESTIMENTOS S.A. CTCV; BGC LIQUIDEZ DTVM; BRADESCO S/A CTVM; BRASIL PLURAL CCTVM S/A; CITIGROUP GMB CCTVM S.A; CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA; COINVALORES CCTVM LTDA; GOLDMAN SACHS DO BRASIL CTVM; INTL FCStone DTVM Ltda; ITAU CV S/A; J. P. MORGAN



CCVM S.A.; J. SAFRA CVC LTDA; MERRILL LYNCH S/A CTVM; MIRAE ASSET WEALTH MANAGEMENT (BRAZIL) CCTVM LTDA; MODAL DTVM LTDA; MORGAN STANLEY CTVM S/A; NOVA FUTURA CTVM LTDA; RENASCENÇA DTVM LTDA; SANTANDER CCVM S/A; SPINELLI S.A. CVMC; TERRA INVESTIMENTOS DTVM LTDA; UBS BRASIL CCTVM S/A; XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A; BTG PACTUAL CTVM S.A.; CREDIT SUISSE BRASIL S.A. CTVM; CONCORDIA S.A. CVMCC; GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CV.	
7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de <i>discount brokers</i> e <i>research brokers</i> .
A VGP é uma gestora de recursos focada preponderantemente na gestão de mandato de soluções de investimento sob medida do cliente, podendo realizá-la através de carteiras administradas, fundos de investimento exclusivos ou restritos, os quais, em sua maioria, são da classe multimercado. No entanto, ainda que os Fundos pertençam à mesma classe, eles apresentam políticas de investimento, estratégias, e perfis de risco distintos. Desta forma, o critério em que está fundamentada a Política e que deverá balizar a alocação proporcional das ordens a serem divididas entre os Fundos é o perfil de risco (ao qual estão relacionados diretamente política de investimento, estratégia, público alvo) de cada Fundo.	
7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.
Em geral os fundos estão totalmente investidos com algum caixa transacional que tem a liquidez como prioridade. Este caixa é, em sua maioria, composto por títulos públicos com bastante liquidez e operações compromissadas com títulos públicos.	
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
Temos um controle próprio de prazo médio da carteira que é acompanhado constantemente pela equipe de gestão e que leva em consideração todos os fluxos que impactem a carteira dos fundos, e por sua vez, o prazo médio da carteira. Também fazemos uso da checagem feito pelo nosso administrador para conferência dos nossos cálculos.	
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
O desempenho dos gestores é avaliado pela consistência no estilo de gestão e pela performance dos fundos. Os gestores passam anualmente por uma avaliação formal pelo Comitê de Investimentos. Porém, o processo é contínuo e a preocupação com o desempenho faz parte do dia-a-dia da equipe, por meio de avaliações: I) das ideias de investimentos sugeridas e II) da qualidade do processo de tomada de decisão.	
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
À Administração do Grupo Vinci	
7.3 – Risco	
7.3.1 – Estrutura	
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A empresa monitora riscos de mercado, crédito, liquidez, e operacional. A área está sob responsabilidade de Michel Cukierman, diretor responsável pela Gestão de Riscos perante a CVM.	
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?
A equipe de risco se reporta diretamente à Administração do Grupo Vinci, e tem plena autoridade	

e independência para implementação das medidas necessárias, o que lhe garante total independência, notadamente em relação à equipe de gestão de fundos.

7.3.1.3 Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.

A adequação da VGP à ICVM 558/15 trouxe a necessidade, a partir de 30/06/2016, de designar um diretor de Gestão de Risco. Guy Perelmutter foi eleito em junho de 2016 e permaneceu como diretor de risco até outubro do mesmo, quando pediu renúncia do cargo. Foi eleito, então, o Sr. Michel Cukierman que é o diretor atualmente.

7.3.1.4 Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).

O Grupo Vinci possui uma plataforma proprietária de risco (VRA – Vinci Risk Allocation), composta pelos 3 sistemas listados a seguir:

i. VERITAS:

a. Asset Allocation (“WAR”): onde é possível realizar consolidação de portfólios, acompanhamento de performance e risco e simulação de alocações.

b. Risk Workflow (RWF): onde é possível calcular as métricas necessárias para o monitoramento dos riscos de mercado (VaR com níveis de confiança 95% e 99%, retornos diários, janela histórica de 1 ano, por simulação histórica, paramétrico, EWMA e ETL; Stress test de cenários hipotéticos e históricos), concentração e liquidez dos portfólios.

ii. VORTEX:

a. Due Diligence (DD): permite armazenar/consultar informações sobre instituições e seus executivos.

b. Elaboração de Ranking (ER): permite ranquear diferentes ativos e/ou fundos da indústria a partir de diferentes indicadores.

c. Análise Tradicional (AT): permite realizar avaliações da evolução de diferentes indicadores de ativos e/ou fundos da indústria.

d. Back Test (BT): permite realizar avaliações da evolução de diferentes indicadores de alocações hipotéticas.

e. Análise de Satisfação (AS): permite analisar a frequência dos retornos dos investimentos realizados em diferentes horizontes de tempo.

f. Filtro Customizado (FC): permite realizar pesquisas criteriosas com uma extensa gama de parâmetros.

iii. VOX: sistema que permite realizar otimização de carteiras.

7.3.1.5 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contém e quem recebe e analisa estes relatórios?

O Grupo Vinci possui uma plataforma proprietária de risco de mercado, que contempla as principais métricas para o monitoramento do risco dos fundos, entre elas VaR por simulação histórica e paramétrico, Stress Test a partir de simulação de cenários históricos e hipotéticos e monitoramento da liquidez dos fundos. Além de contemplar estas métricas, a plataforma também possui um módulo para o monitoramento dos limites de risco dos fundos, sejam eles gerenciais ou limites definidos em regulamento. A partir desta plataforma são produzidos os relatórios de risco, semanalmente e em todo fechamento de mês. Estas informações ficam disponíveis ao comitê executivo e à equipe de gestão, que possuem acesso à plataforma. O Administrador dos fundos também produz os relatórios de risco de mercado mediante demanda.



7.3.2 - Risco de Crédito

7.3.2.1 Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.

A Metodologia de Avaliação de Risco de Crédito da Vinci tem como objetivo traçar as diretrizes básicas para avaliação e aprovação de operações que envolvam exposição ao risco de crédito. A exposição máxima de crédito é definida primordialmente em função de simulações acerca da capacidade de pagamento das contrapartes, e calibrados por uma profunda análise qualitativa da empresa e/ou do respectivo projeto em questão. Operações específicas bem como alguns setores da Economia podem demandar procedimentos adicionais de avaliação de crédito, determinados caso a caso, que sempre serão submetidos à apreciação do Comitê de Crédito, o qual será soberano em todas as decisões finais envolvendo risco de crédito para as operações do Grupo Vinci.

As diretrizes e os procedimentos na Política de Avaliação de Risco de Crédito visam garantir que toda exposição a risco de crédito seja integralmente mapeada, formalmente aprovada, continuamente monitorada e pró-ativamente gerenciada.

7.3.2.2 Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?

O processo decisório de análise e seleção de ativos é resultado da avaliação dos diversos cenários econômicos, políticos e financeiros do mercado interno e externo, elaborados em comitês estratégicos e de investimento, que abrangem vários aspectos de gestão. Os comitês são formados pelos gestores, membros dos departamentos de análise e gestão.

As aquisições de Créditos Privados deverão obedecer aos seguintes critérios:

I - Ter sido garantido o acesso às informações necessárias à devida análise de crédito para compra e acompanhamento do ativo;

II - Deve ser exigido o acesso aos documentos integrantes da operação ou a ela acessórios e, nas operações com garantia real ou fidejussória, a descrição das condições aplicáveis e ao seu acesso e execução;

III - Em operações envolvendo o administrador e o gestor e suas respectivas afiliadas, observar os mesmos critérios utilizados em operações com terceiros, mantendo toda a documentação de forma a comprovar a realização das operações em bases equitativas, e sem prejuízo da aprovação prévia em Assembleia Geral de Cotistas quando necessário;

IV - O rating e a respectiva súmula do ativo ou do emissor, fornecido por agência classificadora de risco, deve ser utilizado como informação adicional à avaliação do respectivo risco de crédito e dos demais riscos a que devem proceder, e não como condição suficiente para sua aquisição; e

V - Adquirir apenas Créditos Privados de emissores pessoas jurídicas, e que tenham suas demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditor independente autorizado pela CVM.

A equipe de gestão dispõe de profissionais especializados nas análises jurídicas, de crédito, de compliance e de riscos de operações com Créditos Privados, que possibilitem a avaliação do negócio e o acompanhamento do título após sua aquisição.

Constituem exceção à observância do item V acima, os Créditos Privados que apresentem:

I - Cobertura integral de seguro; ou

II - Carta de fiança emitida por instituição financeira; ou

III - coobrigação integral por parte de instituição financeira ou seguradoras ou empresas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente.

A equipe de gestão monitora o risco de crédito envolvido nos Créditos Privados, bem como a qualidade e capacidade de execução das garantias, enquanto o ativo permanecer na carteira do fundo.

Cada nova operação de crédito é analisada com base em aspectos quantitativos e qualitativos, conforme descrito acima, de forma a determinarmos o risco de pagamento de principal e

rendimentos devidos. Ressaltamos que essa análise engloba não somente a contraparte, mas toda estrutura da operação, que inclui: (i) prazo, (ii) senioridade de pagamento, (iii) avaliação das garantias, (iv) análise de descasamentos de indexadores, etc.

Uma vez que o risco é aprovado, de forma independente, pela área de crédito, o gestor verifica se o mesmo pode ser enquadrado na estratégia de investimento de algum fundo gerido pela Vinci. Apenas em caso afirmativo, passamos a avaliar o retorno da operação. Essa avaliação é feita com base na comparação com outras oportunidades com risco semelhante disponíveis no mercado. Também nos baseamos na nossa experiência passada com outras oportunidades semelhantes. Caso a avaliação de risco x retorno seja positiva, a operação é aprovada e um limite de exposição poderá ser determinado.

7.3.2.3 | A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?

A principal estratégia é o rigoroso processo de avaliação de risco de crédito da Vinci, cujo conservadorismo e o peso dado à análise técnica constituem a principal blindagem para evitar os referidos eventos.

Em uma eventual ocorrência de uma situação como a citada, a estratégia será avaliada caso a caso podendo-se optar tanto pela redução da exposição quanto pelo alongamento de prazos mediante negociação de melhores condições de garantia e rentabilidade. Essa decisão é tomada sempre com a avaliação de qual alternativa deverá resultar na melhor recuperação de principal para o investidor, na melhor forma de protegê-lo.

7.3.3 - Risco de Contraparte

7.3.3.1 | Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.

Além da análise de crédito de cada contraparte e da estrutura apresentada como oportunidade de investimento (vide itens 7.3.2.1 e 7.3.2.2), vemos como fundamental a diversificação de risco (i) por contraparte, (ii) por nível de risco, (iii) por setor e (iv) por região geográfica. Os limites de concentração são definidos para cada produto e não são afetados pelo retorno das operações que venham a ser apresentadas.

Uma vez aprovada uma operação, esta passa a ser monitorada regularmente de forma a mantermos uma visão atualizada sobre o risco de crédito da contraparte, da estrutura da operação bem como do grau de concentração. Usualmente, o crédito é revisto sempre que a contraparte divulga novas informações financeiras (ITRs, DFPs, Apresentações etc.), mas pode ter revisões antecipadas caso surjam fatos relevantes que possam afetar a sua capacidade de pagamento tais como (i) mudanças regulatórias, (ii) deterioração de perspectivas setoriais, (iii) oscilação no valor das garantias, (iv) nova operação no mercado de capitais, (v) alienação de ativos etc.

7.3.3.2 | Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?

Para operações de crédito, as contrapartes são selecionadas de acordo com o processo descrito no item 7.3.2. Os limites de crédito são determinados para cada operação, com base numa análise de risco x retorno, limitada aos limites de concentração definidos de acordo com o item 7.3.3.1 (que são definidos puramente com base no risco de crédito e concentração).

Em operações de gestão de caixa (swaps, compromissadas, CDBs), o processo de seleção e aprovação de crédito é idêntico ao já relatado.

7.3.4 - Risco de Preço

7.3.4.1 | Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, Stress Test, Stop loss, etc).

São utilizados diversos modelos que são analisados conjuntamente, a saber:

- VaR por simulação histórica e paramétrico, níveis de confiança de 95% e 99%, janela histórica de 1 ano e retornos diários.



- Stress Test, simulando cenários históricos (crises desde 1997) e hipotéticos. Acreditamos que a gestão de risco de preço efetiva é alcançada com o monitoramento contínuo das carteiras e das ações nas quais investimos. Acreditamos que este processo, além dos relatórios quantitativos de risco de mercado, seja o pilar que sustenta a gestão de risco de preços.	
7.3.4.2	Como são formalizados os controles de risco de preço?
Todos os preços são obtidos a partir de fontes oficiais de mercado e comparados com os preços utilizados pelo administrador.	
7.3.4.3	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
A plataforma proprietária de risco da Vinci (VRA) possui um módulo para monitoramento automático dos limites dos fundos. Tais limites são apurados junto do processamento de risco das estratégias, que é realizado diariamente. Caso haja uma variação relevante, a simulação é feita no meio do dia para recalcular todas as métricas.	
7.3.4.4	Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?
O limite de risco do produto não pode ser ultrapassado – na eventualidade disso ocorrer, a mesa de operações, sob a orientação do departamento de risco, irá proceder com o imediato reenquadramento da carteira.	
7.3.4.5	O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.
Sim, o administrador gerencia os riscos dos fundos através de VaR e Stress Test.	
7.3.5 - Risco de Liquidez	
7.3.5.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.
Os ativos são selecionados baseados não apenas em seu potencial de valorização, mas também com base em sua liquidez. Através de medidas com o ADTV (average daily traded volume) existe uma “punição” para ativos menos líquidos que eventualmente sejam escolhidos para fazerem parte da carteira. Ademais, são realizadas simulações sobre o impacto na carteira no caso de resgates ou amortizações de cotas relevantes. Para a aferição de liquidez dos ativos componentes da carteira dos fundos, os critérios utilizados são os seguintes: -Ações, ETFs e títulos públicos: média de negociação nos últimos 63 dias úteis, adotando a premissa de que seria possível participar, sem efeitos significativos no preço, em 30% do volume diário de negociação de tais ativos. -Fundos: é considerado seu prazo de cotização como prazo para liquidação da posição. -Opções: prazo para o vencimento.	
7.3.5.2	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
O controle é realizado diariamente por book e por estratégia pela área de controle gerencial, reconciliando todas as operações com a mesa de operações e com o administrador.	
7.3.6 - Risco Operacional	
7.3.6.1	Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.
A Metodologia do Risco Operacional é proprietária, baseada em mapeamento de processo, proporcionando controles e alocando diferentes níveis de risco para cada processo, considerando	

os procedimentos adotados para sua execução. São realizadas ainda, reuniões internas para análise e melhoria de processos e controles relativos aos fundos da Vinci.

7.3.6.2 Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.

Grupo Vinci possui plataforma de tecnologia proprietária que auxilia os controles da área de BackOffice, em que é possível realizar: (i) registro das operações por parte dos traders, (ii) geração de arquivos com as operações para upload no site dos administradores, (iii) movimentação e controle de passivo e (iv) controle de custódia. O processo de batimento das carteiras dos fundos é realizado pelo BackOffice com auxílio do Sistema para Gestão de Investimento ("SGI"). O grupo Vinci também possui uma área exclusiva de precificação de títulos e valores mobiliários que utiliza o Bloomberg para checagem de todos os preços de ativos/derivativos em custódia. Com relação ao processo em si, a mesa de operações repassa o mapa de operações ao BackOffice através da plataforma proprietária (Boletador), que através deste, reconcilia as informações com as enviadas pelas Contrapartes. O BackOffice valida a operação e envia para o administrador. Ao final do dia, o BackOffice envia todas as operações e preços para o SGI e, nesse momento, é realizado o pré-processamento das carteiras dos fundos. No dia seguinte das operações, é realizada a validação da carteira do Administrador contra a pré-processada pela Vinci.

7.3.6.3 Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.

O plano de continuidade de negócios e recuperação de desastre adotado pelo Grupo Vinci está baseado nos seus processos de negócio e o local em que as pessoas se encontram. No caso de um incidente em uma de suas instalações, Rio de Janeiro ou São Paulo, temos duas estratégias implementadas para a continuidade de negócio:

1. O escritório está operacional, porém sem acesso físico: a estratégia é recuperar as operações através do acesso remoto a partir do computador pessoal de cada pessoa.
2. O escritório não está operacional: a estratégia é recuperar as operações através do acesso remoto em uma posição de desktop disponível no escritório que não sofreu a interrupção. Os escritórios, São Paulo e Rio de Janeiro, estão preparados para assumir como contingência um do outro.

A realização da prática do acesso remoto ao computador corporativo é contínua e diária. Assim a área de TI do Grupo Vinci monitora o ambiente de produção, implementando melhorias ou corrigindo eventuais falhas diariamente. Além disso, o *backup* de informações em fitas é uma rotina diária nos escritórios.

3. A Vinci adota soluções em nuvem pública, o que facilita o acesso às informações e arquivos dos usuários em cenários de contingência. Para as áreas que estão com armazenamento na nuvem, basta ter Internet disponível para conseguir acesso aos arquivos.

Datacenter

No caso dos servidores que se encontram em Datacenter externo, o backup é feito através de cópia em disco. Adicionalmente, os servidores são replicados em outro Datacenter para serem ativados e utilizados em caso de desastre no Datacenter principal.

7.3.6.4 Descreva a política de segurança da informação.



O Grupo Vinci possui política de segurança da informação com o objetivo de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade e auditabilidade das informações e processos internos da empresa. A informação é um ativo que possui grande valor, devendo ser adequadamente utilizada e protegida contra ameaças e riscos. O Público Alvo da política são todos os colaboradores e é de todos zelar pela informação, tratando-a como um bem da própria empresa.	
7.3.6.5	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações? O grupo Vinci possui sistema de gravação de ramais para usuários elegíveis das Áreas de Gestão de Recursos. A escuta de gravações do próprio solicitante é permitida. Cabe ao Head do Departamento de Compliance e ao CEO do Grupo Vinci autorizarem a escuta de gravações de outro usuário ou a gravação de conversas telefônicas para mídia externa, em atendimento a eventuais solicitações das autoridades competentes.
7.3.6.6	Descreva os procedimentos de <i>back-up</i> e redundância de informações, <i>desktops</i> e servidores (para <i>back-up</i>, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento). O backup de informações é realizado diariamente e são feitas para a fita em cada um dos escritórios e no Datacenter, onde são enviadas para o Datacenter e armazenadas por cinco anos
7.3.6.7	Descreva a política de controle de acesso ao <i>Data Center</i> (físico e lógico). O acesso ao Datacenter é controlado por cartão de acesso e somente a área de TI e a equipe de segurança tem permissão de entrada. Para a permissão de novos acessos, a autorização tem de ser dada pela gerência da área de TI.
7.3.6.8	Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar <i>no-breaks</i>, capacidade dos servidores, <i>links</i> de internet e telefonia etc. RJ: Sistema redundante APC com capacidade de 30 KVA SP: Sistema redundante APC com capacidade de 20 KVA Servidores Dell, Blades, processadores Dual Core, total de 64 núcleos e 384 GB de memória Links de Internet 2 Links de 10 Mbits/seg Telefonia PABX Avaya Estações de trabalho Dell Storage EMC modelo CX4-120 nos Data Center Dell modelo EqualLogic PS4000XV
7.3.6.9	A instituição possui filtro de e-mail, <i>firewall</i> e sistemas de antivírus? Sim. Filtro de e-mail: Proofing Point Firewall: Fortnet Antivírus: McAfee
7.3.6.10	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

Sim, são realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas em que todas as rotinas de controles são executadas no período de um ano. Possuímos também uma gestão da infraestrutura de segurança diária através de empresa contratada.

8 - Compliance e Auditoria Interna

8.1 Quem são os responsáveis pelas áreas de *compliance* e auditoria interna e a quem se reportam?

O Departamento de Compliance, que atende todas as empresas do Grupo Vinci, tem plena autonomia para o exercício de suas funções e atua com o objetivo de assegurar a conformidade das operações do Grupo Vinci com o disposto na regulação e na autorregulação de suas atividades; aplicar, monitorar e supervisionar, com independência e eficiência, o cumprimento das regras contidas no Manual de Compliance; e implementar procedimentos operacionais que deem cumprimento às normas previstas no Manual de Compliance do grupo. A área é composta pelo departamento Jurídico e de Compliance composto atualmente por três advogados, um estagiário, um compliance officer e um analista de compliance.

8.2 Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.

Quando contratados, os empregados assinam termo de compromisso e de adesão ao Manual de Compliance e ao Código de Ética. Atualizações de tais documentos são imediatamente divulgadas para a empresa.

8.3 Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.

Dentre as aplicações financeiras existentes, a política de investimento pessoal detalha:

(i) negociações permitidas;

(a) títulos públicos federais; (b) poupança, certificados de depósitos ou títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, tais como letras financeiras, letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio; (c) cotas de fundos de investimento abertos, geridos pelo Grupo Vinci ou por terceiros; (d) cotas de fundos de investimento fechados não listados em mercado de bolsa ou de balcão, geridos pelo Grupo Vinci ou por terceiros.

(ii) negociações permitidas mediante prévia autorização do Departamento de Compliance e obrigação de informar; e

• Cotas de FII respeitando Holding Period e Black out Period.

• (iii) negociações vedadas.

(a) investimentos em ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de valores mobiliários, títulos de dívida corporativa, debêntures e cotas negociadas em bolsa de valores ou balcão organizado dos seguintes fundos de investimento: Fundos de Índice (ETF), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Investimento em Participações (FIP) e Fundos de Investimento em Ações (FIA);

(b) celebração de contratos de empréstimo de valores mobiliários; e

(c) celebração de contratos a termo, futuros, de opções e outros derivativos cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários

Investimentos pessoais dos Colaboradores em situações diversas das aqui previstas só podem ser realizados desde que prévia e expressamente autorizados pelo Departamento de Compliance. Os empregados devem declarar por escrito a inexistência de ativos diferentes dos permitidos. Os colaboradores devem declarar por escrito a inexistência de ativos diferentes dos permitidos. Anualmente, os colaboradores são obrigados a reafirmar o seu compromisso com a Política de Investimentos Pessoais.	
8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa? Sim. Os fundos exclusivos para sócios e colaboradores da empresa são veículos para alocação de recursos nos mesmos produtos oferecidos aos clientes, assim como viabilizam a alocação direta no mercado. Em hipótese alguma, há diferenciação de liquidez ou redução de taxas para clientes e funcionários: todos, enquanto clientes, são tratados da mesma maneira no investimento em produtos da Vinci.
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa. O caixa da empresa é alocado em títulos privados pós-fixados de emissão de instituições financeiras, e em fundos de renda fixa com liquidez diária.
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como <i>front running</i>, vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de <i>webmail</i> externo) A empresa adota normas rígidas de Compliance e de investimentos pessoais. Assim, o risco de <i>front running</i> acaba sendo mitigado apenas através das premissas e regras adotadas. Além disso, os e-mails e comunicações eletrônicas são gravados e auditados.
8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores. Os distribuidores são indicados pela área de A&D (Alocadores e Distribuidores) e, após uma análise prévia dos sócios da empresa e das notícias na mídia relativas à empresa, ocorrerá um processo de <i>Due Diligence</i> realizado pelo Administrador para a aprovação do distribuidor, em que são aplicados os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro previstos pela legislação.
8.8	Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de <i>chinese wall</i> e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio. As instalações da VGP são divididas em áreas distintas, cada uma delas com destinação específica, quais sejam: (i) área destinada à equipe de análise e aos funcionários que tomam decisões de investimento relativas à VGP. Trata-se de área composta por posições de trabalho separadas, assim como por espaços amplos (e seguros) para a armazenagem de informações (públicas) e relatórios acerca de companhias eventualmente utilizados. Esta área encontra-se separada, considerando-se a distância e o local em que foi instalada, das demais áreas do Grupo Vinci. Nossas instalações também apresentam áreas destinadas à armazenagem de documentos diversos, toaletes, cozinha e recepção com sala de espera. Reiteramos, por fim, que o <i>lay-out</i> foi criado por escritório de arquitetura especializado, tendo sido desenvolvido com vistas ao atendimento das disposições da Instrução CVM 558. Além disso, o bom uso das instalações da VGP será garantido pelas práticas a seguir descritas.

Primeiramente, a VGP encontra-se localizada em um edifício dotado de rígido sistema de segurança, composto por uma equipe de seguranças operante durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, assim como por sistema de vigilância e acesso controlado de visitantes por sistemas de leitura biométrica. Adicionalmente, o escritório da VGP é ainda separado dos elevadores do edifício por porta de vidro com acesso somente através de leitura biométrica previamente cadastrada pela administração do edifício.

Internamente, procuramos ainda garantir o bom uso das instalações através de algumas práticas aplicáveis a todos os Colaboradores (entendidos como tais todos os funcionários, sócios e integrantes dos cargos de administração e de gestão do Grupo Vinci):

- i. Acesso por cada Colaborador somente via leitura biométrica previamente cadastrada;
- ii. Atuação por cada Colaborador em sua respectiva área de trabalho (descrita acima); e
- iii. Respeito às leis e exigências do condomínio onde se encontra localizada a VGP.

8.9	No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?
-----	---

N/A

8.10	Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras.
------	---

Seguem as regras:

1. A VGP é uma gestora de recursos focada preponderantemente na gestão de mandatos de soluções de investimentos sob medida, podendo realizá-la através de carteiras administradas, fundos de investimento exclusivos ou restritos, os quais, em sua maioria, são da classe multimercado, conforme o Artigo 117 da Instrução CVM nº 555/14.
2. No entanto, ainda que os Fundos pertençam à mesma classe, eles apresentam políticas de investimento, estratégias, e perfis de risco distintos, o que pode ser evidenciado pelos regulamentos de cada Fundo, bem como pelas políticas de investimento estabelecidas individualmente com cada cliente, em um processo *taylor made*.
3. Em linha com o exposto, o critério em que está fundamentada é o perfil de risco (ao qual estão relacionados diretamente política de investimento, estratégia, público alvo) de cada Fundo.

8.11	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.
------	--

Os fundos geridos pela VGP não realizam operações fora de plataformas eletrônicas de negociação. A precificação de todos os seus ativos é realizada pelo administrador dos fundos.

8.12	Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?
------	---

N/A

8.13	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.
------	---

Através das políticas de compliance da empresa, que preveem, inclusive, comunicações dos executivos que se enquadrem nesta situação declarando existência de conflitos – o que restringe totalmente a negociação de valores mobiliários emitidos por tais empresas.

8.14	Descreva as regras para o tratamento de <i>soft dollar</i> tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.
------	---



Caso um benefício de soft dollar (soft commissions) seja incluído em uma negociação de serviço prestado por corretora de valores mobiliários, o Departamento de Compliance deverá ser informado, a fim de checar a existência de eventuais conflitos de interesses, inclusive para assegurar que os benefícios eventualmente concedidos se revertam para a atividade de gestão e que não impactem a tomada de decisão de investimento das gestoras do Grupo Vinci, sempre em observância às melhores práticas de mercado.

Uma vez que o benefício concedido satisfaça os critérios acima, o Departamento de Compliance aprovará o acordo proposto.

O Grupo Vinci tem a convicção de que o exercício de suas atividades e a expansão de seus negócios deve basear-se em princípios éticos compartilhados por todos os seus Colaboradores, sempre de acordo com as regras e preceitos estabelecidos no Código de Ética do Grupo Vinci.

8.15 A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.

Não, a empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

8.16 São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?

Sim, o Departamento de Compliance verifica constantemente a adequação dos colaboradores e das empresas do grupo às normas descritas no Manual.

9 - Questões Jurídicas e Legais

9.1 Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)

O Grupo Vinci tem departamento jurídico próprio, composto por 3 (três) advogados e 1 (um) estagiário. Quando necessário, providencia a contratação de escritórios de advocacia.

9.2 A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.

Não.

9.3 Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM, no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?

Não.

10 - Anexos

	Marcar Anexos Abaixo
10.1 Resumo Profissional	Sim
10.2 Manual de Risco	Sim
10.3 Manuais de Marcação a Mercado	N/A
10.4 Manual de Compliance	Sim
10.5 Código de Ética e Conduta	Sim
10.6 Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	Sim
10.7 Relatório de Rating	N/A



10.8	Manual de Liquidez	Sim
10.9	Política de <i>Suitability</i>	Sim



2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: São Paulo	Data: 18/06/2018
Nome:	
Cargo:	

Assinatura:

Fernando Lovisotto *Alexandre P. Damasceno*

Fernando Lovisotto
Diretor

Alexandre Teixeira Damasceno
Diretor

3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
Não houve mudança societária que altere o controle acionário da empresa.	
1.2	Entrada e saída dos principais sócios.
Não houve entrada ou saída dos principais sócios.	
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
A adequação da VGP à ICVM 558/15 trouxe a necessidade, a partir de 30/06/2016, de designar um diretor de Gestão de Risco, e um diretor de Compliance.	
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização.
31/07/2017	
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
Não houve nenhum fato relevante da empresa desde a última atualização.	
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.
3.1-3.8	

4) Atualizar Sumário



► Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 2:

Informações sobre o Fundo de Investimento

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.

Questionário preenchido por:

Eduardo Albiero

Data:

16/11/2018

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

Sumário

Apresentação	3
1) Informações sobre o Fundo de Investimento	4
1 - Alterações desde a última atualização	4
2 - Informações Qualitativas	7
2.1 – Perfil	7
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo.....	8
2.3 - Estratégias e Carteiras	8
3 - Informações Adicionais	10
4 - Gestão de Risco	11
5 – Comportamento do Fundo em Crises.....	13
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (<i>peak to valley</i>)	13
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)	13
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores	13
9 – Atendimento aos Cotistas	14
10 - Investimento no Exterior.....	14
11 – Anexos	15
2) Declaração	16
3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento.....	17
Atualizar Sumário	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito, atualizar campo, atualizar apenas os números de página)



Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento.

1) Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Alterações desde a última atualização	
1.1	Nome
Vinci Selection Equities Fundo de Investimento em Ações	
1.2	CNPJ
15.603.945/0001-75	
1.3	Data de início
01/11/2012	
1.4	Classificação CVM
Fundo de Ações.	
1.5	Classificação ANBIMA
Ações Livre.	
1.6	Código ANBIMA
320196	
1.7	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?
Não	
1.8	Classificação tributária (CP/LP/Ações)
Ações	
1.9	Público-alvo
Investidores pessoas físicas e jurídicas em geral.	
1.10	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução nº 3.792, do CMN?
Sim, a Resolução nº 4.661/2018, Resolução 3.922/2010 e a resolução 4.444/2015	
1.11	Exclusivamente para Investidor qualificado?
Sim.	
1.12	Conta Corrente (banco, agência, nº)
Banco Bradesco (237)	
Agência: 2856	
Conta-corrente: 651611-4	
CNPJ: 15.603.945/0001-75	
1.13	Conta CETIP (nº)
19148001	
1.14	Administração (indique contato para informações).
BEM DTVM Ltda. (Empresa do Grupo Bradesco)	
1.15	Custódia (indique contato para informações).
Banco Bradesco S.A.	
1.16	Auditoria externa (indique contato para informações).
PriceWaterhouse Coopers.	
1.17	No caso dos FIDCs ou Fundos de Crédito, caso se aplique, informar:
Escriturador	N/A
Agente de depósito (Custódia Física)	N/A
Consultor Especializado	N/A
Assessor Jurídico	N/A



Seguradora		N/A
1.18	Cotização: abertura ou fechamento? Fechamento.	

1.19	Regras para aplicação e resgate:	
	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	Aplicação mediante efetiva disponibilização dos recursos até as 12:00h. Cotização em D+1 da aplicação.
	Carência/Tempo mínimo para permanência (<i>lock-up period</i>) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há.
	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Resgates até as 12:00h Cotização em D+60 da solicitação de resgate. Liquidação em D+3 da cotização.
	Aplicação inicial mínima	R\$ 25 mil / Saldo mínimo: R\$ 5 mil
	Aplicação máxima por cotista	Não há
	Aplicação adicional mínima	R\$ 5 mil
	Resgate Mínimo	R\$ 5 mil
1.20	Taxa de Entrada (<i>upfront fee</i>)	
	Não há.	
1.21	Taxa de Saída (<i>redemption fee</i>)	
	Não há.	
1.22	Taxa de Administração	
	1% ao ano (0,97% pela prestação de serviços de Administração do fundo + 0,03% pelo serviço de custódia).	
1.23	Taxa de Administração máxima	
	Não há;	
1.24	Taxa de Performance	
	• %	20% ao ano
	• <i>Benchmark</i>	IBOVESPA
	• Frequência	Semestral
	• Linha-d'água	Sim
1.25	Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?	
	O custo total médio estimado para o fundo é de 0,05% do patrimônio líquido ao ano, excluindo-se a taxa de administração e performance.	
1.26	Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?	
	Existe uma política comercial estabelecida.	
1.27	Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?	



Não há.	
2 - Informações Qualitativas	
2.1 – Perfil	
2.1.1	Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento. O fundo tem como objetivo proporcionar rentabilidade que busque superar a variação do índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA por meio da atuação no mercado de ações.
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo. A partir do regulamento de 03/05/2018, ficou vedado o investimento em cotas de fundos de investimento, cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM no 555/14 destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM no 554/14 ou destinados exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM 554/14. Ficou vedado, também, o investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII, Cotas de classe Sênior de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e ativos objeto de oferta privada emitidos por instituições não financeiras, desde que permitidos pelo inciso V do Artigo 2o da ICVM.
2.1.3	Processo de Decisão de Investimento. O processo de aprovação de um investimento é rigoroso e contínuo. Com a identificação de potenciais oportunidades de investimento. A análise é detalhada dos casos de potencial investimento por meio de um processo exaustivo de coleta de informações. A construção do portfólio fica a critério do gestor que decide o tamanho da posição e o melhor momento e maneira de efetuar o investimento.
2.1.4	Descreva o processo decisório de investimento. Ver questão acima (2.1.3).

2.1.5	Cite as premiações, <i>ratings</i> e <i>rankings</i> .	
Não há para o fundo.		
A VGP, gestora do fundo, possui rating “Forte com Perspectiva Estável” pela Fitch Rating.		
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo		
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).	
A Equipe de Gestão é liderada por Fernando Lovisotto, e conta com mais três gestores e dois analistas.		
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe.	
N/A.		
2.3 - Estratégias e Carteiras		
2.3.1	Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como:	
	▪ Brasil (exclusivamente)	SIM
	▪ Brasil (predominantemente)	especifique NÃO
	▪ Global	especifique NÃO
2.3.2	Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.	
N/A.		
2.3.3	Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: <i>stop loss</i> , <i>stop gain</i> , concentração de ativos, aluguel de ativos etc.).	
A carteira do fundo segue critérios de limites de participação por questões de risco de concentração. Os limites estão pré-estabelecidos no regulamento do fundo.		
2.3.4	Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?	
É vedado ao Fundo realizar operações denominadas “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia com o mesmo ativo, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada total ou parcialmente, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.		
2.3.5 – Uso de Derivativos		
2.3.5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:	
	• Proteção de carteira ou de posição	Sim ☒ Não ☐
	• Mudança de remuneração/indexador	Sim ☒ Não ☐
	• Estratégias combinadas (<i>floors</i> , <i>caps</i> , <i>collars</i> , <i>spreads</i> , <i>straddles</i> , <i>box</i> , financiamentos com termo etc.)	Sim ☐ Não ☒
	• Alavancagem	Sim ☐ Não ☒
2.3.5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:	
	Juros	Sim ☒ Não ☐
	Câmbio	Sim ☐ Não ☒
	Ações	Sim ☒ Não ☐
	Commodities	Sim ☐ Não ☒
Em Bolsas:		
	• Com garantia	Sim ☒ Não ☐
	• Sem garantia	Sim ☐ Não ☒
Em balcão:		
	• Com garantia	Sim ☐ Não ☒
	• Sem garantia	Sim ☐ Não ☒
2.3.6 - Compra de Cotas de Fundos de Investimento		
2.3.6.1	de fundos de terceiros?	
		Sim ☒ Não ☐

Associação Brasileira das Entidades
dos Mercados Financeiro e de Capitais



2.3.6.2	de fundos do gestor?	Sim ☒	Não ☐
---------	----------------------	---	------------------------------

3 - Informações Adicionais																					
3.1	PL atual																				
R\$ 132.273.505,58 – Data base 28/09/2018..																					
3.2	PL médio em 12 meses																				
R\$ 114.132.068,96 Data base 28/09/2018																					
3.3	PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa																				
R\$ 720.690.231,76 – Data base 28/09/2018.																					
3.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do Fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?																				
Estima-se se a capacidade máxima para a estratégia seja de R\$ 1 bilhão.																					
3.5	Número de cotistas																				
74 cotistas – Data base 28/09/2018.																					
3.6	Qual percentual do passivo do Fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?																				
<table> <tr> <td>Externo</td><td>95,96%</td></tr> <tr> <td>Interno Sócio/Colaborador</td><td>3,96%</td></tr> <tr> <td>Interno Empresa</td><td>0,09%</td></tr> </table>		Externo	95,96%	Interno Sócio/Colaborador	3,96%	Interno Empresa	0,09%														
Externo	95,96%																				
Interno Sócio/Colaborador	3,96%																				
Interno Empresa	0,09%																				
Data base: 28/09/2018																					
3.7	Descreva as regras de concentração de passivo																				
A Vinci possui uma estrutura de alinhamento de interesses em que clientes e sócios investem sob as mesmas condições. A filosofia do grupo permite que o passivo dos fundos Vinci seja de alta qualidade.																					
3.8	Percentuais detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas																				
<table> <tr><td>1</td><td>14,21%</td></tr> <tr><td>2</td><td>12,72%</td></tr> <tr><td>3</td><td>11,18%</td></tr> <tr><td>4</td><td>9,10%</td></tr> <tr><td>5</td><td>7,99%</td></tr> <tr><td>6</td><td>7,18%</td></tr> <tr><td>7</td><td>5,90%</td></tr> <tr><td>8</td><td>4,75%</td></tr> <tr><td>9</td><td>3,67%</td></tr> <tr><td>10</td><td>2,86%</td></tr> </table>		1	14,21%	2	12,72%	3	11,18%	4	9,10%	5	7,99%	6	7,18%	7	5,90%	8	4,75%	9	3,67%	10	2,86%
1	14,21%																				
2	12,72%																				
3	11,18%																				
4	9,10%																				
5	7,99%																				
6	7,18%																				
7	5,90%																				
8	4,75%																				
9	3,67%																				
10	2,86%																				
Data Base – 28/09/2018																					
3.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê?																				
Não.																					
3.10	Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo?																				
A auditoria é realizada pela PriceWaterhouse Coopers.																					
3.11	Quais e quando foram os três últimos exercícios de direito de voto?																				
N/A																					



4 - Gestão de Risco	
4.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do Fundo. O fundo busca investir 100% de seu patrimônio em posições em renda variável (fundos, ações, ETFs, futuros e opções). Sobras de caixa são investidas em títulos públicos ou fundos de zeragem, não sendo utilizado crédito privado. Todas as operações são realizadas em bolsa de valores. O acompanhamento dos riscos de crédito de contraparte é realizado por meio de análise criteriosa da capacidade de pagamento e perfil de atividades das empresas emissoras.
4.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do Fundo. Para a aferição de liquidez dos ativos componentes da carteira do fundo, os critérios utilizados são os seguintes: -Ações, ETFs e títulos públicos: média de negociação nos últimos 63 dias úteis, adotando a premissa de que seria possível participar, sem efeitos significativos no preço, em 30% do volume diário de negociação de tais ativos. -Fundos: é considerado seu prazo de cotização como prazo para liquidação da posição. -Opções: prazo para o vencimento.
4.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle. O fundo não realiza operações com derivativos sem garantia. Todos são negociados em bolsa e possuem margem depositada.
4.4	Como é feita a precificação de ativos/derivativos ilíquidos/exóticos? Existem esferas na Instituição para tal? O fundo não investe em ativos/derivativos ilíquidos/exóticos. Para a Vinci Partners, ativos ilíquidos são mapeados em proxys do mercado a que pertencem (ex: uma ação ilíquida é mapeada no índice mais apropriado) e modelos de precificação de ativos exóticos precisam ser chancelados pela área de Risco de Mercado antes de serem negociados para que estejam contemplados nos modelos da instituição. Vale ressaltar que os fundos de investimentos sempre procuram alocar seu patrimônio em ativos líquidos, preservando uma relação retorno/risco eficiente.
4.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, <i>Tracking Error</i> e <i>Expected Shortfall</i>)? São utilizados VaR (95% e 99% de confiança, simulação histórica e paramétrica, retornos diários e janela histórica de 1 ano) e Stress (simulação de cenários hipotéticos e históricos).
4.6	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 4.5 Caso identificada uma violação de limite, a área de Risco impõe o enquadramento da exposição da carteira dentro dos limites pré-estabelecidos.
4.7	Qual o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 (exceto <i>stress</i>)? Não há limite de VaR para o Vinci Selection Equities FIA.
4.8	Descreva as regras de Orçamento da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5. A Vinci acredita na disciplina e na diversificação como medidas estruturais de controle de risco e de melhora da relação risco/retorno do portfólio. A medida de 20% é um nível que permite ao expressar as convicções de investimento de maneira clara e ao mesmo tempo não expõe os cotistas a riscos excessivos pela moderação dos riscos diversificáveis. O VaR é calculado por simulação histórica e paramétrico, retornos diários, janela histórica de 252 dias, com 95% e 99% de confiança. O Stress de 1 dia é calculado por simulação histórica e hipotética, considerando o pior período de cada crise (drawdown).

4.9	Quando atingiu o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5? Por quê?		
N.A.			
4.10	Historicamente, qual o máximo da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 registrado pelo Fundo? Comente.		
Nome do Fundo		VaR Máximo	Stress Máximo
VINCI SELECTION EQUITIES FIA		- 2.75%	-8,34%
4.11	Qual o VaR médio do Fundo nos últimos		
3 meses?		-1,52%	
6 meses?		-1,39%	
12 meses?		-1,39%	
24 meses?		-1,38%	
4.12	Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo Fundo e em qual(is) ativo(s)?		
O Vinci Selection Equities FIA não utiliza alavancagem como parte de sua política de investimentos.			
4.13	Qual o limite para perdas em cenário de <i>stress</i> ?		
Não há limite de Stress para o Vinci Selection Equities FIA.			
4.14	Quando atingiu o limite? Por quê?		
N/A.			
4.15	Qual o <i>stress</i> médio do Fundo nos últimos		
3 meses?		-7,44%	
6 meses?		-6,89%	
12 meses?		-6,88%	
24 meses?		-6,25%	
4.16	Comente o último <i>stop loss</i> relevante do Fundo.		
N/A.			



5 – Comportamento do Fundo em Crises					
	Período	Evento	Comportamento	Explicação	
	Jul- Out/97	Crise da Ásia	N/A	N/A	
	Ago/98	Crise da Rússia	N/A	N/A	
	Out/98	Quebra do LTCM	N/A	N/A	
	Jan/99	Desvalorização do Real	N/A	N/A	
	Mar/00	Crise do Nasdaq	N/A	N/A	
	Abr/01	Apagão	N/A	N/A	
	Set/01	Ataques terroristas nos EUA	N/A	N/A	
	Mar-Jul/02	Escândalos contábeis	N/A	N/A	
	Jun/02	Marcação a mercado	N/A	N/A	
	Jul-Out/02	Eleições no Brasil	N/A	N/A	
	Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	N/A	N/A	
	Jul-Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A	
	Out/2008 - Mar/2009	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	N/A	N/A	
	Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A	
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)					
	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
1.	26-Fev-2018 a 18-Jun-2018		-13,20%		Em Recuperação
2.	03-Jan-2013 a 24-Jun-2013		-12,73%		22-Out-2013
3.	03-Set-2014 a 30-Jan-2015		-11,77%		03-Mar-2016
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)					
7.1	Atribuição		Contribuição (%)		
	Bolsa		85,99%		
	Caixa		6,15%		
	Despesas/Taxas		-9,99%		
	Desde 01/11/2012 até 28/09/2018		Desde 01/11/2012 até 28/09/2018		
7.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).				
N/A.					
7.3	O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?				
Não.					
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores					
8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?				

A Vinci disponibiliza um e-mail diário com as últimas atualizações de cota e patrimônio líquido, lâminas mensais com informações de rentabilidade e detalhes da carteira no fechamento de cada mês, e uma carta mensal com comentários dos gestores sobre o desempenho dos fundos e dos mercados com o um todo.	
8.2	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
Nos mesmos termos em que esta é divulgada para a CVM e para o mercado.	
8.3	Com que frequência é possível realizar <i>conference calls</i> com o gestor dos fundos?
A Vinci realiza calls mensais com os gestores, e está a disposição para calls em qualquer período que o cliente julgar necessário.	
9 – Atendimento aos Cotistas	
9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
A Vinci disponibiliza aos cotistas um relatório diário de cotas e patrimônio por meio eletrônico, carta mensal com comentários dos gestores a respeito do cenário e desempenho dos fundos e lâminas dos fundos com informações quantitativas atualizadas no fechamento de cada mês.	
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
O website www.vincipartners.com disponibiliza lâminas e regulamentos dos fundos, atualizado mensalmente.	
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
O administrador disponibiliza canal de atendimento aos cotistas do Fundo pelos seguintes meios: telefone (11) 3684-4522 e endereço para correspondência: Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2o andar, Vila Yara, Osasco, SP. Em caso de dúvidas sobre a gestão do Fundo, a Vinci possui uma equipe comercial dedicada, disponível pelo telefone (11)3572-3770 ou pelo e-mail relacionamentoasset@vincipartners.com .	
10 - Investimento no Exterior	
Caso o Fundo tenha investimentos no exterior, preencher os dados abaixo	
10.1	Qual é a Estrutura desse Fundo?
N/A.	
10.2	Quais os riscos envolvidos?
N/A.	
10.3	Qual o produto?
N/A.	
10.4	Qual (is) a (s) estratégia (s) de alocação em ativos no exterior?
N/A.	
10.5	Qual (is) o (s) veículo (s) utilizado (s) para estas alocações?
N/A.	
10.6	Enumerar os prestadores de serviços dos investimentos no exterior (administrador, custodiante, RTA, <i>prime broker</i> , entre outros)
N/A.	
10.7	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.
N/A.	
10.8	O investimento no exterior foi constituído sob qual jurisdição? Quais são as entidades



	reguladoras pertinentes?	
N/A.		
10.9	Caso o investimento no exterior seja feito através de fundos, descreva como foi constituída a diretoria do Fundo.	
N/A.		
11 – Anexos		
11.1	Regulamento	Sim ☒ Não ☐
11.2	Prospecto	Sim ☐ Não ☒
11.3	Última lâmina	Sim ☒ Não ☐
11.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira	Sim ☐ Não ☒
11.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM)	Sim ☐ Não ☒
11.6	Relatórios de Gestão	Sim ☐ Não ☒

2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: São Paulo	Data: 16/11/2018
Nome:	
Cargo: Diretor	

Assinatura:  Alexandre S. Damasceno

Fernando Lovisotto
Diretor

Alexandre Teixeira Damasceno
Diretor



3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento

1 – Nome do Fundo	
1.1	Alteração de prestadores de serviço dos fundos geridos: Administrador, Custodiante e Auditor.
N/A	
1.2	Alteração de dados de contato
N/A.	
1.3	Alteração nas condições de aplicação e resgate do Fundo
N/A.	
1.4	Alteração da classificação tributária
N/A.	
1.5	Alteração de limites de risco dos fundos
N/A.	



► Questionário Padrão Due Diligence para
Fundos de Investimento – Seção 3:

Resumos Profissionais

Gestor de Recursos de Terceiros (Pessoa Jurídica):

Nome

VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA

Questionário preenchido por:

Nome

Data: 21/02/2018

Observações.:

- Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja pertinente ao profissional, este deve ser preenchido com "N/A".

Informações Gerais	
Nome	FERNANDO LOVISOTTO
Email (opcional)	
Data de Nascimento	27/06/1975
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Diretor
Data em que assumiu cargo atual	2010
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	2010
Data de entrada (mês/ano)	05/2010
Instituição 1	
Nome	RISK OFFICE CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.
Cargo	Sócio - Diretor
Data de entrada (mês/ano)	1999
Data de saída (mês/ano)	2010
Instituição 2	
Nome	BANCO ABN AMRO
Cargo	Tesouraria – Risk Management
Data de entrada (mês/ano)	1998
Data de saída (mês/ano)	1999
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Engenharia Elétrica com ênfase em Engenharia de Telecomunicações
Instituição	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Data da conclusão (mês/ano)	1997
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	Finanças Quantitativas
Instituição	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Data da conclusão (mês/ano)	2000
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	Anbima
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

Informações Gerais	
Nome	Andre Simões Cardoso
Email (opcional)	
Data de Nascimento	26/12/1972
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gestor
Data em que assumiu cargo atual	jul/12
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	jul/12
Data de entrada (mês/ano)	jul/12
Instituição 1	
Nome	Modal Asset
Cargo	Gestor
Data de entrada (mês/ano)	jul/07
Data de saída (mês/ano)	jul/11
Instituição 2	
Nome	Cenario Investimentos
Cargo	Sócio-Gestor
Data de entrada (mês/ano)	out/03
Data de saída (mês/ano)	jul/07
Instituição 3	
Nome	Banco Liberal Bank Of America
Cargo	Gestor
Data de entrada (mês/ano)	jan/98
Data de saída (mês/ano)	mar/03
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	Universidade Cândido Mendes
Data da conclusão (mês/ano)	dez/00
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	Anbima
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

Informações Gerais	
Nome	Axel Andre Simonsen
Email (opcional)	
Data de Nascimento	04/11/1978
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gestor
Data em que assumiu cargo atual	set/15
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	set/15
Data de entrada (mês/ano)	set/15
Instituição 1	
Nome	Bradesco Asset Management
Cargo	Gestor
Data de entrada (mês/ano)	mar/14
Data de saída (mês/ano)	ago/15
Instituição 2	
Nome	Behavior Capital Management
Cargo	Sócio-Gestor
Data de entrada (mês/ano)	jan/10
Data de saída (mês/ano)	ago/13
Instituição 3	
Nome	Banco Itau
Cargo	Analista Tesouraria/Produtos Estruturados
Data de entrada (mês/ano)	mar/01
Data de saída (mês/ano)	dez/06
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	jul/01
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	Economia
Instituição	EPGE - Fundação Getúlio Vargas
Data da conclusão (mês/ano)	2007
Doutorado	
Curso	Economia
Instituição	EPGE - Fundação Getúlio Vargas
Data da conclusão (mês/ano)	2009
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	Anbima
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

Fitch Atribui Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Forte' à Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.

Fitch Ratings - São Paulo/Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2017: A Fitch Ratings atribuiu, hoje, o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Forte' à Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. (VGP). A Perspectiva do Rating é Estável.

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO RATING

O rating 'Forte' da VGP reflete a opinião da Fitch de que a gestora possui capacidade de investimento e características operacionais fortes em relação às estratégias de investimento oferecidas.

O rating da VGP reflete os benefícios de fazer parte do grupo Vinci Partners Investimentos (Vinci), seu controlador, um grupo financeiro de médio porte com sede no Brasil. O rating também considera a experiente equipe de profissionais e o proficiente processo de investimento. O rating reflete, ainda, as fortes estruturas de controle e governança do grupo, assim como o sólido suporte operacional e tecnológico.

O rating de qualidade de gestão de investimentos da VGP contempla apenas suas atividades no mercado doméstico e não considera as outras unidades de gestão de recursos e áreas de negócios do grupo, todas com processos e políticas próprios.

Na opinião da Fitch, os principais desafios da VGP são consolidar o desempenho de seus fundos em um difícil ambiente de investimento, continuar o crescimento dos ativos sob gestão (AUM), ainda com baixo volume, melhorar a formalização do processo de investimento e aumentar a diversificação de sua base de investidores.

O rating 'Forte' da VGP se baseia nas seguintes avaliações:

Processo de Investimento: Proficiente

Recursos de Investimento: Forte

Gestão de Risco: Forte

Desempenho do Investimento: Consistente

Companhia e Atendimento ao Cliente: Forte

A VGP é uma subsidiária do grupo Vinci Partners e possui um fundo de fundos de terceiros (FoFs) e um fundo multimercado macro com horizontes de longo prazo, com estratégias completamente diferentes. O grupo atua em diferentes segmentos do mercado de capitais por meio de suas unidades de gestão de recursos, gestão de patrimônio, private equity e assessoria financeira (fusões e aquisições e mercados de capitais). Em setembro de 2017, o grupo apresentava AUM total de BRL21,5 bilhões (VGP: BRL260 milhões, considerando um FoFs e um multimercado macro). O grupo Vinci é controlado por três acionistas majoritários e possui outros sócios minoritários (incluindo um executivo da VGP).

Processo de Investimento

A VGP conta com bom e bem definido processo de investimento, distintos para o FoFs e o fundo macro, apesar do FoFs não possuir relatórios formais dos gestores/fundos e do monitoramento ser baseado no acompanhamento de indicadores e notícias de mercado, sem reuniões. O processo de investimento do FoFs inclui uma reunião macro com a equipe de economistas do grupo, a escolha das estratégias de renda variável (long only, dividendos, small caps, long biased e Ibovespa), monitoramento da performance e dos riscos dos gestores/fundos, o processo de due diligence nos gestores/fundos pela equipe de investimento, o due diligence pela área de risco do grupo e a construção do portfólio. O processo do fundo macro também inclui a reunião macro com os economistas do grupo; a definição das estratégias (juros e inflação, além de moedas) e cenários; e a análise da concorrência. Ambos podem usar derivativos para hedge (normalmente cerca de 20% das carteiras).

As decisões são efetuadas por consenso em comitês semanais e mensais, além de reuniões diárias matinais para acompanhamento dos mercados, em um processo bem estável. O gestor do fundo macro tem alguma autonomia para pequenas posições táticas. A gestora tem amplo acesso a relatórios de boa qualidade, detalhados e consistentes, de empresas especializadas. Todos os fundos têm regras e limites claramente definidos, como ativos elegíveis e estruturas estabelecidas em contrato.

Recursos de Investimento

A VGP conta com estrutura bem organizada, com claras responsabilidades e controles. A equipe é formada por cinco profissionais de investimento, qualificados e experientes, a maioria com mais de 15 anos de mercado, sendo um CIO, um gestor de FoFs, um gestor macro e dois analistas. A rotatividade da equipe tem sido baixa. Os executivos do grupo também são bem experientes, com mais de vinte anos de mercado, muitos no grupo desde o início. As atividades de suporte e controles são providas pelo grupo, como de risco, compliance e middle/back office, além das de RH, legal, contabilidade e tecnologia.

O grupo Vinci possui sólida estrutura de tecnologia da informação e conta com sistema de middle e back office e de controle de risco muito bons (Boletador e VRA, respectivamente), desenvolvidos internamente, com forte nível de funcionalidade e escalabilidade. Algumas gestoras do grupo implementaram, em 2016, o sofisticado sistema de front office Eze Castle, com controles de pre-trading, gestão de ordens e análise de carteira, não implantado na VGP. O controle pre-trading da VGP é feito em planilhas de excel. No entanto, algumas funcionalidades do Eze Castle não são pertinentes para o FoFs, que utiliza o VRA para a otimização das carteiras e asset allocation.

A VGP é supervisionada por várias entidades externas (administradores, custodiantes, auditores, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima)). A administração fiduciária e as atividades de custódia são realizadas pelo Banco Bradesco S.A., com precificação de ativos e cálculo de cotas diários, segundo as regras locais. As bases de dados críticas de ativos e passivos dos fundos também são mantidas pelo administrador fiduciário. A reconciliação de todo o processo operacional é efetuada pela área de middle e back office do grupo, com procedimentos padronizados e integrados às plataformas dos provedores de serviços externos.

Gestão de Risco

As áreas de gestão de risco (mercado, liquidez e operacional) e compliance integram a estrutura do grupo Vinci, proporcionando, desta forma, ótima supervisão de todas as exposições e dos limites dos fundos. O grupo possui sólido conjunto de políticas e controles, com acompanhamento diário das posições e relatórios semanais discutidos nos comitês, inclusive testes de estresse. A gestora de recursos utiliza um sistema proprietário (VRA) para risco de mercado (VaR, tracking error etc.) e liquidez. O controle de liquidez dos fundos é beneficiado, ainda, pelo prazo de resgate (FoFs: D+60 e Macro: D+4). Houve poucos desenquadramentos dos fundos, os quais foram prontamente resolvidos.

Há uma estrutura segregada de risco operacional, que realiza um mapeamento detalhado dos fluxos de trabalho, com relatórios de erros e de perdas. Não houve perdas operacionais em 2016 e 2017. Além disso, as atividades operacionais dos fundos são performadas e controladas pelos administradores e custodiantes, de acordo com as regras locais.

Desempenho do Investimento

Processos consistentes de tomada de decisão sobre investimentos e de gerenciamento de riscos garantiram o desempenho adequado da maior parte das estratégias, assim como a manutenção dos indicadores de risco em linha com os de seus pares.

Companhia e Atendimento ao Cliente

RIO DE JANEIRO

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 20010-010 - Tel.: (55-21) 4503-2600 - Fax: (55-21) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos, 700 - 7º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 01418-100 - Tel.: (55-11) 4504-2600 - Fax: (55-11) 4504-2601

A VGP é uma subsidiária do grupo Vinci Partners. Com AUM de BRL21,5 bilhões, o grupo era o 23º maior gestor de recursos do Brasil em setembro de 2017. Foi estabelecido em 2009 por 24 executivos bastante experientes do, então, Banco Pactual S.A. (atualmente Banco BTG Pactual S.A.) em um modelo de partnership com 187 profissionais, sendo 24 sócios (um da VGP). A VGP foi estabelecida em 2011 e detinha AUM de BRL260 milhões em setembro de 2017, considerando os dois fundos, um FoFs (36% do AUM) e um fundo macro (64%). É uma linha crescente de negócios do grupo, responsável por 26% do resultado em setembro de 2017 (5% em 2016), devido ao forte incremento do AUM desde o início de 2016, beneficiada pela boa performance dos fundos. O perfil dos investidores era constituído por fundos de pensão (33%), recursos do grupo/executivos (30%), varejo (16%), distribuidores (12%) e outros (8%). O resultado do grupo tem sido volátil, mas positivo, impactado por elevadas receitas de performance de fundos em alguns anos.

A gestora oferece bom nível de transparência e materiais de comunicação aos seus investidores, com a divulgação de relatórios mensais, cumprindo as exigências de divulgação da CVM e da Anbima.

SENSIBILIDADES DO RATING

O rating da VGP pode ser sensível a mudanças adversas relevantes em quaisquer dos principais fundamentos mencionados acima, principalmente se houver enfraquecimento de seu perfil financeiro, grande rotatividade de profissionais ou deterioração de processos e políticas. Um desvio importante das diretrizes da Fitch para qualquer fator-chave pode resultar em rebaixamento do rating.

Contatos:

Analista principal
Pedro Gomes
Diretor
+ 55-11-4504-2604
Fitch Ratings Brasil Ltda.
Alameda Santos, 700 - 7º andar - Cerqueira César
São Paulo - SP - CEP: 01418-100

Analista secundário
Luis Lopez
Analista sênior
+571-484-6770 ext. 2003

Presidente do comitê de rating
Davie R. Rodriguez, CFA
Diretor sênior
+1-212-908-0386

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, Rio de Janeiro, Tel.: +55-21-4503-2623, E-mail: jaqueline.carvalho@fitchratings.com.

Informações adicionais estão disponíveis em www.fitchratings.com e em www.fitchratings.com.br

A Fitch Ratings foi paga para determinar cada rating de crédito listado neste relatório de classificação de risco de crédito pelo devedor ou emissor classificado, por uma parte relacionada que não seja o devedor ou o emissor classificado, pelo patrocinador ("sponsor"), subscritor ("underwriter"), ou o depositante do instrumento, título ou valor mobiliário que está sendo avaliado.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

-- 'Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos' (6 de março de 2017).

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

Copyright © 2017 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. 33 Whitehall St, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tais como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os

RIO DE JANEIRO

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 20010-010 - Tel.: (55-21) 4503-2600 - Fax: (55-21) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos, 700 - 7º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 01418-100 - Tel.: (55-11) 4504-2600 - Fax: (55-11) 4504-2601

FitchRatings

relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxaço sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).

POLÍTICA DE ENDOSSO - A abordagem da Fitch em relação ao endosso de ratings, de forma que os ratings produzidos fora da UE possam ser usados por entidades reguladas dentro da UE para finalidades regulatórias, de acordo com os termos da Regulamentação da UE com respeito às agências de rating, poderá ser encontrada na página Divulgações da Regulamentação da UE (EU Regulatory Disclosures) no endereço eletrônico www.fitchratings.com/site/regulatory. Ao status de endosso de todos os ratings Internacionais é informada no sumário da entidade de cada instituição classificada e nas páginas de detalhamento da transação de todas as operações de finanças estruturadas, no website da Fitch. Estas publicações são atualizadas diariamente.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas
Vinci Partners Investimentos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vinci Partners Investimentos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vinci Partners Investimentos Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vinci Partners Investimentos Ltda. e da Vinci Partners Investimentos Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Vinci Partners Investimentos Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

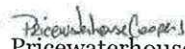


Vinci Partners Investimentos Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Rui Borges
Contador CRC 1SP207135/O-2 "S" RJ

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	33.236	243	67.695	10.112	Fornecedores	-	2	1.042	1.841
Disponibilidades (Nota 6)	5	1	8.440	6.635	Contas a pagar (Nota 13)	19.063	39.927	22.965	45.515
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado (Nota 7.1)	33.231	242	59.255	3.477	Mútuo com partes relacionadas (Nota 14)	-	3.100	-	1.952
Contas a receber (Nota 8)	12	5	22.759	39.864	Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Nota 15)	-	1	22.254	17.440
Impostos a recuperar	116	176	126	447	Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	64	41	6.971	6.017
Outros créditos (Nota 9)	819	1.233	1.413	2.778	Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 22)	-	-	-	-
Total do circulante	34.183	1.857	91.993	53.201	Total do circulante	19.127	43.071	53.232	72.765
Não circulante					Não circulante				
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7.2)	1.416	-	1.416	-	Contas a pagar (Nota 13)	1.348	-	1.381	300
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 21)	2.040	-	-	-	Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 22)	5	5	6	-
Impostos a recuperar	172	75	172	397		1.353	5	1.387	300
Outros créditos (Nota 9)	145	-	499	-		-	-	-	-
Total do não circulante	3.773	75	2.027	397	Patrimônio líquido				
Investimentos (Nota 10)	55.914	67.513	-	-	Capital social (Nota 17)	8.550	8.460	8.550	8.460
Imobilizado (Nota 11)	270	162	29.745	38.517	Reservas de lucros	58.021	9.052	58.021	9.052
Intangível (Nota 12)	129	29	5.958	7.764	Ajuste de avaliação patrimonial	7.218	9.208	7.218	9.208
	56.313	67.704	35.703	46.281	Ações em tesouraria	-	(360)	-	(360)
					Participação dos adonistas não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	1.315	454
Total do não circulante	60.086	67.779	37.730	46.678	Total do não circulante	73.769	26.360	75.104	26.814
Total do ativo	94.269	69.436	129.723	99.879	Total do passivo e patrimônio líquido	94.269	69.436	129.723	99.879

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de prestação de serviços (Nota 18)		-	186.698	143.242
Outras receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas (Nota 19 (a))	(877)	(1.066)	(82.590)	(89.353)
Participação nos lucros de controladas (Nota 10)	63.506	25.462	-	-
Participações de empregados no resultado (Nota 19 (b))	-	-	(20.666)	(15.451)
Outras receitas (despesas) operacionais	(419)	190	(3.797)	(2.078)
Lucro operacional	62.210	24.586	79.645	36.360
Receitas financeiras	1.899	217	5.405	2.520
Despesas financeiras	(120)	(66)	(476)	(263)
Resultado financeiro, líquido (Nota 20-)	1.779	151	4.929	2.257
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.989	24.737	84.574	38.617
Imposto de renda e contribuição social do exercício (Nota 21)	(191)	(113)	(19.104)	(12.658)
Lucro líquido do exercício	63.798	24.624	65.470	25.959
Atribuível a controladores			63.798	24.624
Atribuível a não controladores			1.672	1.335
Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	8.550	8.460	8.550	8.460
Lucro líquido por quota do capital social no fim do exercício - R\$	7,46	2,91	7,66	3,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	63.798	24.624	65.470	25.959
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior				
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	(16)	14	(16)	14
Vinci Capital Partners GP Limited	(22)	52	(22)	52
Vinci USA LLC	(2.020)	4.641	(2.020)	4.641
Variação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda	68	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	61.808	29.331	63.412	30.666
Atribuível a:				
Quotistas da empresa			61.740	29.331
Participação dos não controladores			1.672	1.335
			63.412	30.666

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos sócios da controladora	Participação dos não controladores no patrimônio líquido de Controladas	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.460	45.954	4.501	(135)	-	58.780	691	59.471
Lucro líquido do exercício						24.624	1.335	25.959
Variação cambial de investida localizada no exterior			4.707			4.707		4.707
Total do resultado abrangente do exercício	8.460	45.954	9.208	(135)	24.624	88.111	2.026	90.137
Destinação do resultado:								
Reserva de retenção de lucro		24.624			(24.624)			-
Distribuição de lucros		(61.526)				(61.526)	(1.572)	(63.098)
Ações em tesouraria				(225)		(225)		(225)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.460	9.052	9.208	(360)	-	26.360	454	26.814
Lucro líquido do exercício						63.798	1.672	65.470
Ativos financeiros disponíveis para venda			68			68		68
Variação cambial de investida localizada no exterior			(2.058)			(2.058)		(2.058)
Total do resultado abrangente do exercício	8.460	9.052	7.218	(360)	63.798	88.168	2.126	90.294
Aumento de capital	90					90	492	582
Destinação do resultado:								
Reserva de retenção de lucro		63.798			(63.798)			-
Distribuição de lucros		(14.829)		360		(14.829)	(1.303)	(16.132)
Ações em tesouraria						360		360
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.550	58.021	7.218	-	-	73.789	1.315	75.104

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.989	24.737	84.574	38.617
Ajustes				
Depreciação e amortização	83	4	11.536	7.773
Resultado de equivalência patrimonial	(63.506)	(25.462)	-	-
	566	(721)	96.110	46.390
Variação nos ativos e passivos				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.416)	-	(1.416)	-
Contas a receber	54	-	17.105	(11.088)
Impostos a recuperar	58	354	149	482
Outros créditos	344	1.432	1.323	(95)
Fornecedores	(4)	(1)	(799)	199
Contas a pagar	1	-	(1.685)	2.979
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1)	-	4.814	(10.624)
Impostos e contribuições a recolher	(169)	(85)	(3.197)	(597)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(2)	6	(260)
Outras contas a pagar	1.347	-	1.081	-
	214	1.698	17.381	(19.004)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	780	977	113.492	27.386
Impostos de renda e contribuição social pagos			(14.953)	(13.369)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	780	977	98.539	14.017
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Compras de ativos imobilizado e intangível	(1)	(141)	(2.235)	(23.462)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.040)	-	-	-
Aumentos de capital e aquisição de participação societária em controladas	(5.245)	(23.898)	-	-
Dividendos recebidos	77.431	45.155	-	-
Variação não realizada de investimentos disponíveis para venda	(68)	-	(68)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de investimento	70.077	21.116	(2.303)	(23.462)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	(3.100)	3.100	(1.952)	1.952
Aumento (Redução) de capital	90	-	90	-
Ações em Tesouraria	540	(225)	540	(225)
Aumento de capital dos acionistas não controladores no patrimônio de controladas	-	-	492	-
Dividendos pagos	(35.737)	(33.421)	(37.041)	(35.072)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(38.208)	(30.546)	(37.871)	(33.345)
Aumento de caixa decorrente de incorporação de investida	207	366	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, liquidados	32.856	(8.087)	58.364	(42.790)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	243	8.330	10.112	52.070
Variação cambial em caixa e equivalente de caixa de controlada no exterior	137	-	(781)	832
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Notas 6 e 7)	33.236	243	67.695	10.112

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Vinci Partners Investimentos Ltda. (a "Empresa") iniciou suas atividades em setembro de 2009. A Empresa tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. As sociedades investidas possuem atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira.

A sociedade está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Bartolomeu Mitre nº 336, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi formalizada pela Diretoria em 26 de maio de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

Percentual de participação em controladas em 31 de dezembro:

	Participação - %	
	2016	2015
Controladas diretas		
Vinci Assessoria financeira Ltda. (*)	100	100
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Gestora Internacional de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	-	-
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	100	100
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda.	80	80
Vinci Capital Partners GP Limited.	-	100
Vinci USA LLC	100	100
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	100	100
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	80	100
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	100	100

(*) A participação dos quotistas minoritários representa uma fração menor que 0,001%.

Os saldos e transações intercompanhias foram eliminados na consolidação.

Entre as principais eliminações de consolidação estão:

- eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre a controladora e suas controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações;
- eliminação das participações no capital e no lucro líquido (prejuízo) do exercício das controladas; e
- eliminação dos lucros não realizados entre as empresas, quando aplicável.

Transações e saldos com partes relacionadas e investidas, estão descritos na Nota 22.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os registros são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo Vinci Partners controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Grupo Vinci Partners. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas do grupo, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

2.3 Apresentação de informação por segmento

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Empresa é o comitê executivo formado pelos sete principais quotistas da Vinci Partners Investimentos Ltda. O comitê executivo é responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo Vinci Partners que compreende cinco segmentos de negócio distintos: (i) gestão de investimentos de curto prazo; (ii) gestão de hedge funds; (iii) gestão de investimentos de médio prazo; (iv) gestão de investimentos de longo prazo, (v) assessoria financeira, (vi) gestão de patrimônio e (vii) real estate (Nota 23).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é substancialmente a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, representadas por disponibilidades e aplicações financeiras (Notas 6 e 7) incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo Vinci Partners classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda mensurados a valor justo com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Empresa não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber".

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Outras receitas", quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está *impaired*. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*.

2.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8 Impairment de ativos financeiros

A Empresa avalia ao final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- A Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.9 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo serviço de assessoria financeira e pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades do Grupo Vinci Partners. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto as contas a receber estão classificadas no ativo circulante.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

2.10 Ativos intangíveis

(a) *Softwares*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil econômica dos bens, utilizando as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, aparelhos de telefonia e instalações - 10%, equipamentos de informática - 20%.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que os valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Conforme facultado pela legislação tributária, a maior parte das sociedades investidas pela Empresa optaram pelo regime de lucro presumido, segundo o qual a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% da receita proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A Empresa e as controladas Vinci Gestora de Recursos Ltda. e Apogeo Consultoria Ltda optaram pelo regime de tributação pelo lucro real.

2.15 Capital social

As quotas do capital social são classificadas no patrimônio líquido.

Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de assessoria financeira e de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades do Grupo Vinci Partners. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo Vinci Partners reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Vinci Partners e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir.

(a) Taxas de administração

As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Geralmente os percentuais das taxas de administração variam entre 0,1 e 2%.

(b) Taxas de performance

As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão, num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente em junho e dezembro de cada exercício.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.17 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros aos quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das empresas Grupo Vinci Partners, com base na deliberação dos sócios em reunião de quotistas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

A Empresa faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas realizadas pela Empresa correspondem à constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para pagamento de participação a empregados no resultado, e reconhecimento de receita de algumas taxas de administração de fundos offshore.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

4 Gestão de risco financeiro

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. A administração desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis da Empresa e abrange várias políticas e estratégias. O programa de gestão de risco do Grupo Vinci Partners se concentra na imprevisibilidade do mercado financeiro e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Vinci Partners.

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. A Empresa atenua os riscos de crédito referentes a bancos e fundos de investimentos financeiros mediante o investimento em títulos de curto prazo de instituições financeiras de ótima qualidade.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda devido a flutuações nas taxas, prazos, moedas e índices sem proteção na carteira da Empresa. A Empresa investe principalmente em fundos de investimento de renda fixa e multiestratégia, cuja gestão é realizada pelas próprias sociedades investidas pela empresa. Essas sociedades possuem fundos sob sua gestão, desta forma, suas receitas decorrentes da gestão dos mesmos, podem ser afetadas por um desempenho desfavorável desses fundos. Este risco é mitigado pelo fato do Grupo Vinci possuir fundos de investimentos de diferentes naturezas e em ciclos de investimento distintos, administrando seus riscos com a diversificação das classes de investimentos.

(c) Risco de liquidez

A administração do risco de liquidez é criada para controlar o risco relacionado com períodos de descasamento dos prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Empresa. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que a Empresa liquide transações de maneira oportuna e segura. A Empresa mantém aplicação em fundos abertos que possuem grande liquidez de mercado, e monitora atentamente seu fluxo de caixa, inclusive quanto ao pagamento dos resultados aos seus quotistas, sendo parcela relevante da sua geração de caixa atrelada à taxa de administração e performance dos fundos.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), *swaps*, contratos a termo, *hedge* ou quaisquer outros derivativos, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

5 Instrumentos financeiros por categoria e qualidade de crédito

A Companhia possui instrumentos no ativo classificados na categoria de valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda, demonstrados na Nota 7 (Nota 7).

No passivo, não há instrumentos financeiros classificados como mensurados ao valor justo.

6 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1	1	5	6
Depósitos bancários	4	-	8.435	6.629
	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>8.440</u>	<u>6.635</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

7 Instrumentos financeiros

7.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Certificados de depósitos bancários	361	53	2.564	1.372
FI Vinci Renda Fixa Crédito Privado	7.549	189	29.266	2.105
Vinci Gaia FIC FIM	21.243		21.243	
Vinci Multiestratégia FIM	4.078		6.182	
	33.231	242	59.255	3.477

As aplicações financeiras da Empresa estão representadas por Fundos de Renda Fixa, Fundos de Investimentos Multimercado, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) ou operações compromissadas lastreadas em CDBs e debêntures de companhias ligadas a instituições financeiras de primeira linha, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

O FI Vinci Renda Fixa Crédito Privado é valorizado de acordo com o valor diário das cotas informadas pelo seu administrador BEM DTVM LTDA., e tem liquidez diária, e sua carteira em 31 de dezembro de 2016 era composta basicamente por títulos públicos. Sua rentabilidade no exercício de 2016 foi de 13,85% (2015 - 13,15%) equivalente a 98,90% (2015 - 99,37%) do CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro.

O Vinci Gaia FIC FIM é valorizado de acordo com o valor diário das cotas informadas pelo seu administrador BEM DTVM LTDA., e tem liquidez diária. Por ser um Fundo Multimercado, sua carteira em 31 de dezembro de 2016 era composta por fundos de investimentos que investiam em ativos diversos. O Fundo iniciou suas operações em 2016 e sua rentabilidade no exercício de 2016 foi de 5,96% equivalente a 112,12% do CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro.

O Vinci Multiestratégia FIM é valorizado de acordo com o valor diário das cotas informadas pelo seu administrador BEM DTVM LTDA., e tem liquidez diária. Por ser um Fundo Multimercado, sua carteira em 31 de dezembro de 2016 era composta por fundos de investimentos que investiam em ativos diversos. Sua rentabilidade no exercício de 2016 foi de 14,59% equivalente a 104,24% do CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro.

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

7.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
FIP Real Estate	518	-	518	-
FII RM Leblon Corporate	71	-	71	-
Vinci Capital Partners II FIC FIP	550	-	550	-
Vinci Renda Imobiliária FII	277	-	277	-
	<u>1.416</u>	<u>-</u>	<u>1.416</u>	<u>-</u>

Os instrumentos financeiros disponíveis para venda da Empresa estão representados por investimentos em fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários cuja a gestão é realizada pelas próprias gestoras controladas da Vinci. Os ativos financeiros foram classificados como não circulante uma vez que não há mercado ativo para os correspondentes investimentos.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber de clientes	22.878	39.949
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(119)	(85)
	<u>22.759</u>	<u>39.864</u>

Referem-se, principalmente, à remuneração por prestação de serviços de gestão de fundos de investimento no Brasil e no exterior com vencimento inferior a 30 dias.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mútuos com pessoa física (i)	651	1.175	844	1.247
Adiantamentos diversos	-	-	353	835
Dividendos de controladas	-	-	-	-
Adiantamentos de Projetos (ii)	168	-	259	695
Despesas antecipadas de seguros	-	-	157	104
Créditos com partes relacionadas	145	74	136	91
Outros	-	59	103	203
	<u>964</u>	<u>1.308</u>	<u>1.852</u>	<u>3.175</u>
Circulante	819	1.233	1.413	2.778
Não circulante	<u>145</u>	<u>75</u>	<u>439</u>	<u>397</u>
	<u>964</u>	<u>1.308</u>	<u>1.852</u>	<u>3.175</u>

- (i) Referem-se a valores a receber de terceiros, cujo saldo é atualizado pela taxa de retorno do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (ii) Referem-se a custos relacionados a projetos de aquisição de fundos administrados pela controlada Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. Em alguns casos, os custos são inicialmente pagos pela administradora e posteriormente reembolsados pelo Fundo.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

10 Investimentos

(a) As principais informações das participações societárias mantidas em comparação com o período anterior estão resumidas a seguir:

Empresa	Quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita operacional líquida	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	100 %	8.921	2.552	6.369	16.205	11.654
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	100 %	10.097	7.989	2.108	45.691	25.055
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	100 %	20.114	4.192	15.922	16.682	1.571
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	100 %	21.654	6.230	15.424	63.228	24.850
Vinci Gestora Internacional de Recursos Ltda.	-	-	-	-	-	-
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	100 %	6.367	3.518	2.849	12.316	3.313
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	80 %	6.115	2.518	3.597	12.491	5.307
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda.	-	-	-	-	100	(26)
Vinci Capital Partners GP Limited	100 %	332	-	332	-	(1.493)
Vinci USA LLC	100 %	17.029	7.148	9.881	16.947	(5.852)
Vinci Crédito Gestora de Recurso Ltda.	100 %	21	-	21	-	(49)
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	80 %	3.527	777	2.750	3.038	811
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	100 %	18	-	18	-	(9)

65.132

Composição do Patrimônio Líquido das controladas em que a Companhia não possui 100% de participação

Atribuível a controladores

2.919
1.269

Atribuível a não controladores

4.188

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

$$\begin{array}{r} 26.796 \\ \hline \hline \end{array}$$

Atribuível a controladores
Atribuível a não controladores

21 de 39

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

(b) Movimentação dos investimentos:

Movimentação dos investimentos:						
	2015		2016			
Empresa	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Variação cambial por conversão do resultado	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	1.165	430	(6.880)	-	11.654	6.369
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	1.359	430	(24.736)	-	25.055	2.108
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	15.901	(2.600)	-	-	1.571	14.872
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	26.974	5.150	(41.550)	-	24.850	15.424
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	376	(840)	-	-	3.313	2.849
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	1.817	368	(3.140)	-	3.832	2.877
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda. (*)	750	(724)	-	-	(26)	-
Vinci Capital Partners GP Limited.	129	1.718	-	(22)	(1.493)	332
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda.	9	30	-	-	(49)	(10)
Vinci Infraestrutura de Recursos Ltda.	20	559	-	-	660	1.239
Vinci USA LLC	17.708	-	-	(2.020)	(5.852)	9.836
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	1.305	-	(1.125)	(153)	(9)	18
	67.513	4.521	(77.431)	(2.195)	63.506	55.914

(*) Em 30 de junho de 2016 a controlada Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda. foi incorporada pela Empresa. Desta forma, os ativos e passivos da controlada foram incorporados aos valores de livros, apresentando um acervo líquido de R\$ 724. Esse valor encontra-se demonstrado na coluna de "Aumento (Redução) de Capital" da tabela acima.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

Empresa	2014	2015				
	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Varição cambial por conversão do resultado	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	7.144	778	(4.700)	-	(2.057)	1.165
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	11.455	(755)	(14.000)	-	4.659	1.359
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	676	21.002	-	-	(5.777)	15.901
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	11.678	5.350	(20.670)	-	30.616	26.974
Vinci Gestora Internacional de Recursos Ltda. (*)	436	(391)	-	-	(45)	-
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	1.925	-	(2.140)	-	591	376
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	2.763	(960)	(3.645)	-	3.659	1.817
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda.	(3.875)	5.010	-	-	(385)	750
Vinci Capital Partners GP Limited.	90	160	-	52	(173)	129
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda.	(8)	72	-	-	(55)	9
Vinci Infraestrutura de Recursos Ltda.	(7)	81	-	-	(54)	20
Vinci USA LLC	19.875	-	-	4.644	(6.811)	17.708
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	-	-	-	11	1.294	1.305
	52.152	30.738	(45.155)	4.707	25.462	67.513

(*) Em 30 de novembro de 2015 a controlada Vinci Gestora Internacional de Recursos Ltda. foi incorporada pela Empresa. Desta forma, os ativos e passivos da controlada foram incorporados aos valores de livros, apresentando um acervo líquido de R\$ 391. Esse valor encontra-se demonstrado na coluna de "Aumento (Redução) de Capital" da tabela acima.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

11 Imobilizado - Consolidado

	Móveis e utensílios	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos <i>improvements</i>	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Imobilizado em andamento e obras de arte	2016 Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2016	9.736	40.258	5.435	8.032	2.045	65.506
Aquisição	363	1.422	107	36	(1.424)	504
Baixa	(470)	(256)	(12)	(54)	-	(792)
Variação cambial de imobilizado no exterior	-	(2.391)	-	(668)	-	(3.059)
Em 31 de dezembro de 2016	9.629	39.033	5.530	7.346	621	62.159
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2016	(2.658)	(17.900)	(2.814)	(3.617)	-	(26.989)
Depreciação anual	(975)	(4.721)	(743)	(1.175)	-	(7.614)
Baixa	161	18	8	27	-	214
Variação cambial de imobilizado no exterior	-	1.641	-	334	-	1.975
Em 31 de dezembro de 2016	(3.472)	(20.962)	(3.549)	(4.431)	-	(32.414)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2016	7.058	22.358	2.621	4.415	2.045	38.517
Em 31 de dezembro de 2016	6.157	18.071	1.981	2.915	621	29.745
Taxas de depreciação (ao ano) - %	10	Conforme prazo do contrato de aluguel	20	10		

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	Móveis e utensílios	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos <i>improvements</i>	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Imobilizado em andamento e obras de arte	2015 Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2015	8.074	21.035	3.404	6.495	975	39.983
Aquisição	2.980	14.873	2.031	293	1.900	22.077
Baixa	(1.318)	(170)	-	(15)	-	(1.503)
Transferência (i)	-	-	-	-	(830)	(830)
Variação cambial de imobilizado no exterior	-	4.520	-	1.259	-	5.779
Em 31 de dezembro de 2015	9.736	40.258	5.435	8.032	2.045	65.506
Depreciação acumulada	(2.169)	(12.975)	(2.205)	(2.255)	-	(19.604)
Em 1º de janeiro de 2015	(503)	(2.795)	(609)	(904)	-	(4.811)
Depreciação anual	14	162	-	5	-	181
Baixa	-	(2.292)	-	(463)	-	(2.755)
Variação cambial de imobilizado no exterior	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	(2.658)	(17.900)	(2.814)	(3.617)	-	(26.989)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2015	5.905	8.060	1.199	4.240	975	20.379
Em 31 de dezembro de 2015	7.058	22.358	2.621	4.415	2.045	38.517
		Conforme prazo do contrato de aluguel				
Taxas de depreciação (ao ano) - %	10		20		10	

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

12 Intangível - Consolidado

O ativo intangível é composto por gastos associados ao desenvolvimento do software de Sistema de Risco e Alocação de Portfolio, que servirá para avaliação de risco dos fundos e alocação da carteira dos clientes.

Os benefícios econômicos fluirão para o Grupo Vinci através da cobrança de taxas de serviço dos clientes pela venda de assessoria de risco de mercado ou através de um serviço denominado pelos administradores da Vinci Partners como Wealth Management.

				2016
	Marcas e patentes	Desenvolvimento de software	Intangível em andamento	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2016	29	14.868	1.310	16.207
Aquisição	-	3.619	(1.310)	2.309
Variação cambial de intangível no exterior	-	(824)		(824)
Em 31 de dezembro de 2016	29	17.663	-	17.692
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2016	-	(8.443)		(8.443)
Amortização anual	-	(3.922)	-	(3.922)
Variação cambial de intangível no exterior	-	631	-	631
Em 31 de dezembro de 2016	-	(11.734)	-	(11.734)
Valor contábil				
Em 1º de janeiro de 2016	29	6.424		7.764
Em 31 de dezembro de 2016	29	5.929	-	5.958
Taxas de depreciação (ao ano) - %	-	20%	-	

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

				2015
	Marcas e patentes	Desenvolvimento de software	Intangível em andamento	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2015	29	11.250		11.279
Aquisição	-	2.227	480	2.707
Transferência	-	-	830	830
Variação cambial de intangível no exterior	-	1.391	-	1.391
Em 31 de dezembro de 2015	29	14.868	1.310	16.207
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2015	-	(4.700)		(4.700)
Amortização anual	-	(2.962)	-	(2.962)
Variação cambial de intangível no exterior	-	(781)	-	(781)
Em 31 de dezembro de 2015	-	(8.443)	-	(8.443)
Valor contábil				
Em 1º de janeiro de 2015	29	6.550	6.550	6.579
Em 31 de dezembro de 2015	29	6.425	1.310	7.764
Taxas de amortização (ao ano)	20%	20%	-	

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

13 Contas a pagar

	Controladora		Concolidado	
	2016	2015	2016	2015
Dividendos a pagar (Nota 17 (b))	19.063	39.927	19.063	39.927
Alugueis a pagar	-	-	3.741	4.923
Valor a pagar a acionistas (i)	-	-	-	500
Obrigações a pagar por aquisições de cotas de fundos (ii)	1.348	-	1.348	-
Outras contas a pagar	-	-	194	465
	<u>20.411</u>	<u>39.927</u>	<u>24.346</u>	<u>45.815</u>
Circulante	19.063	39.927	22.965	45.515
Não circulante	<u>1.348</u>	<u>-</u>	<u>1.381</u>	<u>300</u>
	<u>20.411</u>	<u>39.927</u>	<u>24.346</u>	<u>45.815</u>

(i) Em 16 de novembro de 2015 a controlada Vinci Real Estate Gestora de Recursos realizou redução de capital no montante de R\$ 2.500. O valor de R\$ 500, correspondente à participação do acionista minoritário ainda não havia sido distribuído em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Em 29 de dezembro de 2016 a Vinci adquiriu cotas do FIP e FIIs detalhados na nota 7.2 com o compromisso de pagamento do valor de R\$ 2.038 em até 4 anos. O valor vem sendo atualizado pela taxa efetiva da operação, de 10,8% ao ano.

14 Mútuo com partes relacionadas

Em setembro de 2015 a controlada Vinci USA obteve uma linha de crédito no montante de US\$ 500. Sobre esse saldo não há qualquer atualização monetária. O valor do financiamento foi integralmente liquidado pela Vinci USA em 2016 (R\$ 1.952 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2015 a Vinci Partners possuía mútuos em aberto com algumas controladas, integralmente liquidados em 2016, conforme demonstrado na nota 21(b).

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

15 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participação nos lucros a pagar	-	-	20.241	15.451
Provisões trabalhistas	-	1	2.013	1.989
	-	1	22.254	17.440

O valor provisionado para pagamento de participação nos lucros a pagar em 31 de dezembro de 2016 foi integralmente liquidado em janeiro de 2017.

16 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda	-	2	3.591	3.033
Contribuição Social	34	36	1.360	1.106
Cofins	24	1	851	812
PIS	4	-	183	176
ISS sobre faturamento	-	-	881	623
Impostos retidos de terceiros	2	1	33	86
Outros	-	1	72	181
	64	41	6.971	6.017

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Está dividido em 8.550 quotas (2015 - 8.460), com valor nominal de R\$ 1 por quota (2015 - R\$ 1 por quota). Todas as quotas emitidas estão integralizadas. A responsabilidade de cada sócio está limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Em 30 de setembro de 2016, os sócios deliberaram, por unanimidade, aumentar o capital social em R\$ 90, passando o mesmo de R\$ 8.460 para R\$ 8.550, mediante a emissão de 90 quotas representativas do capital social pelo valor de R\$ 1,00 cada.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(b) Lucros

De acordo com o contrato social, os lucros apurados de acordo com o balanço do final do exercício e/ou balanço intermediário terão a destinação que lhes for determinada por deliberação dos sócios.

Durante o exercício de 2016 foram pagos dividendos no valor de R\$ 35.737 (R\$ 33.421 em 2015).

Em 30 de abril de 2015 os sócios aprovaram a distribuição de dividendos de R\$ 42.410, tendo como base o saldo disponível na conta de reserva de retenção de lucro e o resultado do período acumulado até a respectiva data, dos quais R\$ 2.483 haviam sido integralmente pagos até 31 de dezembro de 2015. Durante o exercício de 2016 foram pagos R\$ 20.865 do valor provisionado em 30 de abril de 2015, permanecendo o saldo em aberto de R\$ 19.062 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 39.927 em 31 de dezembro de 2015).

18 Receitas de prestação de serviços

	Consolidado	
	2016	2015
Receita sobre administração de recursos	126.725	115.694
Receitas sobre performance	41.496	30.112
Receita de prestação de assessoria	28.273	4.265
Receita de prestação de serviços	196.494	150.071
No Brasil	126.626	88.047
No Exterior	69.868	62.024
Impostos e contribuições		
COFINS	(4.397)	(3.321)
PIS	(953)	(720)
ISS	(4.446)	(2.788)
Receitas líquidas de prestação de serviços	186.698	143.242

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

19 Despesas por natureza

(a) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de pessoal	(22)	(22)	(29.012)	(34.400)
Despesa com serviços de contabilidade	(124)	(160)	(1.311)	(1.626)
Despesa com serviços advocatícios	(182)	(120)	(3.709)	(3.811)
Despesa com serviço de assessoria e consultoria	(61)	(154)	(1.970)	(2.435)
Despesa com serviço de informática	(11)	(11)	(8.094)	(7.915)
Despesa com serviço de assessoria de imprensa	-	-	(323)	(253)
Despesa com serviços de telefonia	-	-	(1.938)	(1.739)
Despesa com serviços de auditoria	(83)	(63)	(124)	(366)
Despesa com outros serviços prestados	(59)	(292)	(1.671)	(3.318)
Despesa com serviço de propaganda e publicidade	(27)	(107)	(181)	(196)
Despesa com material de escritório, copa e consumo	(4)	(13)	(76)	(149)
Despesa com aluguel e condomínio	-	-	(17.512)	(19.595)
Despesa com viagens e representações	(24)	(4)	(2.435)	(3.885)
Despesas tributárias	(191)	(112)	(2.637)	(1.706)
Despesas com depreciação	(83)	(4)	(11.216)	(7.773)
Despesas legais e judiciais	(6)	(1)	(381)	(90)
Outras despesas	-	(3)	-	(96)
	<u>(877)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>(82.590)</u>	<u>(89.353)</u>

(b) Participação nos lucros

De acordo com o programa de participação dos empregados no resultado, com base na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e em metas estipuladas no início de cada exercício, a Administração aprovou, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o pagamento de participações nos resultados de R\$ 20.666 (R\$ 15.451 em 2015).

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

20 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de aplicação financeira	1.827	93	5.072	2.301
Receita com variação cambial	-	-	253	85
Outras receitas financeiras	<u>72</u>	<u>124</u>	<u>80</u>	<u>134</u>
Receitas financeiras	<u>1.899</u>	<u>217</u>	<u>5.405</u>	<u>2.520</u>
Despesas bancárias	(2)	(3)	(192)	(105)
Multas sobre impostos e taxas	-	-	(10)	(33)
Juros sobre impostos e taxas	-	-	(1)	(6)
Despesa com variação cambial	(118)	(4)	(273)	(61)
Juros sobre operações financeiras	-	(49)	-	(49)
Outras despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Despesas financeiras	<u>(120)</u>	<u>(66)</u>	<u>(476)</u>	<u>(263)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.779</u>	<u>151</u>	<u>4.928</u>	<u>2.257</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais

21 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa é tributada pelo regime de tributação pelo lucro real. As suas controladas são tributadas com base no regime de tributação pelo lucro presumido, exceto pelas controladas Vinci Gestora de Recursos Ltda. e Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda. que são tributadas com base no lucro presumido.

Para as controladas que adotaram o regime de tributação pelo lucro real foi apurado prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para o exercício de 2015, não havendo nenhum recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Não foram constituídos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos uma vez que não há expectativa de resultado fiscal tributário no futuro para essas empresas. O crédito fiscal decorrente do prejuízo fiscal e base negativa das empresas sob o regime de lucro real em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.191 (R\$ 8.238 em 2015).

Diante do resultado apurado por sua controlada no exterior, VF2 GP, a Empresa apurou base tributável de imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2015. Nenhuma controlada no exterior apresentou resultado base para tributação de imposto de renda e contribuição social em 2016

O encargo de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício pode ser assim resumido:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda corrente	(134)	(77)	(13.998)	(9.272)
Contribuição social corrente	(57)	(36)	(5.106)	(3.386)
	<u>(191)</u>	<u>(113)</u>	<u>(19.104)</u>	<u>(12.658)</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

22 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração total (salários e benefícios) do pessoal-chave da administração, representado pelo comitê executivo foi de R\$ 2.726 (2015 - R\$ 876).

(b) Mútuo com partes relacionadas

Controladora - Passivo

Descrição	2016	2015
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	-	2.000
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	-	1.100
	<u>-</u>	<u>3.100</u>

(c) Transações com empresas do Grupo

2016		
Grau de relação	Prazo até	Ativo/Passivo
Passivo (Controladora)		
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	Controlada	sem vencimento
Vinci Gestora de Recursos Ltda	Controlada	sem vencimento
		<u>1</u>
		<u>4</u>
		<u>5</u>
2015		
Grau de relação	Prazo até	Ativo/Passivo
Passivo (Controladora)		
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	Controlada	sem vencimento
Vinci Gestora de Recursos Ltda	Controlada	sem vencimento
		<u>1</u>
		<u>4</u>
		<u>5</u>
2016		
Grau de relação	Prazo até	Ativo/Passivo
Passivo (Consolidado)		
Trento Empreendimentos e Participações S.A.	Coligada	sem vencimento
		<u>6</u>
		<u>6</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladora - Passivo

Descrição

	2016	2015
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	1.050	-
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda.	30	-
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	960	-
	2.040	-

23 Informação por segmento

As informações por segmento operacional não são requeridas pelo CPC para PMEs, entretanto, estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por Segmento.

Os segmentos reportáveis da empresa são unidades de negócios que oferecem diferentes serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes estratégias de mercado.

A principal informação utilizada pela diretoria para avaliação do desempenho de cada segmento é lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos.

As informações sobre ativos e passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pela diretoria na gestão dos segmentos. A diretoria não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Cada segmento é tratado de forma independente e detém profissionais com experiência própria em cada segmento.

As operações da empresa estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Diretoria contendo as seguintes divisões:

Gestão de investimentos de curto prazo

A Vinci Gestora de Recursos Ltda. é responsável pela gestão de fundos e carteiras de investimento de renda fixa e multimercado com enfoque nas oportunidades de curto prazo. Os investimentos nos mercados de renda fixa são conduzidos através de aquisições de títulos públicos e privados, oferecendo liquidez diária para os clientes. Nos fundos multimercados as operações são realizadas por meio de investimentos nos mercados de renda fixa, renda variável e câmbio, incluindo derivativos, com foco em liquidez e retorno no curto prazo.

Gestão de investimentos de médio prazo

Está sob a responsabilidade da Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. que tem como objetivo a geração de retornos consistentes no médio prazo, por meio de investimentos no mercado de renda variável.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais

Gestão de investimentos de longo prazo

Está sob a responsabilidade da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. que tem como objetivo a geração de retornos consistentes no longo prazo, por meio de investimentos em participações em empresas usualmente de capital fechado.

Gestão de hedge funds

A Vinci Gestora Internacional de Recursos Ltda. é responsável pela gestão dos hedge funds que buscam primordialmente realizar investimentos em ativos e derivativos no exterior.

Assessoria financeira

Está sob a responsabilidade da Vinci Assessoria Financeira Ltda. que tem como objetivo a prestação de serviços financeiros de alto valor agregado para empresas, administradores e acionistas em diversos serviços especializados, dentre os quais destacam-se os relacionados à assessoria em fusões e aquisições, aconselhamento em aberturas de capital, em colocações privadas de ações e consultoria na adequação de estruturas de capital.

Gestão de patrimônio

A Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. tem como objetivo a gestão do patrimônio dos clientes.

Real Estate

A Vinci Real Estate Ltda. tem como objetivo buscar oportunidades de investimento para desenvolvimento e aquisições, identificando imóveis comerciais para renda em seus principais segmentos, tais como torres de escritório, shopping centers e outras propriedades de varejo, centros logísticos e hotéis, com a estratégia de diversificação por classe de ativos e atuação em todo o território nacional.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	2016								
	Gestão de fundos de curto prazo	Gestão de fundos de ações	Gestão de private equity	Assessoria financeira	Gestão de patrimônio	Real Estate	Gestão de Infra	Outros segmentos	TOTAL
Receita líquida	33.629	45.691	63.228	16.205	12.316	12.491	3.038	100	186.698
(-) Custos e despesas	(28.799)	(15.134)	(28.206)	(2.544)	(7.569)	(5.464)	(1.885)	(2.362)	(91.963)
(-) Depreciação	(8.305)	(244)	(1.917)	(227)	(55)	(282)	-	(186)	(11.216)
Lucro operacional	(3.475)	30.313	33.105	13.434	4.692	6.745	1.153	(2.448)	83.519
Receita financeira	356	1.105	1.030	338	429	212	23	1.913	5.406
Despesa financeira	(118)	(69)	(5)	(1)	(159)	(2)	(1)	(122)	(477)
Outras Receitas/Despesas	(539)	(674)	(1.852)	(99)	(111)	(149)	(23)	(426)	(3.873)
Lucro antes do IRPJ e CSL	(3.776)	30.675	32.278	13.672	4.851	6.806	1.152	(1.083)	84.575
(-) IRPJ e CSL	(467)	(5.621)	(7.428)	(2.018)	(1.538)	(1.499)	(342)	(192)	(19.105)
Lucro líquido	(4.243)	25.054	24.850	11.654	3.313	5.307	810	(1.275)	65.470

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	2015								
	Gestão de fundos de curto prazo	Gestão de fundos de ações	Gestão de private equity	Assessoria financeira	Gestão de patrimônio	Real Estate	Gestão de Infra	Outros segmentos	TOTAL
Receita líquida	38.390	17.257	66.535	506	9.497	10.842	-	216	143.243
(-) Custos e despesas	(42.430)	(9.911)	(27.992)	(2.307)	(7.709)	(4.759)	-	(1.773)	(96.881)
(-) Depreciação	(6.487)	(288)	(457)	(237)	(41)	(49)	-	(215)	(7.774)
Lucro operacional	(10.527)	7.058	38.086	(2.038)	1.747	6.034	-	(1.772)	38.588
Receita financeira	154	278	906	90	375	487	-	230	2.520
Despesa financeira	(84)	(52)	(6)	(2)	(48)	(4)	-	(67)	(263)
Outras Receitas/Despesas	(885)	(555)	(562)	(31)	(292)	(121)	-	218	(2.228)
Lucro antes do IRPJ e CSL	(11.342)	6.729	38.424	(1.981)	1.782	6.396	-	(1.391)	38.617
(-) IRPJ e CSL	-	(2.069)	(7.807)	(76)	(1.190)	(1.402)	-	(114)	(12.658)
Lucro líquido	(11.342)	4.660	30.617	(2.057)	592	4.994	-	(1.505)	25.959

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

24 Litígios e demandas judiciais

A Vinci Gestora de Recursos Ltda. possui 3 processos administrativos fiscais em andamento, sendo 2 em função da exigência de contribuições previdenciárias (parcela patronal e SAT) e contribuições destinadas a terceiros, referentes aos exercícios de 2011 e de 2012, sobre valores pagos à título de participação nos lucros e resultados, nos valores de R\$ 2.673 e R\$ 2.339, respectivamente. O outro processo refere-se a exigência de ISS em decorrência de serviços prestados a fundos de investimentos localizados no exterior no valor de 361. Baseado na opinião dos seus assessores jurídicos a administração classificou o risco de perda nesses processos como possível.

25 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo Vinci Partners administrava R\$ 19.218.396 de recursos de terceiros (2015 - R\$ 18.853.978), alocado conforme quadro abaixo:

Total por classe	2016	2015
Ações	3.658.012	3.125.088
Private Equity	3.605.940	4.605.118
Multi Mercado	6.534.587	7.561.220
Renda Fixa	1.786.025	2.046.238
Crédito	991.359	591.001
DI	58.592	44.415
FIDC	403.360	412.447
Real Estate	541.208	532.227
Fundo de Investimento em Participações	<u>1.639.313</u>	<u>936.225</u>
	<u>19.218.396</u>	<u>19.853.978</u>

26 Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2017 a Empresa distribuiu dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$ 39.900 decorrentes do resultado apurado no exercício de 2016.

* * *

Vinci Partners Investimentos Ltda.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas
Vinci Partners Investimentos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vinci Partners Investimentos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vinci Partners Investimentos Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vinci Partners Investimentos Ltda. e da Vinci Partners Investimentos Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME) (R1 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e



Vinci Partners Investimentos Ltda.

Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões



Vinci Partners Investimentos Ltda.

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6.112	33.236	34.320	67.695	Fornecedores	-	-	2.840	1.042
Disponibilidades (Nota 6)	7	5	5.470	8.440	Contas a pagar (Nota 13)	1.191	19.063	4.779	22.965
Instrumentos financeiros a valor justo					Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Nota 14)	-	-	17.200	22.254
por meio do resultado (Nota 7.1)	6.105	33.231	28.850	59.255	Impostos e contribuições a recolher (Nota 15)	115	64	5.724	6.971
Contas a receber (Nota 8)	2	12	16.330	22.759	Total do circulante	1.306	19.127	30.543	53.232
Impostos a recuperar	568	116	1.039	126					
Outros créditos (Nota 9)	1.981	819	2.910	1.413					
Total do circulante	8.663	34.183	54.599	91.993					
Não circulante									
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7.2)	2.658	1.416	2.658	1.416					
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 21)	-	2.040	-	-	Não circulante				
Impostos a recuperar	63	172	63	172	Contas a pagar (Nota 13)	1.493	1.348	1.525	1.381
Outros créditos (Nota 9)	609	145	664	439	Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 22)	158	5	6	6
					Adiantamento para futuro aumento de capital	1.651	1.353	1.689	1.387
Investimentos (Nota 10)	3.330	3.773	3.385	2.027					
Imobilizado (Nota 11)	43.153	55.914	-	-	Patrimônio líquido				
Intangível (Nota 12)	74	285	23.700	29.745	Capital social (Nota 16)	8.550	8.550	8.550	8.550
			4.731	5.958	Reservas de lucros	36.711	58.021	36.711	58.021
					Ajuste de avaliação patrimonial	7.287	7.218	7.287	7.218
	43.512	56.313	28.431	35.703					
Total do não circulante	46.842	60.086	31.816	37.730	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	1.635	1.315
Total do ativo	55.505	94.269	86.415	129.723	Total do passivo e patrimônio líquido	55.505	94.269	86.415	129.723

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de prestação de serviços (Nota 17)	-		122.212	186.698
Outras receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas (Nota 18 (a))	(2.054)	(877)	(75.973)	(82.590)
Participação nos lucros de controladas (Nota 10)	15.009	63.506	-	-
Participações de empregados no resultado (Nota 18 (b))	-	-	(16.165)	(20.666)
Outras despesas operacionais líquidas (Nota 18 (c))	(746)	(419)	(5.625)	(3.797)
Lucro operacional	12.209	62.210	24.449	79.645
Receitas financeiras	2.411	1.899	2.973	5.405
Despesas financeiras	(35)	(120)	(114)	(476)
Resultado financeiro, líquido (Nota 19)	2.376	1.779	2.859	4.929
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.585	63.989	27.308	84.574
Imposto de renda e contribuição social do exercício (Nota 20)	-	(191)	(12.518)	(19.104)
Lucro líquido do exercício	14.585	63.798	14.790	65.470
Atribuível a controladores			14.585	63.798
Atribuível a não controladores			205	1.672
Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	8.550	8.550	8.550	8.550
Lucro líquido por quota do capital social no fim do exercício - R\$	1,71	7,46	1,73	7,66

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	14.585	63.798	14.790	65.470
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas				
localizadas no exterior				
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	(1)	(16)	(1)	(16)
Vinci Capital Partners GP Limited	58	(22)	58	(22)
Vinci USA LLC	(150)	(2.020)	(150)	(2.020)
Variação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis				
para venda	162	68		-
Total do resultado abrangente do exercício	14.654	61.808	14.697	63.412
Atribuível a:				
Quotistas da empresa			13.492	61.740
Participação dos não controladores			205	1.672
			14.697	63.412

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos sócios da controladora	Participação dos não controladores no patrimônio líquido de Controladas	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.460	9.052	9.208	(360)	-	26.360	454	26.814
Lucro líquido do exercício								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Variação cambial de investida localizada no exterior			68 (2.058)			68 (2.058)		68 (2.058)
Total do resultado abrangente do exercício	8.460	9.052	7.218	(360)	63.798	88.168	2.126	90.294
Aumento de capital	90					90	492	582
Destinação do resultado:						-		-
Reserva de retenção de lucro		63.798 (14.829)			(63.798)	-		-
Distribuição de lucros						(14.829)	(1.303)	(16.132)
Ações em tesouraria				360		360		360
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.550	58.021	7.218	-	-	73.789	1.315	75.104
Lucro líquido do exercício								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Variação cambial de investida localizada no exterior			162 (93)		14.585	14.585 162 (93)	205	14.790 162 (93)
Total do resultado abrangente do exercício	8.550	58.021	7.287	-	14.585	88.443	1.520	89.963
Aumento de capital						-	200	200
Destinação do resultado:						-		-
Reserva de retenção de lucro		14.585 (35.895)			(14.585)	-	(86)	(35.981)
Distribuição de lucros						(35.895)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.550	36.711	7.287	-	-	52.548	1.635	54.183

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.585	63.989	27.308	84.574
Ajustes				
Depreciação e amortização	93	83	8.855	11.536
Resultado de equivalência patrimonial	(15.009)	(63.506)	-	-
	(331)	566	36.163	96.110
Variação nos ativos e passivos				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.242)	(1.416)	(1.242)	(1.416)
Contas a receber	10	54	6.429	17.105
Impostos a recuperar	(343)	58	(804)	149
Outros créditos	(1.626)	344	(1.722)	1.323
Fornecedores	-	(4)	1.798	(799)
Contas a pagar	226	1	(88)	(1.685)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	(1)	(5.054)	4.814
Impostos e contribuições a recolher	51	(169)	(1.021)	(3.197)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(5)	-	-	6
Outras contas a pagar	145	1.347	144	1.081
	(2.784)	214	(1.560)	17.381
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(3.115)	780	34.603	113.492
Impostos de renda e contribuição social pagos			(12.744)	(14.953)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.115)	780	21.859	98.539
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Compras de ativos imobilizado e intangível	(53)	(1)	(1.602)	(2.235)
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.040	(2.040)	-	-
Aumentos de capital e aquisição de participação societária em controladas	207	(5.245)	-	-
Dividendos recebidos	27.470	77.431	-	-
Variação não realizada de investimentos disponíveis para venda	162	(68)	162	(68)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de investimento	29.826	70.077	(1.440)	(2.303)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	(3.100)	-	(1.952)
Aumento (Redução) de capital	-	90	-	90
Ações em Tesouraria	-	540	-	540
Aumento de capital dos acionistas não controladores no patrimônio de controladas	158	-	158	492
Dividendos pagos	(53.993)	(35.737)	(53.993)	(37.041)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(53.835)	(38.208)	(53.835)	(37.871)
Aumento de caixa decorrente de incorporação de investida	-	207	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, liquidados	(27.124)	32.856	(33.416)	58.364
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	33.236	243	67.695	10.112
Variação cambial em caixa e equivalente de caixa de controlada no exterior	-	137	41	(781)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Notas 6 e 7)	6.112	33.236	34.320	67.695

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Vinci Partners Investimentos Ltda. (a "Empresa" ou "Vinci Partners" ou a "Sociedade") iniciou suas atividades em setembro de 2009. A Empresa tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. As sociedades investidas possuem atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira.

A sociedade está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Bartolomeu Mitre nº 336, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi formalizada pela Diretoria em 25 de junho de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) para Pequenas e Médias Empresas (PMEs – R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas (PMEs – R1), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

Percentual de participação em controladas em 31 de dezembro:

	Participação - %	
	2017	2016
Controladas diretas		
Vinci Assessoria financeira Ltda. (*)	100	100
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. (*)	100	100
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	100	100
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	80	80
Vinci Capital Partners GP Limited.	100	100
Vinci USA LLC	100	100
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda. (*)(**)	100	100
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	80	80
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	100	100

(*) A participação dos quotistas minoritários representa uma fração menor que 0,001%.

(**) Em 30 de Junho de 2017 a razão social da controlada foi alterada de Vinci Crédito de Recursos Ltda. para Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda.

Os saldos e transações intercompanhias foram eliminados na consolidação.

Entre as principais eliminações de consolidação estão:

- eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre a controladora e suas controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações;
- eliminação das participações no capital e no lucro líquido (prejuízo) do exercício das controladas; e
- eliminação dos lucros não realizados entre as empresas, quando aplicável.

Transações e saldos com partes relacionadas e investidas, estão descritos na Nota 21.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" (PME – R1) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os registros são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais**

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo Vinci Partners controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Grupo Vinci Partners. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas do grupo, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

2.3 Apresentação de informação por segmento

O comitê estratégico é composto por um grupo de sócios seniores da Vinci Partners Investimentos Ltda, e tem como principal objetivo apoiar o CEO na tomada de decisão de temas executivos e na execução e acompanhamento da agenda estratégica do Grupo Vinci, sendo responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho do grupo.

As decisões estratégicas do Grupo Vinci compreendem os sete segmentos de negócio distintos: (i) gestão de fundos de curto prazo; (ii) gestão de fundo de ações; (iii) gestão de private equity; (iv) assessoria financeira, (v) gestão de patrimônio; (vi) gestão de real estate e (vii) gestão de infraestrutura (Nota 22).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é substancialmente a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, representadas por disponibilidades e aplicações financeiras (Notas 6 e 7) incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo Vinci Partners classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda mensurados a valor justo com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Empresa não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de *hedge*.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber".

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Outras receitas", quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está *impaired*. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*.

2.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8 Impairment de ativos financeiros

A Empresa avalia ao final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- A Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.9 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo serviço de assessoria financeira e pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades do Grupo Vinci Partners. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto as contas a receber estão classificadas no ativo circulante.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

2.10 Ativos intangíveis

(a) *Softwares*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil econômica dos bens, utilizando as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, aparelhos de telefonia e instalações - 10%, equipamentos de informática - 20%.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que os valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Conforme facultado pela legislação tributária, a maior parte das sociedades investidas pela Empresa optaram pelo regime de lucro presumido, segundo o qual a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% da receita proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A Empresa e as controladas Vinci Gestora de Recursos Ltda. e Vinci Capital Gestora Ltda optaram pelo regime de tributação pelo lucro real.

2.15 Capital social

As quotas do capital social são classificadas no patrimônio líquido.

Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de assessoria financeira e de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Vinci Partners e suas controladas ("Grupo Vinci Partners"). A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo Vinci Partners reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Vinci Partners e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir.

(a) Taxas de administração

As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Geralmente os percentuais das taxas de administração variam entre 0,1 e 2%.

(b) Taxas de performance

As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão, num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente em junho e dezembro de cada exercício.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.17 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros aos quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das empresas Grupo Vinci Partners, com base na deliberação dos sócios em reunião de quotistas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

A Empresa faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas realizadas pela Empresa correspondem à constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para pagamento de participação a empregados no resultado, e reconhecimento de receita de algumas taxas de administração de fundos offshore.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

4 Gestão de risco financeiro

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. A administração desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis da Empresa e abrange várias políticas e estratégias. O programa de gestão de risco do Grupo Vinci Partners se concentra na imprevisibilidade do mercado financeiro e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Vinci Partners.

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. A Empresa mitiga os riscos de crédito através da seleção de gestores e de instituições financeiras de ótima qualidade para a aplicação em títulos de curto prazo e em fundos de investimento de baixo risco e de liquidez diária.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda devido a flutuações nas taxas, prazos, moedas e índices sem proteção na carteira da Empresa. A Empresa investe principalmente em fundos de investimento de renda fixa e multiestatégia, cuja gestão é realizada pelas próprias sociedades investidas pela empresa. Essas sociedades possuem fundos sob sua gestão, desta forma, suas receitas decorrentes da gestão dos mesmos, podem ser afetadas por um desempenho desfavorável desses fundos. Este risco é mitigado pelo fato do Grupo Vinci Partners possuir fundos de investimentos de diferentes naturezas e em ciclos de investimento distintos, administrando seus riscos com a diversificação das classes de investimentos.

(c) Risco de liquidez

A administração do risco de liquidez é criada para controlar o risco relacionado com períodos de descasamento dos prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Empresa. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que a Empresa liquide transações de maneira oportuna e segura. A Empresa mantém aplicação em fundos abertos que possuem grande liquidez de mercado, e monitora atentamente seu fluxo de caixa, inclusive quanto ao pagamento dos resultados aos seus quotistas, sendo parcela relevante da sua geração de caixa atrelada à taxa de administração e performance dos fundos.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), *swaps*, contratos a termo, *hedge* ou quaisquer outros derivativos, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

5 Instrumentos financeiros por categoria e qualidade de crédito

A Empresa possui instrumentos no ativo classificados na categoria de valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda, demonstrados na Nota 7.

No passivo, não há instrumentos financeiros classificados como mensurados ao valor justo.

6 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1	1	5	5
Depósitos bancários	6	4	5.465	8.435
	<u>7</u>	<u>5</u>	<u>5.470</u>	<u>8.440</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

7 Instrumentos financeiros

7.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Renda Fixa e Multimercados				
Certificados de depósitos bancários	346	361	2.770	2.564
FI Vinci Renda Fixa Crédito Privado	512	7.549	20.833	29.266
Vinci Gaia FIC FIM	-	21.243	-	21.243
Vinci Multiestratégia FIM	-	4.078	-	6.182
	858	33.231	23.603	59.255
Fundos de Ações				
Vinci Gas Seleção Dividendos FIA	2.291	-	2.291	-
Vinci Selection Equities FIA	237	-	237	-
Vinci Gas Dividendos FIA	2.057	-	2.057	-
Vinci Gas Lotus Institucional FIA	480	-	480	-
Vinci Gas Discovery FIA	183	-	183	-
	5.247	-	5.247	-
	6.105	33.231	28.850	59.255

As aplicações financeiras da Empresa estão representadas por Fundos de Renda Fixa, Fundos de Investimentos Multimercado, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) ou operações compromissadas lastreadas em CDBs e Fundos de Investimentos Ações, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem principalmente em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O FI Vinci Renda Fixa Crédito Privado é valorizado de acordo com o valor diário das cotas informadas pelo seu administrador BEM DTVM LTDA., e tem liquidez diária, e sua carteira em 31 de dezembro de 2017 era composta basicamente por títulos públicos. Sua rentabilidade no exercício de 2017 foi de 9,88% (2016 - 13,85%) equivalente a 99,26% (2016 - 98,90%) do CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro.

O Vinci Gas Seleção Dividendos FIA tem como objetivo a geração de fluxo de dividendos e retornos de longo prazo com menor volatilidade através do investimento em ações de empresas com histórico consistente de geração de caixa e distribuição de resultados. Sua rentabilidade no exercício de 2017 foi de 19,20%, enquanto o IBOVESPA apresentou uma rentabilidade de 28,89%.

O Vinci Gas Dividendos FIA tem como objetivo aplicar em ações de empresas com histórico consistente ou com boas expectativas de distribuição de resultados através do pagamento de dividendos e/ou juros

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

sobre capital próprio e que possuam grande potencial de valorização no longo prazo a partir de uma sólida análise fundamentalista. Sua rentabilidade no exercício de 2017 foi de 21,19%, enquanto o IBOVESPA apresentou uma rentabilidade de 28,89%.

7.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
FIP Real Estate	468	518	468	518
FII RM Leblon Corporate	81	71	81	71
Vinci Capital Partners II FIC FIP	-	550	-	550
Vinci Shopping Center FII	277	277	277	277
Vinci Infra Coinvestimento I FIP	1.341	-	1.341	-
Vinci Infra Transmissão FIP	491	-	491	-
	<u>2.658</u>	<u>1.416</u>	<u>2.658</u>	<u>1.416</u>

Os instrumentos financeiros disponíveis para venda da Empresa estão representados por investimentos em fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários cuja a gestão é realizada pelas próprias gestoras controladas da Vinci. Os ativos financeiros foram classificados como não circulante uma vez que, exceto em relação ao Vinci Shopping Center Fundo de Investimento Imobiliário, não há mercado ativo para os correspondentes investimentos.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber de clientes	16.468	22.878
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(138)	(119)
	<u>16.330</u>	<u>22.759</u>

Referem-se, principalmente, à remuneração por prestação de serviços de gestão de fundos de investimento no Brasil e no exterior com vencimento inferior a 30 dias.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2016	2016
Mútuos com pessoa física (i)	536	651	584	844
Alugueis a receber (ii)	556	-	556	-
Saldo a receber s/ venda de ativos financeiros (iii)	456	-	456	-
Adiantamentos diversos	-	-	13	353
Dividendos e JCP de controladas (iv)	933	-	-	-
Adiantamentos de Projetos (v)	106	168	1.807	259
Despesas antecipadas de seguros	-	-	76	157
Créditos com partes relacionadas	-	145	-	136
Outros	3	-	82	103
	<u>2.590</u>	<u>964</u>	<u>3.574</u>	<u>1.852</u>
Circulante	1.981	819	2.910	1.413
Não circulante	<u>609</u>	<u>145</u>	<u>664</u>	<u>439</u>
	<u>2.590</u>	<u>964</u>	<u>3.574</u>	<u>1.852</u>

- (i) Referem-se a valores a receber de terceiros, cujo saldo é atualizado pela taxa de retorno do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (ii) Em janeiro de 2017 a Vinci Partners sublocou parte do imóvel em que funciona a sede da Empresa. O contrato possui um prazo de 60 meses, iniciando em janeiro de 2017 e com carência de 4 meses em relação ao pagamento do aluguel. A receita da sublocação vem sendo registrada em base linear com base no disposto em contrato.
- (iii) Em julho de 2017, a Empresa vendeu parte de sua participação no Fundo Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos em Participações para a Salzburg Empreendimentos e Participações Ltda. pelo valor de R\$ 456. Até 31 de dezembro de 2017 a operação ainda não havia sido integralmente concluída.
- (iv) Em dezembro de 2017 a controlada Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. destinou juros sobre o capital próprio ("JCP") no valor R\$ 1.098 aos seus acionistas. O valor de R\$ 933, líquido de imposto de renda, foi recebido pela Empresa em janeiro de 2018.
- (v) Referem-se a custos relacionados a projetos de aquisição de fundos administrados pela controlada Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. Em alguns casos, os custos são inicialmente pagos pela gestora e posteriormente reembolsados pelo Fundo.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

10 Investimentos

(a) As principais informações das participações societárias mantidas em comparação com o período anterior estão resumidas a seguir:

Empresa	Quotas	2017	
		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	100 %	925	(944)
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	100 %	3.323	6.235
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	100 %	10.455	(367)
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	100 %	17.085	12.761
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	100 %	3.283	5.084
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	80 %	3.895	3.949
Vinci Capital Partners GP Limited	100 %	300	(2.656)
Vinci USA LLC	100 %	1.489	(9.911)
Vinci Crédito Gestora de Recurso Ltda.	100 %	19	(76)
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	80 %	4.012	1.062
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	100 %	-	(17)

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

Empresa	Quotas	Patrimônio Líquido	2016 Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	100 %	6.369	11.654
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	100 %	2.108	25.055
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	100 %	15.922	1.571
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	100 %	15.424	24.850
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	100 %	2.849	3.313
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	80 %	3.597	5.307
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda.	-	-	(26)
Vinci Capital Partners GP Limited	100 %	332	(1.493)
Vinci USA LLC	100 %	9.881	(5.852)
Vinci Crédito Gestora de Recurso Ltda.	100 %	21	(49)
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	80 %	2.750	811
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	100 %	18	(9)

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

(b) Movimentação dos investimentos:

	2016			2017		
<u>Empresa</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2016</u>	<u>Aumento (redução) de capital</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Varição cambial por conversão do resultado</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2017</u>
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	6.369	(2.800)	(1.700)	-	(944)	925
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	2.108	1.700	(6.720)	-	6.235	3.323
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	14.872	(4.050)	-	-	(367)	10.455
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	15.424	1.000	(12.100)	-	12.761	17.085
Vinci Gestão de Patrimônio Ltda.	2.849	(2.750)	(1.900)	-	5.084	3.283
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	2.877	600	(4.250)	-	3.890	3.117
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda. (*)	-	-	-	-	-	-
Vinci Capital Partners GP Limited.	332	2.566	-	58	(2.656)	299
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda.	(10)	105	-	-	(76)	19
Vinci Infraestrutura de Recursos Ltda.	1.239	1.760	(800)	-	1.010	3.209
Vinci USA LLC	9.836	1.662	-	(150)	(9.911)	1.437
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	18	-	-	(1)	(17)	-
	<u>55.914</u>	<u>(207)</u>	<u>(27.470)</u>	<u>(93)</u>	<u>15.009</u>	<u>43.153</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	2015	2016				
Empresa	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Varição cambial por conversão do resultado	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Vinci Assessoria Financeira Ltda.	1.165	430	(6.880)	-	11.654	6.369
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	1.359	430	(24.736)	-	25.055	2.108
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	15.901	(2.600)	-	-	1.571	14.872
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	26.974	5.150	(41.550)	-	24.850	15.424
Vinci Gestao de Patrimônio Ltda.	376	(840)	-	-	3.313	2.849
Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda.	1.817	368	(3.140)	-	3.832	2.877
Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda. (*)	750	(724)	-	-	(26)	-
Vinci Capital Partners GP Limited.	129	1.718	-	(22)	(1.493)	332
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda.	9	30	-	-	(49)	(10)
Vinci Infraestrutura de Recursos Ltda.	20	559	-	-	660	1.239
Vinci USA LLC	17.708	-	-	(2.020)	(5.852)	9.836
Vinci Financial Ventures (VF2) GP	1.305	-	(1.125)	(153)	(9)	18
	67.513	4.521	(77.431)	(2.195)	63.506	55.914

(*) Em 30 de junho de 2016 a controlada Apogeo Consultoria de Investimentos Ltda. foi incorporada pela Empresa. Desta forma, os ativos e passivos da controlada foram incorporados aos valores de livros, apresentando um acervo líquido de R\$ 724. Esse valor encontra-se demonstrado na coluna de "Aumento (Redução) de Capital" da tabela acima.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

11

Imobilizado - Consolidado

	Móveis e utensílios	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos <i>improvements</i>	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Imobilizado em andamento e outros	2017 Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2017	9.629	39.033	5.530	7.346	621	62.159
Aquisição	27	115	76	9	115	342
Baixa	-	(246)	(16)	-	-	(262)
Variação cambial de imobilizado no exterior	-	182	-	51	-	233
Em 31 de dezembro de 2017	9.656	39.084	5.590	7.406	736	62.472
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2017	(3.472)	(20.962)	(3.549)	(4.431)	-	(32.414)
Depreciação anual	(964)	(3.599)	(665)	(883)	-	(6.111)
Baixa	-	8	10	-	-	18
Variação cambial de imobilizado no exterior	-	(215)	-	(50)	-	(265)
Em 31 de dezembro de 2017	(4.436)	(24.768)	(4.204)	(5.364)	-	(38.772)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2017	6.157	18.071	1.981	2.915	621	29.745
Em 31 de dezembro de 2017	5.220	14.316	1.386	2.042	736	23.700
Taxas de depreciação (ao ano) - %	10	Conforme prazo do contrato de aluguel	20	10		

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	Móveis e utensílios	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos improvements	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Imobilizado em andamento e obras de arte	2016 Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2016	9.736	40.258	5.435	8.032	2.045	65.506
Aquisição	363	1.422	107	36	(1.424)	504
Baixa	(470)	(256)	(12)	(54)	-	(792)
Varição cambial de imobilizado no exterior	-	(2.391)	-	(668)	-	(3.059)
Em 31 de dezembro de 2016	9.629	39.033	5.530	7.346	621	62.159
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2016	(2.658)	(17.900)	(2.814)	(3.617)	-	(26.989)
Depreciação anual	(975)	(4.721)	(743)	(1.175)	-	(7.614)
Baixa	161	18	8	27	-	214
Varição cambial de imobilizado no exterior	-	1.641	-	334	-	1.975
Em 31 de dezembro de 2016	(3.472)	(20.962)	(3.549)	(4.431)	-	(32.414)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2016	7.058	22.358	2.621	4.415	2.045	38.517
Em 31 de dezembro de 2016	6.157	18.071	1.981	2.915	621	29.745
Taxas de depreciação (ao ano) - %	10	Conforme prazo do contrato de aluguel	20	10		

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

12 Intangível - Consolidado

O ativo intangível é composto por gastos associados ao desenvolvimento do software de Sistema de Risco e Alocação de Portfolio, que servirá para avaliação de risco dos fundos e alocação da carteira dos clientes.

Os benefícios econômicos fluirão para o Grupo Vinci através da cobrança de taxas de serviço dos clientes pela venda de assessoria de risco de mercado ou através de um serviço denominado pelos administradores da Vinci Partners como Wealth Management.

			2017
	Marcas e patentes	Desenvolvimento de software	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2017	29	17.663	17.692
Aquisição	-	1.504	1.504
Variação cambial de intangível no exterior	-	85	85
Em 31 de dezembro de 2017	29	19.252	19.281
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2017	-	(11.734)	(11.734)
Amortização anual	-	(2.744)	(2.744)
Variação cambial de intangível no exterior	-	(72)	(72)
Em 31 de dezembro de 2017	-	(14.550)	(14.550)
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2017	29	5.929	5.958
Em 31 de dezembro de 2017	29	4.702	4.731
Taxas de depreciação (ao ano) - %	-	20%	

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

				2016
	Marcas e patentes	Desenvolvimento de software	Intangível em andamento	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2016	29	14.868	1.310	16.207
Aquisição	-	3.619	(1.310)	2.309
Variação cambial de intangível no exterior	-	(824)		(824)
Em 31 de dezembro de 2016	29	17.663	-	17.692
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2016	-	(8.443)		(8.443)
Amortização anual	-	(3.922)	-	(3.922)
Variação cambial de intangível no exterior	-	631	-	631
Em 31 de dezembro de 2016	-	(11.734)	-	(11.734)
Valor contábil				
Em 1º de janeiro de 2016	29	6.424		7.764
Em 31 de dezembro de 2016	29	5.929	-	5.958
Taxas de depreciação (ao ano) - %	-	20%	-	

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Dividendos a pagar (Nota 17 (b))	965	19.063	965	19.063
Alugueis a pagar	225	-	3.650	3.741
Obrigações a pagar por aquisições de cotas de fundos (i)	1.493	1.348	1.493	1.348
Outras contas a pagar	1	-	196	194
	<u>2.684</u>	<u>20.411</u>	<u>6.304</u>	<u>24.346</u>
Circulante	1.191	19.063	4.779	22.965
Não circulante	<u>1.493</u>	<u>1.348</u>	<u>1.525</u>	<u>1.381</u>
	<u>2.684</u>	<u>20.411</u>	<u>6.304</u>	<u>24.346</u>

(i) Em 29 de dezembro de 2016 a Vinci adquiriu cotas do FIP e FIIs detalhados na nota 7.2 com o compromisso de pagamento do valor de R\$ 2.038 em até 4 anos. O valor vem sendo atualizado pela taxa efetiva da operação, de 10,8% ao ano.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

14 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação nos lucros a pagar	-	-	15.242	20.241
Provisões trabalhistas	-	-	1.958	2.013
	-	-	17.200	22.254

O valor provisionado para pagamento de participação nos lucros a pagar em 31 de dezembro de 2017 foi integralmente liquidado em janeiro de 2018.

15 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda	-	-	3.411	3.591
Contribuição Social	-	34	1.165	1.360
Cofins	86	24	688	851
PIS	19	4	149	183
ISS sobre faturamento	-	-	195	881
Impostos retidos de terceiros	4	2	39	33
Outros	6	-	77	72
	115	64	5.724	6.971

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Está dividido em 8.550.000 quotas (2016 - 8.550.000), com valor nominal de R\$ 1 por quota (2016 - R\$ 1 por quota). Todas as quotas emitidas estão integralizadas. A responsabilidade de cada sócio está limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Em 30 de setembro de 2016, os sócios deliberaram, por unanimidade, aumentar o capital social em R\$ 90, passando o mesmo de R\$ 8.460 para R\$ 8.550, mediante a emissão de 90.000 quotas representativas do capital social pelo valor de R\$ 1,00 cada.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

(b) Lucros

De acordo com o contrato social, os lucros apurados de acordo com o balanço do final do exercício e/ou balanço intermediário terão a destinação que lhes for determinada por deliberação dos sócios.

Durante o exercício de 2017 foram pagos dividendos no valor de R\$ 53.993 (R\$ 35.737 em 2016).

Em 30 de abril de 2015 os sócios aprovaram a distribuição de dividendos de R\$ 42.410, tendo como base o saldo disponível na conta de reserva de retenção de lucro e o resultado do período acumulado até a respectiva data, dos quais R\$ 23.348 haviam sido integralmente pagos até 31 de dezembro de 2016. Durante o exercício de 2017 foram pagos R\$ 17.872 do valor provisionado em 30 de abril de 2015, permanecendo o saldo em aberto de R\$ 965 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.062 em 31 de dezembro de 2016).

17 Receitas de prestação de serviços

	Consolidado	
	2017	2016
Receita sobre administração de recursos	116.085	126.725
Receitas sobre performance	7.682	41.496
Receita de prestação de assessoria	6.009	28.273
Receita de prestação de serviços	129.776	196.494
No Brasil	86.229	126.626
No Exterior	43.547	69.868
Impostos e contribuições		
COFINS	(4.340)	(4.397)
PIS	(942)	(953)
ISS	(2.282)	(4.446)
Receitas líquidas de prestação de serviços	122.212	186.698

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

18 Despesas por natureza

(a) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas de pessoal	(26)	(22)	(26.617)	(29.012)
Despesa com serviços de contabilidade	(121)	(124)	(1.298)	(1.311)
Despesa com serviços advocatícios	(17)	(182)	(2.463)	(3.709)
Despesa com serviço de assessoria e consultoria	(60)	(61)	(5.729)	(1.970)
Despesa com serviço de informática	(155)	(11)	(6.687)	(8.094)
Despesa com serviço de assessoria de imprensa	-	-	(371)	(323)
Despesa com serviços de telefonia	-	-	(926)	(1.938)
Despesa com serviços de auditoria	(83)	(83)	(273)	(124)
Despesa com outros serviços prestados	(152)	(59)	(1.567)	(1.671)
Despesa com serviço de propaganda e publicidade	-	(27)	(86)	(181)
Despesa com material de escritório, copa e consumo	-	(4)	(71)	(76)
Despesa com aluguel e condomínio	(1.068)	-	(16.153)	(17.512)
Despesa com viagens e representações	-	(24)	(2.949)	(2.435)
Despesas tributárias	(271)	(191)	(2.074)	(2.637)
Despesas com depreciação	(93)	(83)	(8.359)	(11.216)
Despesas legais e judiciais	(7)	(6)	(168)	(381)
Outras despesas	(1)	-	(182)	-
	<u>(2.054)</u>	<u>(877)</u>	<u>(75.973)</u>	<u>(82.590)</u>

(b) Participação nos lucros

De acordo com o programa de participação dos empregados no resultado, com base na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e em metas estipuladas no início de cada exercício, a Administração aprovou, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o pagamento de participações nos resultados de R\$ 16.165 (R\$ 20.666 em 2016).

(c) Outras despesas operacionais, líquidas

O valor compreende principalmente despesas de escritório, incluindo energia elétrica, limpeza, manutenção e conservação, valores a receber baixados ou provisionados para perda, além de outras despesas de diversas naturezas.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de aplicação financeira	1.288	1.827	2.807	5.072
Receita com variação cambial	-	-	140	253
Receita de juros s/ o capital próprio	1.098	-	-	-
Outras receitas financeiras	25	72	26	80
Receitas financeiras	2.411	1.899	2.973	5.405
Despesas bancárias	(2)	(2)	(66)	(192)
Multas sobre impostos e taxas	-	-	(1)	(10)
Juros sobre impostos e taxas	-	-	-	(1)
Despesa com variação cambial	(5)	(118)	(13)	(273)
Juros sobre operações financeiras	-	-	(6)	-
Realização de ativos financeiros	(28)	-	(28)	-
Despesas financeiras	(35)	(120)	(114)	(476)
Resultado financeiro líquido	2.376	1.779	2.859	4.929

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

20 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa é tributada pelo regime de tributação pelo lucro real. As suas controladas são tributadas com base no regime de tributação pelo lucro presumido, exceto pelas controladas Vinci Gestora de Recursos Ltda. e Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., que são tributadas com base no lucro real.

Apesar de algumas gestoras possuírem prejuízo fiscal e base negativa decorrentes de exercícios anteriores, não são constituídos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos uma vez que não há expectativa de resultado fiscal tributário no futuro para essas empresas. O crédito fiscal decorrente do prejuízo fiscal e base negativa das empresas sob o regime de lucro real em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.572.

Nenhuma controlada no exterior apresentou resultado base para tributação de imposto de renda e contribuição social em 2017 e 2016.

O encargo de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício pode ser assim resumido:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda corrente	(134)	(134)	(9.120)	(13.998)
Contribuição social corrente	(57)	(57)	(3.398)	(5.106)
	<u>(191)</u>	<u>(191)</u>	<u>(12.518)</u>	<u>(19.104)</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

21 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total (salários e benefícios) do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.743 (2016 - R\$ 2.726).

(b) Valores a receber de sociedades ligadas

Conforme divulgado na Nota 9, a Empresa possui saldos a receber de sociedades ligadas, demonstrados na tabela abaixo:

Controladora - Ativo	Sociedade	2017	2016
Saldo a receber s/ venda de ativos financeiros	Salzburg	456	-
Dividendos e JCP de controladas	Vinci Capital	933	-
		<u>1.389</u>	<u>-</u>
Consolidado - Ativo	Sociedade	2017	2016
Saldo a receber s/ venda de ativos financeiros	Salzburg	456	-
		<u>456</u>	<u>-</u>

(c) Transações com empresas do Grupo

	Grau de relação	Prazo até	2016 Ativo/Passivo
Passivo (Controladora)			
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	Controlada	sem vencimento	1
Vinci Gestora de Recursos Ltda	Controlada	sem vencimento	4
			<u>5</u>

	Grau de relação	Prazo até	2017 Ativo/Passivo
Passivo (Consolidado)			
Trento Empreendimentos e Participações S.A.	Coligada	sem vencimento	6
			<u>6</u>

	Grau de relação	Prazo até	2016 Ativo/Passivo
Passivo (Consolidado)			
Trento Empreendimentos e Participações S.A.	Coligada	sem vencimento	6
			<u>6</u>

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladora - Passivo

Descrição	2017	2016
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	1.050
Vinci Crédito Gestora de Recursos Ltda.	-	30
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	-	960
	-	2.040

22 Informação por segmento

As informações por segmento operacional não são requeridas pelo CPC para PMEs, entretanto, estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por Segmento.

Os segmentos reportáveis da empresa são unidades de negócios que oferecem diferentes serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes estratégias de mercado.

A principal informação utilizada pela diretoria para avaliação do desempenho de cada segmento é lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos.

As informações sobre ativos e passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pela diretoria na gestão dos segmentos. A diretoria não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Cada segmento é tratado de forma independente e detém profissionais com experiência própria em cada segmento.

As operações da empresa estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Diretoria contendo as seguintes divisões:

Gestão de fundos de curto prazo

A Vinci Gestora de Recursos Ltda. é responsável pela gestão de fundos e carteiras de investimento de renda fixa e multimercado com enfoque nas oportunidades de curto prazo. Conta com uma equipe de gestores experientes, que atua de forma independente nos mercados de bolsa, crédito, juros, moedas e commodities, com mandatos específicos e um rígido gerenciamento de risco para gerar retornos superiores a seus benchmarks.

Gestão de fundos de ações

Está sob a responsabilidade da Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. que tem como objetivo a geração de retornos consistentes no médio prazo, por meio de investimentos no mercado de renda variável.

Gestão de private equity

Está sob a responsabilidade da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. que tem como objetivo a geração de retornos consistentes no longo prazo. Os investimentos tem como estratégia o foco em crescimento de

35 de 34

Vinci Partners Investimentos Ltda.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

receitas, produtividade e lucratividade, através de profundas mudanças operacionais e de gestão nas companhias investidas.

Assessoria financeira

Está sob a responsabilidade da Vinci Assessoria Financeira Ltda. que tem como objetivo a prestação de serviços financeiros de alto valor agregado para empresas, administradores e acionistas em diversos serviços especializados, dentre os quais destacam-se os relacionados à assessoria em fusões e aquisições, aconselhamento em aberturas de capital, em colocações privadas de ações e consultoria na adequação de estruturas de capital.

Gestão de patrimônio

A Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. tem como objetivo a gestão do patrimônio dos clientes através de soluções financeiras customizadas. A experiência e capacidade técnica da equipe são os diferenciais na construção de portfólios e na análise / escolha de produtos que atendam necessidades específicas dos clientes.

Gestão de real estate

A Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda. tem como objetivo a geração de valor através da gestão ativa de portfólio. Seja na estratégia de aquisição de shoppings, imóveis corporativos, Built To Suit (BTS) ou desenvolvimento, atuando diretamente em todas as etapas: desenvolvimento de projeto, estruturação de produtos, gestão dos ativos e estratégias de saída.

Gestão de infraestrutura

A Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. tem um portfólio de investimentos que engloba diversas frentes de infraestrutura. A estratégia é focada em participações societárias de controle total ou compartilhado em ativos e empresas de energia elétrica, logística e transportes, água e saneamento e O&G com o objetivo de elevar os padrões de governança e de gestão em busca de liquidez no médio prazo.

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	2017								
	Gestão de fundos de curto prazo	Gestão de fundos de ações	Gestão de private equity	Assessoria financeira	Gestão de patrimônio	Real Estate	Gestão de Infra	Outros segmentos	TOTAL
Receita líquida	23.179	20.622	49.073	1.333	13.956	9.315	4.734	-	122.212
(-) Custos e despesas	(25.998)	(11.414)	(25.299)	(1.959)	(7.276)	(3.996)	(3.091)	(4.674)	(83.707)
(-) Depreciação	(5.520)	(204)	(1.957)	(219)	(53)	(299)	-	(107)	(8.359)
Lucro operacional	(8.339)	9.004	21.817	(845)	6.627	5.020	1.643	(4.781)	30.146
Receita financeira	327	331	443	125	218	159	56	1.314	2.973
Despesa financeira	(44)	2	(11)	(1)	(16)	(1)	(2)	(41)	(114)
Outras Receitas/Despesas	(2.127)	(660)	(1.785)	(45)	(120)	(120)	(94)	(746)	(5.697)
Lucro antes do IRPJ e CSL	(10.183)	8.677	19.366	(766)	6.729	5.058	1.603	(4.254)	27.308
(-) IRPJ e CSL	(18)	(2.442)	(6.605)	(177)	(1.625)	(1.110)	(541)	-	(12.518)
Lucro líquido	(10.201)	6.235	13.859	(943)	5.084	3.948	1.062	(4.254)	14.790

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	2016								
	Gestão de fundos de curto prazo	Gestão de fundos de ações	Gestão de private equity	Assessoria financeira	Gestão de patrimônio	Real Estate	Gestão de Infra	Outros segmentos	TOTAL
Receita líquida	33.629	45.691	63.228	16.205	12.316	12.491	3.038	100	186.698
(-) Custos e despesas	(28.799)	(15.134)	(28.206)	(2.544)	(7.569)	(5.464)	(1.885)	(2.362)	(91.963)
(-) Depreciação	(8.305)	(244)	(1.917)	(227)	(55)	(282)	-	(186)	(11.216)
Lucro operacional	(3.475)	30.313	33.105	13.434	4.692	6.745	1.153	(2.448)	83.519
Receita financeira	336	1.105	1.030	338	429	212	23	1.913	5.406
Despesa financeira	(118)	(69)	(5)	(1)	(159)	(2)	(1)	(122)	(477)
Outras Receitas/Despesas	(539)	(674)	(1.852)	(99)	(111)	(149)	(23)	(426)	(3.873)
Lucro antes do IRPJ e CSL	(3.776)	30.675	32.278	13.672	4.851	6.806	1.152	(1.083)	84.575
(-) IRPJ e CSL	(467)	(5.621)	(7.428)	(2.018)	(1.538)	(1.499)	(342)	(192)	(19.105)
Lucro líquido	(4.243)	25.054	24.850	11.654	3.313	5.307	810	(1.275)	65.470

Vinci Partners Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

23 Litígios e demandas judiciais

A Vinci Gestora de Recursos Ltda. possui 2 processos administrativos fiscais em andamento, sendo 2 em função da exigência de contribuições previdenciárias (parcela patronal e SAT) e contribuições destinadas a terceiros, referentes aos exercícios de 2011 e de 2012, sobre valores pagos à título de participação nos lucros e resultados, nos valores de R\$ 2.620 e R\$ 2.583, respectivamente. A Vinci Equities possui 1 processo referente a exigência de ISS em decorrência de serviços prestados a fundos de investimentos localizados no exterior no valor de R\$ 794. Baseado na opinião dos seus assessores jurídicos a administração classificou o risco de perda nesses processos como possível e não contabilizou provisão para contingências relacionada a esses processos.

24 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vinci Partners administrava R\$ 21.338.025 de recursos de terceiros (2016 - R\$ 19.218.396), alocado conforme quadro abaixo:

Total por classe	2017	2016
	Não auditado	Não auditado
Ações	4.083.475	3.658.012
Private Equity	6.330.500	3.605.940
Multi Mercado	7.023.168	6.534.587
Renda Fixa	846.092	1.786.025
Crédito	869.971	991.359
DI	36.682	58.592
FIDC	319.724	403.360
Real Estate	786.494	541.208
Fundo de Investimento em Participações	1.041.919	1.639.313
	<u>21.338.025</u>	<u>19.218.396</u>

26 Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2018 a Empresa distribuiu dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$ 29.950 decorrentes do resultado apurado no exercício de 2017.

PESQUISA.

IGEPREV

18/10/2018>19/10/2018 [7]

00-155430-L-001/001

18001554300004
RECIBO: 860846
SELO: ECTZ01065TNS
Modelo: CIVEL

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélis Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE QUINZE DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO ATÉ QUINZ
E DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (15/10/1998 ATÉ 15/10/2018), dele(
s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA - CNPJ: 13.421.810/0001-63 *****
Rio de Janeiro, Capital em 19/10/2018. QUALIFICAÇÃO conf. o requerid
o. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 38,70, Tab.04-Ato 08: R\$ 39,70, LE
I 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,79, FETJ: R\$ 15,68, FUNDPERJ: R\$ 3,92, FUNPER
J: R\$ 3,92, FUNARPEN: R\$ 3,13, ISS: R\$ 4,17. TOTAL: R\$ 110,01. EU, R
ICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECTZ 01065 TNS
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RICARDO DA COSTA MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 19/10/2018 por:
BIANCA LOPES DA SILVA
Auxiliar (CTPS 0050,104-RJ)

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-001

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 18/10/2018

MODELO(A)>> CERTIFICA A a L <<

155430

00/32 Pag: 0001

R:1811605

PARA FINS DE: PESQUISA

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CERTIFICA e DÁ FÉ

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Recisórias;
 - B - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas as varas com competência Empresarial;
 - C - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas as varas com competência de Família;
 - D - Ações Acidentárias;
 - E - Retificações, Averbções e outras ações e precatórias distribuídas as Varas com competência em Registros Públicos;
 - F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas as varas com competência Cível;
 - G - Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas as varas com competência Cível;
 - H - Ações e precatórias de competência das Varas Regionais;
 - I - Inventários, Testamentos, Arrolamentos, Administrações provisórias, Tutelas, Interdições, Curatelas, Declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas as varas com competência em Órfãos e Sucessões;
 - J - Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
 - K - Ações distribuídas as varas de Infância, da Juventude e do Idoso, mencionadas no parágrafo primeiro do Artigo 382 da Consolidação Geral da Corregedoria Geral de Justiça;
 - L - Ações de competência da Justiça Itinerante desde:
- DEZESSEIS DE OUTUBRO DE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E OITO ATÉ DEZESSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (16/10/1998 a 16/10/2018) dele(s).....

.....**NADA CONSTA**.....
Relativamente ao Nome de VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA Qualificação: 13421810000163 (conforme requerido).....

EMITIDA EM: 19/10/2018, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

TOTAL R\$: 110,01

EMOL R\$: 78.40 - PMCMV(2%)R\$: 0.79 - FETJ(20%)R\$: 15.68 - FUNDPERJ(5%)R\$: 3.92 - FUNPERJ(5%)R\$: 3.92 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.13 - ISS(5%)R\$: 4.17

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

ECTK07404-DNG

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Luiz Augusto da
Silva do Carmo
ESCREVENTE
Matr. 94/3730

Requerida em 18/10/2018

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS

155430/2018-1.00

Modelo CÍVEL folha 01

0902740319



SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

Rua da Assembleia, 58 - 12º Andar - Cep 20011-000
Central de Certidões - Av. Almirante Barroso, 90 - 2º Andar

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, **CERTIFICA E DÁ FÉ:**

- a) Rescisórias;
 - b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
 - c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
 - d) Ações Acidentárias;
 - e) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
 - f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
 - g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
 - h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
 - i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
 - j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
 - k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
 - l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde
DEZESSEIS DE OUTUBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E OITO até DEZESSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (16/10/1998 até 16/10/2018) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA**, qualificação: CNPJ 13.421.810/0001-63 (conforme requerido)
- Emitida em: 18/10/2018 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: **NÃO CONSTAM.**
- EMOLUMENTOS R\$ 78,40 [Tab 1, Ato 1(R\$ 78,31), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,79), L.6370/2º (R\$ 0,09)], FETJ(R\$ 15,68), FUNDPERJ(R\$ 3,92), FUNPERJ(R\$ 3,92), FUNARPEN(R\$ 3,13), totalizando R\$ 105,84

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECTC55931 ZGV
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ HELENA

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Antônio Carlos Oliveira da Silva
Substituto do Titular
Mat.: 94/0281

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HOMENAGEM, PODE SER FIRMADA DECLARAÇÃO DE HOMENAGEM, NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.

AS CERTIDÕES SÃO VINCULADAS E INFORMADAS SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME, NO PERÍODO ASSINALADO. PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

7380121

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À
PESQUISA

18001554300001

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$38,70 Tab 19 Item 08
R\$39,70 (FETJ) R\$:15,68 (FUNPERJ) R\$:3,92
(FUNDPERJ) R\$:3,92 (FUNARPEN) R\$:3,13 (CG -
PORTARIA 17/13) R\$:0,79 (I.S.S.Q.N.) R\$:4,17 =
Total R\$:110,01

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do Titular

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

RAFAELLL

(0)

18/10/2018

C E R T I F I C A

Folha: 1

12:29:18

CTY59963

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;

II - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência EMPRESARIAIS;

III - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de FAMÍLIA;

IV - AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;

V - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;

VI - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;

VII - ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cíveis;

VIII - Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;

IX - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em ÓRFÃOS E

SUCCESSÕES afetos a este Ofício;

X - AÇÕES E PRECATÓRIAS de competência dos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS afetos a este Ofício;

XI - Ações distribuídas às varas da Infância, da juventude e do Idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação;

XII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

DEZESSETE DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO xxxxxxxxxxxx ate
DEZESSETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de

VINCI GESTAO DE PATRIMONIO LTDA xx

CNPJ:13.421.810/0001-63////////////////////////////////////

REQUERIDA E EMITIDA EM 18/10/2018, RIO DE JANEIRO.////

FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: PESQUISA.////

RIO DE JANEIRO

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECTY59963 JOS

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital



Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Oficial Substituto - Mat. 94/2005-CGJ

CONFERIDO POR:

9182328811303001



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

AAA 010881826

Indicadores Financeiros		Vinci Partners		Vinci Gestão (VGP)	
		2017	2016	2017	2016
índice de liquidez corrente (*)	Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,8	2,7	1,6	1,7
índice de liquidez geral (**)	Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,8	2,5	1,6	1,7
índice de solvência geral (*)	Solvência Geral = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	2,7	3,6	3,0	1,8
índice de endividamento	Endividamento = (Passivo de terceiros) / (Ativo Total)	0,4	0,3	0,3	0,6
índice de rentabilidade do Ativo (***)	Rentabilidade do Ativo = (Lucro Líquido) / (Total do Ativo)	17,1%	50,7%	24,7%	52,1%
índice de Basileia		N/A	N/A	N/A	N/A

Notas:

(*) Excluindo o saldo de dividendos a pagar aos acionistas na Vinci Partners

(**) Não considera o ativo permanente, representado por imobilizado e intangível

(***) Consideramos o índice de rentabilidade do ativo, representado pela razão entre o lucro líquido e o total do ativo

Público-alvo
Investidores em geral

Data de Início
01/11/2012

Classificação ANBIMA
Ações Índice Ativo
Código ANBIMA: 320196

Movimentações
Inicial: R\$ 25.000,00
Mov. mínima: R\$ 5.000,00
Saldo mínimo: R\$ 5.000,00
Horário solicitação: 14h30
Aplicação: Conversão D+1 útil
Carência: Não Há
Resgate (conversão): D+60 corridos
Resgate (pagamento): 3 dia(s) úteis após a conversão
Taxa de saída: Não há

Taxa de Administração
1,003% ao ano sobre o patrimônio líquido do fundo, incluindo taxa de custódia

Taxa de Performance
20% sobre a rentabilidade que exceder 100% do IBOV

Tributação
15% sobre a rentabilidade da cota do fundo no resgate (se aplicável)

Gestor
VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA
Av. Bartolomeu Mitre, 336 - Leblon - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22431-002
Tel: (21) 2159-6000

Administrador
BEM DTVM

Distribuidor
VINCI DTVM
Av. Bartolomeu Mitre, 336 - Leblon - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22431-002
Tel: (21) 2159-6000

Custodiante
Banco Bradesco S.A.

Auditor
PriceWaterhouseCoopers

Dados para Aplicação
Favorecido: VINCI SELECTION EQUITIES FI EM AÇÕES
CNPJ: 15.603.945/0001-75
Banco: Banco Bradesco S.A. (237)
Agência: 2856-8
Conta Corrente: 651611-4

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade que busque superar a variação do índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA por meio da atuação no mercado de ações, aplicando em cotas de Fundos de Investimento em Ações e demais ativos financeiros de acordo com limites impostos em regulamento.

Dados do Fundo

Patrimônio Líquido: R\$ 160.769.636,54 Patrimônio Líquido Médio 12 meses: R\$ 118.821.079,76
Cota: 202,2314661

Risco vs. Retorno

	No ano		Desde o Início	
	Fundo	IBOV	Fundo	IBOV
Retorno Anualizado	19,58%	17,55%	12,52%	6,99%
Volatilidade Anualizada	17,98%	22,49%	12,73%	22,77%
Índice de Sharpe	0,73	0	0,16	0
% de meses acima do benchmark	60%	0%	56%	0%
% de meses abaixo do benchmark	40%	0%	44%	0%

Desde de o início do Fundo

Rentabilidade

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Ano	12M	Acum
2018	8,44%	1,08%	0,26%	0,45%	-6,48%	-3,25%	6,51%	-3,06%	1,38%	11,02%	-	-	16,07%	18,33%	102,23%
IBOV	11,14%	0,52%	0,01%	0,88%	-10,87%	-5,20%	8,88%	-3,21%	3,48%	10,19%	-	-	14,43%	17,65%	49,74%
2017	4,56%	3,20%	-0,58%	1,40%	-2,43%	0,45%	4,76%	6,28%	4,73%	-0,27%	-3,55%	5,69%	26,41%	26,41%	74,23%
IBOV	7,38%	3,08%	-2,52%	0,65%	-4,12%	0,30%	4,80%	7,46%	4,88%	0,02%	-3,15%	6,16%	26,86%	26,86%	30,86%

Rentabilidade acumulada calculada desde o início do Fundo

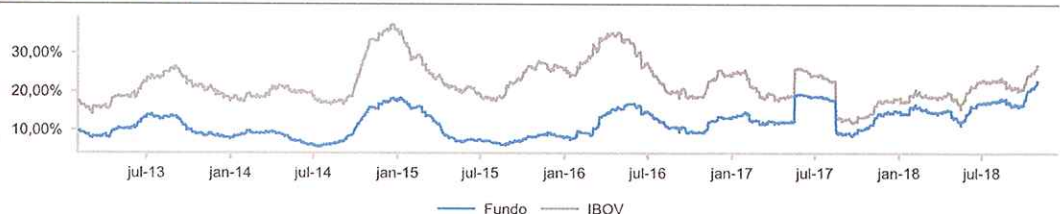
Historico de Rentabilidade

	2012	2013	2014	2015	2016
FUNDO	5,70%	0,58%	-0,10%	3,14%	25,84%
IBOV	4,40%	-15,50%	-2,91%	-13,31%	38,93%

Rentabilidade Acumulada vs. Benchmark



Volatilidade - 63 d.u.



Drawdown



18/12/2018

Gmail - RE: CREDENCIAMENTO 2018 VINCI



Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

RE: CREDENCIAMENTO 2018 VINCI

Pedro Monteiro <pmonteiro@vincipartners.com>

17 de dezembro de 2018 10:04

Para: Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Olá Meire, tudo bom?

A documentação chegou? Ficou alguma pendencia?

Obrigado,



Pedro Monteiro

T. +55 11 3572 3777 F. +55 11 3572 3800

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 14 andar

01452-000 SP Brasil

vincipartners.com |

From: Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Sent: segunda-feira, 10 de dezembro de 2018 11:54

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Pedro Monteiro

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

18/12/2018

Gmail - RE: CREDENCIAMENTO 2018 VINCI



Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>



RE: CREDENCIAMENTO 2018 VINCI

Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

17 de dezembro de 2018 11:03

Para: Pedro Monteiro <pmonteiro@vincipartners.com>

Bom dia,

Chegou, vou conferir e atuar o processo, caso tenha alguma pendência te informo, se não, será encaminhado ao Comitê de Investimentos para análise.

Atenciosamente,



IGEPREVTO

Instituto de Gestão Previdenciária do
Estado do Tocantins

Diretoria de Investimentos

Fones: (63) 3218-3502 / 7226 / 7206

www.igeprev.to.gov.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

IGEPREV
Fl. 11d
108
A/S

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MARCELO RABBAT

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
15322313 SSP/SP

CPF
118.030.978-25

DATA NASCIMENTO
05/04/1967

FILIAÇÃO
IBRAHIM EMILE RABBAT
SAMIRA RABBAT

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
03007106203

VALIDADE
03/09/2020

Nº HABILITAÇÃO
05/03/1986

OBSERVAÇÕES

SAO PAULO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
08/09/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

36500450454
SP687157129

DETRAN-SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1180003193

PROIBIDO PLASTIFICAR
1180003193

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800 088674AE384519

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2018

Luiz Cláudio Alves de Viterbo
Escrivente

ECVP38182-AWK - Consulte em <https://ww3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Conf por

Serventia	R\$ 5,57
TJ+Fundos	R\$ 2,27
Total	R\$ 7,84

17º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Luiz Cláudio Alves de Viterbo
Art. 205 3º Lei 8.935/94
Secretaria - CMO/CGJ nº 94.16246



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FERNANDO LOVISOTTO

DOC. IDENTIDADE / CIVIL EMISSOR / UF
20405785 SSP/SP

CPF
213.868.248-01

DATA NASCIMENTO
27/06/1975

RELAÇÃO
LUCIO APARECIDO LOVISO
TIO
SUELI DE MASI ROSA LOV
ISOTTO

PERMISSÃO
ACC CAT. HABIL
B

Nº REGISTRO
03018079104

VALIDADE
13/01/2019

1ª HABILITAÇÃO
08/07/1993

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
824932130

PROIBIDO PLASTIFICAR
824932130

OBSERVAÇÕES
A

SAO PAULO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
15/01/2014

34744528444
SP615097731

DETRAN-SP (SAO PAULO)

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9900 088674AE384520

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2018

Conf. por
Servente R\$ 5.57
TJ+Fundos R\$ 2.27
Total R\$ 7.84

Luiz Cláudio Alves de Viterbo
Escrivente

ECVP38183-ACY - Consulte em <https://ww3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Luiz Cláudio Alves de Viterbo
Art. 203, 3º Lei 8.935/34
Escrivente - CAP / CGJ nº 94.16246

Tabelião: Carlos Alberto Fermo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800
088674AE384521

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2018.

rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2018.

Lulz Cláudio Alves de Viterbo

Escrevendo

ECVP38184-ATV - Escrevente
Total
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Conf por	
Serventia	R\$ 5,57
TJ+Fundos	R\$ 2,27
Total	R\$ 7,84

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8120-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

UNSTH 001 IDENT

Alexandre J. Damasceno

COPIA DE IDENTIDADE

9869-010125

VAIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE 21/FEV/2013
EXPEDICAO

22.834.000 /
ALEXANDRE TEIXEIRA DAMASCENO

ALEXANDRE
GEISO VTEIRA DAMASCENO

CELSONE VIEIRA
NETUNO TEIXEIRA DAMASCENO

E NEUSA TETALIA
 DATA DE NASCIMENTO 21 / JUL / 1974

S. PAULO -SP

SÃO PAULO-SP

LAPA

080458/44 PIS 12501695358

Roberto SILVAURA DO DIENORIS IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

IGEPREV/PRESIDÊNCIA

Destino: **DNVEST**

Finalidade:

- ☒ Providências Cabíveis;
☐ Encaminhar e manifestar-se;
☐ Atender a solicitação;
☐ Indeferido;
☐ Arquivar;
☐ _____

Palmas-TO, **11/01/2019**

IGEPREV-TOCANTINS
PROTOCOLO
RECEBEMOS

Data **30/01/19**

13:00

Juan Pedro da S. Oliveira

Ass. **Mat: 1288814-1**

IGEPREV-TO

2019/24839/**208**
PROTOCOLO IGEPREV-TO

IGEPREV
Fl. **114**
198
Ass.

Sharlles R. Lima


Sharlles Fernando R. Lima


ANBIMA

► Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – **Seção 2:**

Informações sobre o Fundo de Investimento

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

Vinci Equities Gestora de Recursos

Questionário preenchido por:

Eduardo Albiero

Data:

29/10/2018

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre o Fundo de Investimento.....	4
1 - Alterações desde a última atualização	4
2 - Informações Qualitativas	7
2.1 – Perfil.....	7
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo	9
2.3 - Estratégias e Carteiras	9
3 - Informações Adicionais.....	11
4 - Gestão de Risco	12
5 – Comportamento do Fundo em Crises	14
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (<i>peak to valley</i>)	14
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)	14
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores.....	14
9 – Atendimento aos Cotistas	15
10 - Investimento no Exterior	15
11 – Anexos	16
2) Declaração.....	17
3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento	18
Atualizar Sumário.....	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito, atualizar
campo, atualizar apenas os números de página)



Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento.

1) Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Alterações desde a última atualização	
1.1	Nome
VINCI MOSAICO FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	
1.2	CNPJ
28.470.587/0001-11	
1.3	Data de início
Este Fundo foi originado da cisão do Fundo Mosaico FIA (08.845.635/0001-00) ocorrida em 14/11/2017. A rentabilidade anterior a esta data corresponde a rentabilidade do Fundo Mosaico FIA, o qual teve início em 12/07/2010.	
1.4	Classificação CVM
Fundo de Ações.	
1.5	Classificação ANBIMA
Ações Ativos Livre.	
1.6	Código ANBIMA
453099	
1.7	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?
Não	
1.8	Classificação tributária (CP/LP/Ações)
Ações	
1.9	Público-alvo
Investidores pessoas físicas e jurídicas em geral.	
1.10	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução nº 3.792, do CMN?
Sim, o regulamento prevê as seguintes normas: Resolução CMN nº 3922/10, a Resolução CMN nº 4.661/2018.	
1.11	Exclusivamente para Investidor qualificado?
Não.	
1.12	Conta Corrente (banco, agência, nº)
237/Bradesco- Ag.2856 – CC.20606-7	
1.13	Conta CETIP (nº)
Não possui	
1.14	Administração (indique contato para informações).
BEM DTVM Ltda. (Empresa do Grupo Bradesco)	
1.15	Custódia (indique contato para informações).
Banco Bradesco S.A.	
1.16	Auditoria externa (indique contato para informações).
PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.	
1.17	No caso dos FIDCs ou Fundos de Crédito, caso se aplique, informar:
Escriturador	N/A
Agente de depósito (Custódia Física)	N/A
Consultor Especializado	N/A
Assessor Jurídico	N/A



Seguradora		N/A
1.18	Cotização: abertura ou fechamento? Fechamento.	

1.19	Regras para aplicação e resgate:	
	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	Aplicação mediante efetiva disponibilização dos recursos até as 14:30h. Cotização em D+1 da aplicação.
	Carência/Tempo mínimo para permanência (<i>lock-up period</i>) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há.
	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Resgates até as 14:30h Cotização em D+30 dias corridos da solicitação de resgate. Liquidação em D+3 da cotização.
	Aplicação inicial mínima	R\$ 10 mil / Saldo mínimo: R\$ 10 mil
	Aplicação máxima por cotista	Não há
	Aplicação adicional mínima	R\$1.000,00
	Resgate Mínimo	R\$1.000,00
1.20	Taxa de Entrada (<i>upfront fee</i>)	
	Não há.	
1.21	Taxa de Saída (<i>redemption fee</i>)	
	Taxa de saída: 5% sobre o valor do resgate para o cotista que não cumprir o prazo de 30 dias para conversão.	
1.22	Taxa de Administração	
	2% ao ano, respeitado o valor mínimo mensal de R\$354,00 (1,967% pela prestação de serviços de Administração do fundo + 0,033% pelo serviço de custódia)	
1.23	Taxa de Administração máxima	
	Não há;	
1.24	Taxa de Performance	
	• %	20% ao ano
	• <i>Benchmark</i>	IBOVESPA
	• Frequência	Semestral
	• Linha-d'água	Sim
1.25	Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?	
	O custo total médio estimado para o fundo é de 0,01% do patrimônio líquido ao ano, excluindo-se a taxa de administração e performance.	
1.26	Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?	



Existe uma política comercial estabelecida.	
1.27	Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?
Não.	
2 - Informações Qualitativas	
2.1 – Perfil	
2.1.1	Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
O FUNDO tem por objetivo proporcionar aos seus Cotistas rentabilidade superior ao Ibovespa, através do investimento em ações de empresas de elevada qualidade e grande potencial de valorização em um horizonte de 3 a 5 anos.	
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo.
N/A.	
2.1.3	Processo de Decisão de Investimento.
Filosofia e processo de investimento: A filosofia de investimentos de Vinci Equities tem foco em valor e procura investir em ações de boas empresas, com um horizonte de 3 a 5 anos. O processo de originação e aprovação de um novo investimento é bastante rigoroso. Parte da identificação de potenciais oportunidades, trazidas não apenas pelos analistas, mas também pelos gestores e outros membros do Comitê de Investimentos (CI) (Vide resposta Comitês de decisões, periodicidade, pessoas envolvidas abaixo), com base na extensa rede de relacionamentos e conhecimento setorial de seus participantes. A partir daí a equipe de gestão, juntamente com os analistas, intensificam os trabalhos de investigação da eventual oportunidade. A equipe de análise de ações, que desenvolve modelos próprios de avaliação fundamentalista, olha no detalhe os casos de potencial investimento por meio de um processo exaustivo de coleta de informações – visitas às empresas, entrevistas com membros do Conselho de Administração, processos de diligência com fornecedores, clientes, consultores e competidores – para produzir uma lista de recomendação de compra, que inclui seu potencial de valorização e riscos. Nosso processo de investimento é baseado na análise fundamentalista, na qual estimamos as características de investimento, os drivers de valor e o valor intrínseco das ações dentro de um horizonte de investimento de médio-longo prazos. Os preços dos ativos são estimados após cuidadosa análise operacional, financeira, de ativos fixos, fluxo de caixa descontado, soma das partes e comparação setorial. Mantemos em banco de dados próprio modelos operacionais e financeiros de mais de 100 empresas, atualizados periodicamente. As novas ideias de investimento são então apresentadas no Comitê de Investimentos (CI), quando acontece uma discussão detalhada dos fundamentos para o investimento. O CI também analisa as exposições por emissor e modalidade de ativo, estabelecendo limites seja por liquidez, por participação nos fundos ou agregada em relação ao volume de ações em circulação. Com base nisso, a construção do portfólio fica à critério do gestor, que decide se e quando a empresa, aprovada pelo CI, será incluída na carteira, bem como o tamanho da posição e a melhor forma de efetuar o investimento. Para empresas existentes em carteira, a discricionariedade do gestor é total, uma vez respeitados os limites de concentração por ativo e por liquidez estabelecidos pelo CI. No caso de posições novas, o gestor tem autonomia para montagem de posições de até 3% dos Fundos geridos por ele, sempre respeitados os limites de concentração por ativo e por liquidez estabelecidos pelo CI. Esse limite de 3% vale até o CI seguinte, quando se dá uma discussão detalhada sobre o novo	

investimento, que pode ou não resultar no aumento da posição.
As revisões das posições pelo gestor se dão de forma contínua e regular não estando limitadas à ocorrência das reuniões semanais do CI.

2.1.4	Descreva o processo decisório de investimento.
-------	--

Ver questão acima (2.1.3).	
----------------------------	--



2.1.5	Cite as premiações, ratings e rankings.
N/A	
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo	
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).
A Vinci Equities é liderada por Olavo Tortelli, diretor de Renda Variável: Head da área de Equities – Olavo Tortelli; Head do Research – Luiz Otávio Laydner Gestor Estratégias Long Only / Small Caps - Roberto Knoepfelmacher Gestor Estratégia Dividendos - Gustavo Katagui Traders – Fernando Rodrigues e Luiz André Castro. O Comitê de Investimentos (CI), com periodicidade semanal, é composto por Alessandro Horta, Fernando Lovisotto (CIO), Olavo Tortelli (sócio responsável pela Área de Equities), Roberto Knoepfelmacher (gestor estratégia Long Only), Gustavo Katagui (Gestor da estratégia Dividendos) e Luiz Laydner (Sócio responsável pela Área de Pesquisa). Participam também do Comitê de Investimentos os sócios fundadores da GAS - Americo Breia, Leivi Abuleac e Sergio Caretoni permitindo que a empresa se beneficie de sua longa experiência em investimentos, conhecimento setorial e rede de relacionamentos	
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe.
O Mosaico FIA era gerido até meados de dezembro de 2017 pela Mosaico Capital. Seu sólido histórico de desempenho dentro da estratégia Long Only é devido à capacidade do Sr. Roberto Knoepfelmacher em conduzir tal estratégia de investimento. Já a Vinci Equities é focada preponderantemente na gestão de carteiras administradas e fundos de investimento de renda variável desde a sua constituição e conta com a infraestrutura sólida do Grupo Vinci. Desse modo, identificou-se a sinergia da estratégia Mosaico, junto com seu gestor (Roberto Knoepfelmacher), e a capacidade instalada da Vinci Equities para proporcionar a escala necessária para o crescimento da estratégia.	
2.3 - Estratégias e Carteiras	
2.3.1	Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como:
▪ Brasil (exclusivamente) SIM ▪ Brasil (predominantemente) especifique NÃO ▪ Global especifique NÃO	
2.3.2	Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.
É vedado Investimento no exterior pelo Fundo.	
2.3.3	Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: stop loss, stop gain, concentração de ativos, aluguel de ativos etc.).
A carteira do fundo segue critérios de limites de participação por questões de risco de concentração. Objetivamos não ultrapassar 20% do PL em uma única empresa. O fundo pode alugar no máximo 50% de seus papéis, embora este percentual seja dificilmente atingido.	
2.3.4	Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?
É vedado ao Fundo realizar operações denominadas “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia com o mesmo ativo, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada total ou parcialmente, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.	
2.3.5 – Uso de Derivativos	
2.3.5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:

• Proteção de carteira ou de posição	Sim ☒	Não ☐
• Mudança de remuneração/indexador	Sim ☐	Não ☒
• Estratégias combinadas (<i>floors, caps, collars, spreads, straddles, box</i> , financiamentos com termo etc.)	Sim ☐	Não ☒
• Alavancagem	Sim ☐	Não ☒
2.3.5.2 Mercados em que são utilizados derivativos:		
Juros	Sim ☐	Não ☒
Câmbio	Sim ☐	Não ☒
Ações	Sim ☒	Não ☐
Commodities	Sim ☐	Não ☒
Em Bolsas:		
• Com garantia	Sim ☒	Não ☐
• Sem garantia	Sim ☐	Não ☒
Em balcão:		
• Com garantia	Sim ☐	Não ☒
• Sem garantia	Sim ☐	Não ☒
2.3.6 - Compra de Cotas de Fundos de Investimento		
2.3.6.1 de fundos de terceiros?	Sim ☐	Não ☒
2.3.6.2 de fundos do gestor?	Sim ☒	Não ☐



3 - Informações Adicionais	
3.1	PL atual
R\$ 310.744.015,86– Data base: 28/09/2018	
3.2	PL médio em 12 meses
R\$ 194.054.262,18 - Data base: 28/09/2018	
3.3	PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa
R\$942.702.811,85- Data Base: 28/09/2018	
3.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do Fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?
Estima-se se a capacidade máxima para a estratégia seja de R\$ 4 bilhões.	
3.5	Número de cotistas
144	
3.6	Qual percentual do passivo do Fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?
7,84% - Data Base – 28/09/2018	
3.7	Descreva as regras de concentração de passivo
A Vinci possui uma estrutura de alinhamento de interesses em que clientes e sócios investem sob as mesmas condições. A filosofia do grupo permite que o passivo dos fundos Vinci seja de alta qualidade.	
3.8	Percentuais detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas
1 15,00% 2 13,03% 3 11,91% 4 11,18% 5 7,64% 6 6,53% 7 5,24% 8 4,89% 9 4,79% 10 2,65%	
Data Base – 28/09/2018	
3.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê?
Sim. Após a Vinci Equities assumir a gestão do Fundo, o administrador passou a ser a BEM DTVM e o custodiante o Banco Bradesco S.A. Antes, esses serviços eram prestados por empresas do Grupo BTG Pactual.	
3.10	Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo?
Desde a alteração da gestão do fundo, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes realiza a auditoria.	
3.11	Quais e quando foram os três últimos exercícios de direito de voto?
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR. – 26.04.2018; ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – SMILES FIDELIDADE S.A. – 30.04.2018; ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS S.A. – 30.04.18.	

4 - Gestão de Risco	
4.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do Fundo. O fundo buscar investir 100% de seu patrimônio em ações. Sobras de caixa são investidas em títulos públicos ou fundos de zeragem, não sendo utilizado crédito privado. Todas as operações são realizadas em bolsa de valores. O acompanhamento dos riscos de crédito de contraparte é realizado por meio de análise criteriosa da capacidade de pagamento e perfil de atividades das empresas emissoras.
4.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do Fundo. Para a aferição de liquidez dos ativos componentes da carteira dos Fundos, o critério utilizado pela Vinci Equities é a média de negociação de tais ativos na bolsa de valores nos últimos 63 dias úteis, adotando a premissa de que seria possível participar, sem efeitos significativos no preço, em 1/3 do volume diário de negociação de tais ativos.
4.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle. O fundo não realiza operações com derivativos sem garantia.
4.4	Como é feita a precificação de ativos/derivativos ilíquidos/exóticos? Existem esferas na Instituição para tal? O fundo não investe em ativos/derivativos ilíquidos/exóticos. Para a Vinci Partners, ativos ilíquidos são mapeados em proxys do mercado a que pertencem (ex: uma ação ilíquida é mapeada no índice mais apropriado) e modelos de precificação de ativos exóticos precisam ser chancelados pela área de Risco de Mercado antes de serem negociados para que estejam contemplados nos modelos da instituição. Vale ressaltar que os fundos de investimentos sempre procuram alocar seu patrimônio em ativos líquidos, preservando uma relação retorno/risco eficiente.
4.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, <i>Tracking Error</i> e <i>Expected Shortfall</i>)? A principal medida de risco adotada para os fundos de ações é o limite de concentração por ativo. A alocação máxima que o gestor busca realizar em uma única empresa é de 20% do PL. Também utilizamos VaR (95% e 99% de confiança, simulação histórica e paramétrica, retornos diários e janela histórica de 1 ano) e Stress (simulação de cenários hipotéticos e históricos).
4.6	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 4.5 Caso identificada uma violação de limite, a área de Risco impõe o enquadramento da exposição da carteira dentro dos limites pré-estabelecidos.
4.7	Qual o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 (exceto <i>stress</i>)? Não há limite de VaR para o Vinci Mosaico FIA.
4.8	Descreva as regras de Orçamento da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5. A Vinci acredita na disciplina e na diversificação como medidas estruturais de controle de risco e de melhora da relação risco/retorno do portfólio. A medida de 20% é um nível que permite ao expressar as convicções de investimento de maneira clara e ao mesmo tempo não expõe os cotistas a riscos excessivos pela moderação dos riscos diversificáveis. O VaR é calculado por simulação histórica e paramétrico, retornos diários, janela histórica de 252 dias, com 95% e 99% de confiança. O Stress de 1 dia é calculado por simulação histórica e hipotética, considerando o pior período de cada crise (drawdown).
4.9	Quando atingiu o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5? Por quê?



N.A.		
4.10	Historicamente, qual o máximo da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 registrado pelo Fundo? Comente.	
	Nome do Fundo	VaR Máximo
	VINCI MOSAICO FIA	-2,03%
		Stress Máximo
		-8,51%
4.11	Qual o VaR médio do Fundo nos últimos	
	3 meses?	-1,86%
	6 meses?	-1,74%
	12 meses?	NA
	24 meses?	NA
4.12	Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo Fundo e em qual(is) ativo(s)?	
	O Vinci MOSAICO FIA não utiliza alavancagem como parte de sua política de investimentos.	
4.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress?	
	Não há limite de Stress para o fundo Vinci Mosaico FIA.	
4.14	Quando atingiu o limite? Por quê?	
	N/A.	
4.15	Qual o stress médio do Fundo nos últimos	
	3 meses?	-8,15%
	6 meses?	-7,80%
	12 meses?	NA
	24 meses?	NA
4.16	Comente o último stop loss relevante do Fundo.	
	N/A.	

5 – Comportamento do Fundo em Crises					
	Período	Evento	Comportamento	Explicação	
	Jul- Out/97	Crise da Ásia	N/A	N/A	
	Ago/98	Crise da Rússia	N/A	N/A	
	Out/98	Quebra do LTCM	N/A	N/A	
	Jan/99	Desvalorização do Real	N/A	N/A	
	Mar/00	Crise do Nasdaq	N/D.	N/D	
	Abr/01	Apagão	N/D	N/D	
	Set/01	Ataques terroristas nos EUA	N/D	N/D	
	Mar-Jul/02	Escândalos contábeis	N/D	N/D	
	Jun/02	Marcação a mercado	NA	NA	
	Jul-Out/02	Eleições no Brasil	NA	NA	
	Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	NA	NA	
	Jul-Ago/07	Crise das hipotecas	NA	NA	
	Out/2008 - Mar/2009	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	NA	NA	
	Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	NA	NA	
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)					
	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
1.	26-Abr-2018 a 13-Set-2018	N/D	-20,6%	NA	Em Recuperação
2.	01-Fev-2018 a 09-Fev-2018	NA	-4,3%	NA	21-Fev-2018
3.	12-Mar-2018 a 16-Abr-2018	NA	-3.4%	NA	26-Abr-2018
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)					
7.1	Atribuição		Contribuição (%)		
	Bolsa		-2,01%		
	Caixa		0,28%		
	Despesas/Taxas		-1,79%		
	De 18/12/2017 a 28/09/2018		De 18/12/2017 a 28/09/2018		
7.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).				
N/A					
7.3	O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?				
Não.					
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores					
8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?				



A Vinci disponibiliza um e-mail diário com as últimas atualizações de cota e patrimônio líquido, lâminas mensais com informações de rentabilidade e detalhes da carteira no fechamento de cada mês, e uma carta mensal com comentários dos gestores sobre o desempenho dos fundos e dos mercados com o um todo.	
8.2	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
Nos mesmos termos em que esta é divulgada para a CVM e para o mercado.	
8.3	Com que frequência é possível realizar <i>conference calls</i> com o gestor dos fundos?
A Vinci realiza calls mensais com os gestores, e está a disposição para calls em qualquer período que o cliente julgar necessário.	
9 – Atendimento aos Cotistas	
9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
A Vinci disponibiliza aos cotistas um relatório diário de cotas e patrimônio por meio eletrônico, carta mensal com comentários dos gestores a respeito do cenário e desempenho dos fundos e lâminas dos fundos com informações quantitativas atualizadas no fechamento de cada mês.	
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
O website www.vincipartners.com disponibiliza lâminas e regulamentos dos fundos, atualizado mensalmente.	
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
O administrador disponibiliza canal de atendimento aos cotistas do Fundo pelos seguintes meios: telefone (11) 3684-4522 e endereço para correspondência: Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2o andar, Vila Yara, Osasco, SP.	
Em caso de dúvidas sobre a gestão do Fundo, a Vinci possui uma equipe comercial dedicada, disponível pelo telefone (11)3572-3770 ou pelo e-mail relacionamentoasset@vincipartners.com .	
10 - Investimento no Exterior	
Caso o Fundo tenha investimentos no exterior, preencher os dados abaixo	
10.1	Qual é a Estrutura desse Fundo?
N/A.	
10.2	Quais os riscos envolvidos?
N/A.	
10.3	Qual o produto?
N/A.	
10.4	Qual (is) a (s) estratégia (s) de alocação em ativos no exterior?
N/A.	
10.5	Qual (is) o (s) veículo (s) utilizado (s) para estas alocações?
N/A.	
10.6	Enumerar os prestadores de serviços dos investimentos no exterior (administrador, custodiante, RTA, <i>prime broker</i> , entre outros)
N/A.	
10.7	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.
N/A.	
10.8	O investimento no exterior foi constituído sob qual jurisdição? Quais são as entidades

	reguladoras pertinentes?	
N/A.		
10.9	Caso o investimento no exterior seja feito através de fundos, descreva como foi constituída a diretoria do Fundo.	
N/A.		
11 – Anexos		
11.1	Regulamento	Sim ☐ Não ☒
11.2	Prospecto	Sim ☐ Não ☒
11.3	Última lâmina	Sim ☐ Não ☒
11.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira	Sim ☐ Não ☒
11.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM)	Sim ☐ Não ☒
11.6	Relatórios de Gestão	Sim ☐ Não ☒



2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: São Paulo	Data: 29/10/2018
Nome:	
Cargo:	

Assinatura:

Two handwritten signatures in blue ink are shown. The first signature is on the left, and the second is on the right.

Michel Cukierman
Diretor

Luiz Otávio Bianchini Laydner
Diretor

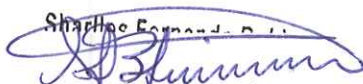


3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento

1 – Nome do Fundo	
1.1	Alteração de prestadores de serviço dos fundos geridos: Administrador, Custodiante e Auditor.
N/A.	
1.2	Alteração de dados de contato
N/A.	
1.3	Alteração nas condições de aplicação e resgate do Fundo
N/A.	
1.4	Alteração da classificação tributária
N/A.	
1.5	Alteração de limites de risco dos fundos
N/A.	

IGEPREV/PRESIDÊNCIA
Destino: **DINVEST**
Finalidade:
☒ Providências Cabíveis;
☐ Encaminhar e manifestar-se;
☐ Atender a solicitação;
☐ Indeferido;
☐ Arquivar;
☐

Palmas-TO, **11/10/2019**


Sharles Fernando B. Lima

IGEPREV-TOCANTINS
**PROTOCOLO
RECEBEMOS**
Data **20/01/19**
13:00
Juan Pedro da S. Oliveira
Mat. 1288814-1
Ass. **IGEPREV-TO**

2019 248391 **209**
PROTOCOLO IGEPREV-TO

IGEPREV
Fl. **124**
19
Ass.



► Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – **Seção 2:**

Informações sobre o Fundo de Investimento

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

Vinci Equities Gestora de Recursos

Questionário preenchido por:

Eduardo Albiero

Data:

19/11/2018

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

Sumário

Apresentação	3
1) Informações sobre o Fundo de Investimento	4
1 - Alterações desde a última atualização	4
2 - Informações Qualitativas	7
2.1 – Perfil	7
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo.....	9
2.3 - Estratégias e Carteiras	9
3 - Informações Adicionais	11
4 - Gestão de Risco	12
5 – Comportamento do Fundo em Crises.....	14
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (<i>peak to valley</i>)	14
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)	14
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores	15
9 – Atendimento aos Cotistas.....	15
10 - Investimento no Exterior.....	15
11 – Anexos	16
2) Declaração	17
3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento.....	18
Atualizar Sumário	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito, atualizar campo, atualizar apenas os números de página)



Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento.

1) Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Alterações desde a última atualização	
1.1	Nome
Vinci Gas Dividendos FIA	
1.2	CNPJ
07.488.106/0001-25	
1.3	Data de início
19/09/2005	
1.4	Classificação CVM
Fundo de Ações.	
1.5	Classificação ANBIMA
Ações Ativos Dividendos.	
1.6	Código ANBIMA
150207	
1.7	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?
Não	
1.8	Classificação tributária (CP/LP/Ações)
Ações	
1.9	Público-alvo
O FUNDO destina-se ao público em geral.	
1.10	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução nº 3.792, do CMN?
Sim, o regulamento prevê as seguintes normas: Resolução CMN nº 3.922/10 (alterada pela Resolução CMN nº 4.604/17), a Resolução CMN nº 4.661/2018.	
1.11	Exclusivamente para Investidor qualificado?
Não.	
1.12	Conta Corrente (banco, agência, nº)
Banco Bradesco (237) Agência: 2856 Conta-corrente: 614.438-1 CNPJ: 07.488.106/0001-25	
1.13	Conta CETIP (nº)
10060009	
1.14	Administração (indique contato para informações).
BEM DTVM Ltda. (Empresa do Grupo Bradesco)	
1.15	Custódia (indique contato para informações).
Banco Bradesco S.A.	
1.16	Auditoria externa (indique contato para informações).
PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.	
1.17	No caso dos FIDCs ou Fundos de Crédito, caso se aplique, informar:
Escriturador	N/A
Agente de depósito (Custódia Física)	N/A
Consultor Especializado	N/A

Associação Brasileira das Entidades
dos Mercados Financeiro e de Capitais



Assessor Jurídico		N/A
Seguradora		N/A
1.18	Cotização: abertura ou fechamento? Fechamento.	

1.19	Regras para aplicação e resgate:	
	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	Aplicação mediante efetiva disponibilização dos recursos até as 14:00h. Cotização em D+1 da aplicação.
	Carência/Tempo mínimo para permanência (<i>lock-up period</i>) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há.
	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Resgates até as 14:00h Cotização em D+30 da solicitação de resgate. Liquidação em D+3 da cotização.
	Aplicação inicial mínima	R\$ 50 mil / Saldo mínimo: R\$ 20 mil
	Aplicação máxima por cotista	Não há
	Aplicação adicional mínima	Não há
	Resgate Mínimo	Não há
1.20	Taxa de Entrada (<i>upfront fee</i>)	
	Não há.	
1.21	Taxa de Saída (<i>redemption fee</i>)	
	Taxa de saída: 5% sobre o valor do resgate para o cotista que não cumprir o prazo de 30 dias para conversão.	
1.22	Taxa de Administração	
	2% ao ano (1,967% pela prestação de serviços de Administração do fundo + 0,033% pelo serviço de custódia).	
1.23	Taxa de Administração máxima	
	Não há;	
1.24	Taxa de Performance	
	• %	20% ao ano
	• <i>Benchmark</i>	IBOVESPA
	• Frequência	Semestral
	• Linha-d'água	Sim
1.25	Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?	
	0,059102% ao ano.	
1.26	Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?	
	Existe uma política comercial estabelecida.	
1.27	Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?	



Sim, a GAS Investimentos.	
2 - Informações Qualitativas	
2.1 – Perfil	
2.1.1	Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
O fundo tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas preponderantemente pelo mercado de renda variável, aplicando em ações de empresas com histórico consistente de distribuição de resultados através do pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio e que possuam grande potencial de valorização no longo prazo a partir de uma sólida análise fundamentalista. Na escolha das ações componentes da carteira, do FUNDO a GESTORA levará em conta preponderantemente o histórico e perspectivas de cada empresa no que diz respeito a sua política de dividendos, e em menor escala, a expectativa de valorização da ação. Sempre que possível, o processo de escolha das ações deverá levar em conta questões de meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa.	
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo.
A alteração do público alvo de, exclusivamente, aplicações de Investidores Qualificados para o Público Geral.	
2.1.3	Processo de Decisão de Investimento.
A filosofia de investimentos da Vinci tem foco em valor e procura investir em ações de boas empresas em um horizonte de 3 a 5 anos, na qual estimamos as características de investimento, os drivers de valor e o valor intrínseco das ações. O processo de aprovação de um investimento é rigoroso e contínuo. Com a identificação de potenciais oportunidades de investimento trazidas principalmente pelo envolvimento e extensa rede de relacionamentos dos sócios e do comitê executivo da Vinci Partners com agentes do mercado, a equipe de gestão se reúne com a alta gerência das empresas para uma primeira seleção. A equipe de análise de ações desenvolve modelos próprios de avaliação fundamentalista, analisa detalhadamente os casos de potencial investimento por meio de um processo exaustivo de coleta de informações - visitas à empresa, conversas com o conselho de administração, processos de diligência com fornecedores, clientes, concorrentes, ex-executivos, consultores e auditores - para produzir uma lista de recomendação de compra que inclui seu potencial de valorização e riscos. Os preços dos ativos são estimados após cuidadosa análise operacional, financeira, de ativos fixos, fluxo de caixa (e/ou de dividendos) descontado, soma das partes e comparação setorial. Mantemos em banco de dados próprio modelos operacionais e financeiros de mais de 100 empresas, atualizados com base em visitas, discussões telefônicas, análise de informações de mercado, visitas às empresas e outras fontes de informação. As ideias de investimento, então, são apresentadas por escrito para o comitê de investimentos, no qual uma discussão aprofundada dos méritos do investimento acontece e critérios de compra e venda (preço-alvo, por exemplo) e restrições de exposição (limite de liquidez ou participação em fundos, por exemplo) são definidos por maioria de votos entre os sete membros do comitê. A empresa, então, a partir da lista de investimentos aprovados pelo comitê, constrói a carteira com base no retorno esperado, liquidez, consistência com o cenário macro, diversificação e restrições específicas por portfólio. Os investimentos realizados são monitorados e rebalanceados	

conforme necessário

A construção do portfólio fica a critério do gestor, que decide se a empresa aprovada pelo Comitê pode ser incluída na carteira, o tamanho da posição e o melhor momento e maneira de efetuar o investimento.

2.1.4 | Descreva o processo decisório de investimento.

Ver questão acima (2.1.3).



2.1.5	Cite as premiações, ratings e rankings.						
N/A							
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo							
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).						
A Vinci Equities é liderada por Olavo Tortelli, diretor de Renda Variável: Head da área de Equities – Olavo Tortelli; Head do Research – Luiz Otávio Laydner Gestor Estratégias Long Only / Small Caps – Roberto Knoepfelmacher Gestor Estratégia Dividendos - Gustavo Katagui Traders – Fernando Rodrigues e Luiz André Castro. O Comitê de Investimentos é composto por Gilberto Sayão, Paulo Fernando Oliveira, Alessandro Horta, Olavo Tortelli, Luiz Otávio Laydner, Sergio Caretoni, Americo Breia, Leivi Abuleac, Gustavo Katagui, e Roberto Knoepfelmacher.							
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe.						
Após a associação do Grupo Vinci com a GAS Investimentos Ltda. ocorrida no início de 2010, os três sócios fundadores da GAS Investimentos Ltda., Leivi Abuleac, Sergio Caretoni e Americo Breia, se juntaram ao comitê de investimentos da empresa. Em março de 2013 foi conduzido um processo de transição para substituição do Sr. Mario Campos da equipe de gestão de renda variável pelo Sr. Olavo Tortelli. Olavo Tortelli é o sócio responsável pela área de Renda Variável da Vinci Partners, também foi sócio do Banco Pactual e possui mais de 20 anos de experiência em mercado de capitais, com passagens por instituições como Citibank, Matrix, Paribas, UBS e Morgan Stanley. No Banco Pactual, e posteriormente no UBS Pactual, atuou como responsável pela área de vendas institucionais de renda variável para Europa, Oriente Médio e Ásia. É formado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV.							
2.3 - Estratégias e Carteiras							
2.3.1	Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como:						
<table border="0"> <tr> <td>▪ Brasil (exclusivamente)</td> <td>SIM</td> </tr> <tr> <td>▪ Brasil (predominantemente)</td> <td>especifique NÃO</td> </tr> <tr> <td>▪ Global</td> <td>especifique NÃO</td> </tr> </table>		▪ Brasil (exclusivamente)	SIM	▪ Brasil (predominantemente)	especifique NÃO	▪ Global	especifique NÃO
▪ Brasil (exclusivamente)	SIM						
▪ Brasil (predominantemente)	especifique NÃO						
▪ Global	especifique NÃO						
2.3.2	Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.						
N/A.							
2.3.3	Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: stop loss, stop gain, concentração de ativos, aluguel de ativos etc.).						
A carteira do fundo segue critérios de limites de participação por questões de risco de concentração. A alocação máxima em uma única empresa é de 20% do PL. O fundo pode alugar no máximo 50% de seus papéis, embora este percentual seja dificilmente atingido.							
2.3.4	Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?						
É vedado ao Fundo realizar operações denominadas “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia com o mesmo ativo, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada total ou parcialmente, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.							
2.3.5 – Uso de Derivativos							
2.3.5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:						
<table border="0"> <tr> <td>• Proteção de carteira ou de posição</td> <td>Sim ☐ Não ☒</td> </tr> </table>		• Proteção de carteira ou de posição	Sim ☐ Não ☒				
• Proteção de carteira ou de posição	Sim ☐ Não ☒						

• Mudança de remuneração/indexador	Sim ☐	Não ☒
• Estratégias combinadas (<i>floors, caps, collars, spreads, straddles, box</i> , financiamentos com termo etc.)	Sim ☐	Não ☒
• Alavancagem	Sim ☐	Não ☒
2.3.5.2 Mercados em que são utilizados derivativos:		
Juros	Sim ☐	Não ☒
Câmbio	Sim ☐	Não ☒
Ações	Sim ☐	Não ☒
Commodities	Sim ☐	Não ☒
Em Bolsas:		
• Com garantia	Sim ☐	Não ☒
• Sem garantia	Sim ☐	Não ☒
Em balcão:		
• Com garantia	Sim ☐	Não ☒
• Sem garantia	Sim ☐	Não ☒
2.3.6 - Compra de Cotas de Fundos de Investimento		
2.3.6.1 de fundos de terceiros?	Sim ☐	Não ☒
2.3.6.2 de fundos do gestor?	Sim ☐	Não ☒



3 - Informações Adicionais	
3.1	PL atual
R\$ 266.714.843,02 - Data base: 31/10/2018	
3.2	PL médio em 12 meses
R\$ 337.429.772,37 - Data base: 31/10/2018	
3.3	PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa
R\$ 1.342.285.363,16- Data base: 31/10/2018	
3.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do Fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?
Estima-se se a capacidade máxima para a estratégia Dividendos seja de R\$ 2 bilhões.	
3.5	Número de cotistas
155 cotistas - Data base: 31/10/2018	
3.6	Qual percentual do passivo do Fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?
3.7	Descreva as regras de concentração de passivo
A Vinci possui uma estrutura de alinhamento de interesses em que clientes e sócios investem sob as mesmas condições. A filosofia do grupo permite que o passivo dos fundos Vinci seja de alta qualidade.	
3.8	Percentuais detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas
1	17,13%
2	10,70%
3	8,30%
4	5,80%
5	5,73%
6	3,78%
7	3,35%
8	3,08%
9	3,04%
10	2,86%
Data base: 31/10/2018.	
3.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê?
Sim. Após a Vinci Equities assumir a gestão do Fundo, quando do acordo com a Gas Investimentos, o administrador passou a ser a BEM DTVM e o custodiante o Banco Bradesco S.A. Antes, esses serviços eram prestados por empresas do Grupo BTG Pactual.	
3.10	Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo?
Desde 30/04/2015. Anteriormente, a auditoria era realizada pela KPMG Auditores Independentes.	
3.11	Quais e quando foram os três últimos exercícios de direito de voto?
AGO da Transmissora Aliança Energia Elétrica S.A realizada em 26 de Abril de 2018; AGO da Smiles Fidelidade S.A, realizada em 30 de Abril de 2018; AGE da Valid Soluções S.A, realizada em 08 de Junho de 2018.	

4 - Gestão de Risco	
4.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do Fundo. O fundo busca investir 100% de seu patrimônio em ações. Sobras de caixa são investidas em títulos públicos ou fundos de zeragem, não sendo utilizado crédito privado. Todas as operações são realizadas em bolsa de valores. O acompanhamento dos riscos de crédito de contraparte é realizado por meio de análise criteriosa da capacidade de pagamento e perfil de atividades das empresas emissoras.
4.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do Fundo. Para a aferição de liquidez dos ativos componentes da carteira dos Fundos, o critério utilizado pela Vinci Equities é a média de negociação de tais ativos na bolsa de valores nos últimos 63 dias úteis, adotando a premissa de que seria possível participar, sem efeitos significativos no preço, em 1/3 do volume diário de negociação de tais ativos.
4.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle. O fundo não realiza operações com derivativos.
4.4	Como é feita a precificação de ativos/derivativos ilíquidos/exóticos? Existem esferas na Instituição para tal? O fundo não investe em ativos/derivativos ilíquidos/exóticos. Para a Vinci Partners, ativos ilíquidos são mapeados em proxys do mercado a que pertencem (ex: uma ação ilíquida é mapeada no índice mais apropriado) e modelos de precificação de ativos exóticos precisam ser chancelados pela área de Risco de Mercado antes de serem negociados para que estejam contemplados nos modelos da instituição. Vale ressaltar que os fundos de investimentos sempre procuram alocar seu patrimônio em ativos líquidos, preservando uma relação retorno/risco eficiente.
4.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, <i>Tracking Error</i> e <i>Expected Shortfall</i>)? A principal medida de risco adotada para os fundos de ações é o limite de concentração por ativo. A alocação máxima que o gestor busca realizar em uma única empresa é de 20% do PL. Também utilizamos VaR (95% e 99% de confiança, simulação histórica e paramétrica, retornos diários e janela histórica de 1 ano) e Stress (simulação de cenários hipotéticos e históricos).
4.6	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 4.5 Caso identificada uma violação de limite, a área de Risco impõe o enquadramento da exposição da carteira dentro dos limites pré-estabelecidos.
4.7	Qual o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 (exceto <i>stress</i>)? Não há limite de VaR para o Vinci Gas Dividendos FIA.
4.8	Descreva as regras de Orçamento da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5. A Vinci acredita na disciplina e na diversificação como medidas estruturais de controle de risco e de melhora da relação risco/retorno do portfólio. A medida de 20% é um nível que permite ao expressar as convicções de investimento de maneira clara e ao mesmo tempo não expõe os cotistas a riscos excessivos pela moderação dos riscos diversificáveis. O VaR é calculado por simulação histórica e paramétrico, retornos diários, janela histórica de 252 dias, com 95% e 99% de confiança. O Stress de 1 dia é calculado por simulação histórica e hipotética, considerando o pior período de cada crise (<i>drawdown</i>).
4.9	Quando atingiu o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5? Por quê?



N.A.		
4.10	Historicamente, qual o máximo da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 registrado pelo Fundo? Comente.	
	Nome do Fundo	VaR Máximo
	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	-2,24%
		Stress Máximo
		-10,54%
4.11	Qual o VaR médio do Fundo nos últimos	
3 meses?	-1,61%	
6 meses?	-1,53%	
12 meses?	-1,45%	
24 meses?	-1,62%	
4.12	Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo Fundo e em qual(is) ativo(s)?	
O Vinci Gas Dividendos FIA não utiliza alavancagem como parte de sua política de investimentos.		
4.13	Qual o limite para perdas em cenário de <i>stress</i> ?	
Não há limite de Stress para o Vinci Gas Dividendos FIA.		
4.14	Quando atingiu o limite? Por quê?	
N/A.		
4.15	Qual o <i>stress</i> médio do Fundo nos últimos	
3 meses?	-7,97%	
6 meses?	-7,20%	
12 meses?	-6,92%	
24 meses?	-6,75%	
4.16	Comente o último <i>stop loss</i> relevante do Fundo.	
N/A.		

5 – Comportamento do Fundo em Crises					
	Período	Evento	Comportamento	Explicação	
	Jul- Out/97	Crise da Ásia	N.D.		
	Ago/98	Crise da Rússia	N.D.		
	Out/98	Quebra do LTCM	N.D.		
	Jan/99	Desvalorização do Real	N.D.		
	Mar/00	Crise do Nasdaq	N.D.		
	Abr/01	Apagão	N.D.		
	Set/01	Ataques terroristas nos EUA	N.D.		
	Mar-Jul/02	Escândalos contábeis	N.D.		
	Jun/02	Marcação a mercado	N.D.		
	Jul-Out/02	Eleições no Brasil	N.D.		
	Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	-7,17%.		
	Jul-Ago/07	Crise das hipotecas	-1,89%.		
	Out/2008 - Mar/2009	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	-7,52%.		
	Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	-11,39%	Empresas que pagam dividendos são defensivas em momentos de turbulência, no segundo semestre de 2010, o fundo subiu 28%.	
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)					
	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
1.	30/05/2008 a 27/10/2008	Aversão a risco global	-45,43%	Queda generalizada da bolsa	Em 10/12/2009
2.	11/12/2009 a 20/05/2010	Crise de endividamento dos PIGS	-18,1%	Queda generalizada da bolsa	Em 13/10/2010
3.	09/10/2007 a 21/01/2008	Aversão a risco global	-18%	Queda generalizada da bolsa	Em 12/05/2008
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)					
7.1	Atribuição		Contribuição (%)		



	Bolsa Caixa Despesas/Taxas	167,52% 8,75% -26,32%
	Desde 01/07/2010 até 31/07/2018	Desde 01/07/2010 até 31/07/2018
7.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A.		
7.3	O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?	
Sim. O Fundo já esteve fechado em três ocasiões (04/06/2010-15/06/2010; 30/08/2012-11/09/2012; 12/09/2012-08/10/2012) pois na visão do gestor o mercado apresentava poucas oportunidades de investimentos na classe de dividendos com risco/retorno atrativo.		
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores		
8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?	
A Vinci disponibiliza um e-mail diário com as últimas atualizações de cota e patrimônio líquido, lâminas mensais com informações de rentabilidade e detalhes da carteira no fechamento de cada mês, e uma carta mensal com comentários dos gestores sobre o desempenho dos fundos e dos mercados com o um todo.		
8.2	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?	
Nos mesmos termos em que esta é divulgada para a CVM e para o mercado.		
8.3	Com que frequência é possível realizar <i>conference calls</i> com o gestor dos fundos?	
A Vinci realiza calls mensais com os gestores, e está a disposição para calls em qualquer período que o cliente julgar necessário.		
9 – Atendimento aos Cotistas		
9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?	
A Vinci disponibiliza aos cotistas um relatório diário de cotas e patrimônio por meio eletrônico, carta mensal com comentários dos gestores a respeito do cenário e desempenho dos fundos e lâminas dos fundos com informações quantitativas atualizadas no fechamento de cada mês.		
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?	
O website www.vincipartners.com disponibiliza lâminas e regulamentos dos fundos, atualizado mensalmente.		
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?	
O administrador disponibiliza canal de atendimento aos cotistas do Fundo pelos seguintes meios: telefone (11) 3684-4522 e endereço para correspondência: Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2o andar, Vila Yara, Osasco, SP. Em caso de dúvidas sobre a gestão do Fundo, a Vinci possui uma equipe comercial dedicada, disponível pelo telefone (11)3572-3770 ou pelo e-mail relacionamentoasset@vincipartners.com .		
10 - Investimento no Exterior		
Caso o Fundo tenha investimentos no exterior, preencher os dados abaixo		
10.1	Qual é a Estrutura desse Fundo?	
N/A.		
10.2	Quais os riscos envolvidos?	

N/A.		
10.3	Qual o produto?	
N/A.		
10.4	Qual (is) a (s) estratégia (s) de alocação em ativos no exterior?	
N/A.		
10.5	Qual (is) o (s) veículo (s) utilizado (s) para estas alocações?	
N/A.		
10.6	Enumerar os prestadores de serviços dos investimentos no exterior (administrador, custodiante, RTA, <i>prime broker</i> , entre outros)	
N/A.		
10.7	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.	
N/A.		
10.8	O investimento no exterior foi constituído sob qual jurisdição? Quais são as entidades reguladoras pertinentes?	
N/A.		
10.9	Caso o investimento no exterior seja feito através de fundos, descreva como foi constituída a diretoria do Fundo.	
N/A.		
11 – Anexos		
11.1	Regulamento	Sim ☒ Não ☐
11.2	Prospecto	Sim ☐ Não ☒
11.3	Última lâmina	Sim ☒ Não ☐
11.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira	Sim ☐ Não ☒
11.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM)	Sim ☐ Não ☒
11.6	Relatórios de Gestão	Sim ☐ Não ☒



2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: São Paulo	Data: 19/11/2018
Nome:	
Cargo:	

Assinatura:

Olavo Vieira Tortelli
Diretor

Luiz Otavio Bianchini Laydner
Diretor

3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento

1 – Nome do Fundo	
1.1	Alteração de prestadores de serviço dos fundos geridos: Administrador, Custodiante e Auditor. Troca do Auditor do Fundo. Até o regulamento de 30/04/2015, a auditoria era realizada pela KPMG Auditores Independentes, e passou a ser realizada pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.
1.2	Alteração de dados de contato N/A.
1.3	Alteração nas condições de aplicação e resgate do Fundo N/A.
1.4	Alteração da classificação tributária N/A.
1.5	Alteração de limites de risco dos fundos N/A.

**PARECER DINVEST/
ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2018**

ASSUNTO: Credenciamento de Instituições Financeiras
INTERESSADO: VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.
CNPJ: 13.421.810/0001-63
CATEGORIA: Administrador/Gestor
OBJETIVO: Credenciamento
PROCESSO Nº: 2018/24830/003019

Análise resumida das documentações constantes no Processo

A partir da análise dos documentos constantes no processo de credenciamento acima citado, a Diretoria de Investimentos do Igeprev – DINVEST, conclui os seguintes pontos quanto à instituição:

1- Apresentado Questionário Due Diligence – QDD em substituições do Termo de Análise de Credenciado?

Sim. Anexo ao processo de credenciamento, seção 1 às fls. 32-57 e seção 2 às fls. 114-132.

2- Informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:

Conforme Ato Declaratório da CVM, às fls. 11, a Instituição está autorizada a prestar serviços de administrador de carteiras, autorizada a praticar todas as operações permitidas às instituições da espécie.

Em consulta de processos ao site da CVM não foram encontrados processos referentes a 2018.

3- Regularidade Fiscal e Previdenciária

Regularidade Fiscal verificada a partir de certidões anexas ao processo de credenciamento, a saber:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 24;

Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza da Secretaria Municipal de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, fls. 25;

Certidão de Regularidade Fiscal – CND da Secretaria De Estado de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, às fls. 26

Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal, fls. 27;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Poder Judiciário- Justiça do Trabalho, fls. 28.

4- Estrutura da Instituição

O grupo tem a Vinci Partners Investimentos Ltda. como *holding* das sociedades operacionais. Os principais sócios da *holding* (“administração do grupo Vinci”) são os senhores Gilberto Sayão da Silva, Alessandro Monteiro Morgado Horta e Paulo Fernando Carvalho de Oliveira. A *holding* controla algumas dessas sociedades operacionais, entre elas a Vinci *Equites* Gestora de Recursos Ltda.

Fernando Lovisotto é o Diretor responsável pela Vinci Gestão de Patrimônio perante a CVM. Foi sócio-diretor do RiskOffice, entre 1999 e 2007, ano em que a *Algorithmics* assumiu o controle, e ele passou a exercer a função de Diretor Técnico. Ao longo de sua carreira, exerceu atividades relacionadas ao desenvolvimento de produtos e prospecção de clientes no segmento Institucional. É formado em Engenharia e Mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Todas as informações quanto a Estrutura e demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário *Due Diligence* - QDD como, por exemplo, Organograma, Comitês entre outros.

5- Qualificação do corpo técnico

Os funcionários são remunerados através de um salário mensal e bônus anual. Sócios e diretores são remunerados através da distribuição de dividendos e pró-labore.

O grupo Vinci possui uma política de retenção de talentos, como remuneração diferenciada e políticas de alinhamento de longo prazo, como a possibilidade de participação na sociedade.

Os funcionários são constantemente treinados através de programas de atualização, participação em palestras e seminários, além de uma política de incentivo a extensões acadêmicas.

Demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário *Due Diligence* – QDD.

6- Histórico e experiência de atuação

A Vinci Partners é uma plataforma de investimentos alternativos, especializada em gestão de recursos e em assessoria financeira, com um modelo independente e único no Brasil. Foi fundada em outubro de 2009, por um grupo de gestores com ampla experiência no mercado financeiro. Atualmente, é uma das maiores gestoras independentes do Brasil, com mais de R\$ 23 bilhões sob gestão de fundos de diversas classes de ativos: multimercado, ações, crédito, *private equity*, *real estate* e infra-estrutura. A Vinci possui cerca de R\$ 5 bilhões de capital próprio investidos nos fundos de casa, demonstrando grande alinhamento de interesses entre os sócios e clientes da empresa.

A Vinci Gestão de Patrimônio Ltda. ("VGP") foi constituída em 2011, e é a subsidiária da Vinci Partners Investimentos Ltda. focada preponderantemente nas chamadas "Soluções de Investimento" (*Investment Solutions*), fazendo gestão de patrimônio por meio de carteiras administradas e fundos de investimento de diversas classes de ativos (incluindo, mas não se limitando a análise de perfil de risco e elaboração de políticas de investimentos; seleção de produtos e gestores; gestão de veículos; exclusivos e condominiais, com investimentos em diversas classes de ativos e em diferentes moedas; gestão de caixa de empresas; e estruturação de proteções para portfólios.

Demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário *Due Diligence* – QDD.

7- Principais categorias de ativos e fundos

Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?			
Tipo	Nº	Exclusivos	% Total
Renda Fixa	1	1	8,01%
Multimercado	103	97	80,58%
Ações	7	5	6,33%
FIP	3	3	4,05%
Outras Categorias	1	1	1,02%

8- Volume de recursos sob administração/gestão

Ano	Patrimônio sob Gestão (posição de final de período) (R\$)	Número de Pessoas que trabalham na empresa	Número de Portfólio sob Gestão
2014	7.625.315.263,29	Nd	111
2015	6.548.733.942,74	Nd	107
2016	7.586.535.066,79	21	132
2017	7.841.558.827,83	18	116
2018	7.772.637.651,57	18	115

9- Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão:

Os fundos Vinci Partners, em linhas gerais, são administrados pelo BEM DTVM, administradora do conglomerado Bradesco, assim elegíveis para aplicação conforme o Art. 15 da 3.922/2010. O fundo cuja rentabilidade será avaliada é indicações da própria gestora.

1- Vinci selection equities FI em ações

Risco vs. Retorno

	No ano		Desde o início	
	Fundo	IBOV	Fundo	IBOV
Retorno Anualizado	21,66%	18,94%	12,90%	7,32%
Volatilidade Anualizada	17,98%	22,38%	12,81%	22,75%
Índice de Sharpe	0,84	0	0,20	0
% de meses acima do benchmark	64%	0%	56%	0%
% de meses abaixo do benchmark	36%	0%	44%	0%

Desde do o início do Fundo.

Rentabilidade

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Ano	12M	Acum
2018	8,44%	1,08%	0,26%	0,45%	-6,48%	-3,25%	6,51%	-3,06%	1,38%	11,02%	3,03%	-	19,59%	26,40%	108,36%
IBOV	11,14%	0,52%	0,01%	0,88%	-10,87%	-5,20%	8,88%	-3,21%	3,48%	10,19%	2,38%	-	17,15%	24,36%	53,31%
2017	4,56%	3,20%	-0,58%	1,40%	-2,43%	0,45%	4,76%	6,28%	4,73%	-0,27%	-3,55%	5,69%	26,41%	26,41%	74,23%
IBOV	7,38%	3,08%	-2,52%	0,65%	-4,12%	0,30%	4,80%	7,46%	4,88%	0,02%	-3,15%	6,16%	26,86%	26,86%	30,86%

Rentabilidade acumulada calculada desde o início do Fundo.

Historico de Rentabilidade

	2012	2013	2014	2015	2016
FUNDO	5,70%	0,58%	-0,10%	3,14%	25,84%
IBOV	4,40%	-15,50%	-2,91%	-13,31%	38,93%

Fonte: Vinci Partners

Lamina do fundo em anexo.

Comparação com os nossos pares na carteira, Itáú Phoenix e Santander Seleções Top:

Fundo	No mês	No ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
VINCI SELEC	-2,37%	16,76%	14,38%	19,61%	22,35%	52,08%	84,03%
SANTANDER F	-2,00%	12,19%	13,87%	23,50%	16,68%	58,43%	92,26%
ITAÚ INSTIT	-0,57%	20,86%	16,71%	21,85%	26,61%	65,86%	0,00%

Estatísticas

Fundo	Meses Positivos	Meses Negativos	Maior Retorno	Menor Retorno	Acima do CDI	Abaixo do CDI	PL Atual	Qtde Colistas
VINCI SELEC	47 63,31%	27 36,69%	11,02%	-6,82%	35 47,30%	39 52,70%	R\$ 173.843.938,85	78
SANTANDER F	141 56,51%	108 43,49%	51,56%	-32,56%	126 50,60%	123 49,40%	R\$ 608.381.604,56	4988
ITAÚ INSTIT	18 62,07%	11 37,93%	14,23%	-7,92%	16 55,17%	13 44,83%	R\$ 1.357.297.780,62	151

Índice de Sharpe

Fundo	12 meses	Desde o início
VINCI SELEC	0,90	0,16
SANTANDER F	0,48	0,07
ITAÚ INSTIT	1,06	0,74

Volatilidade

Fundo	12 meses	Desde o início
VINCI SELEC	17,63%	12,82%
SANTANDER F	21,31%	28,48%
ITAÚ INSTIT	19,06%	18,85%

Fonte: Mais Retorno

Como podemos verificar nos dados acima o fundo da Vinci é bem competitivo e apresenta retornos próximos ao pares do Igeprev-TO, sendo um opção viável a ser avaliada futuramente pelo comitê de investimentos.

10- Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão

A instituição apresenta *Rating* de risco conforme folhas 58-60 do processo.

11- Critério de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS

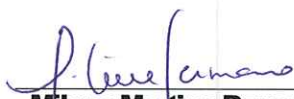
O principal parâmetro definido pelo instituto é a Política Anual de Investimentos, vinculada a 3.922, que recentemente, em 27/11/2018, foi alterada pela Resolução 4.695 que listou as instituições financeiras elegíveis a receber recursos dos RPPS.

Importante destacar que apesar de não estar listada nas instituições elegível seu administrador é o BEM do conglomerado Bradesco, estando assim os fundos autorizados a receber aplicação, visto que a legislação pede que o administrador **ou** gestor estejam na lista.

12- Conclusão da análise

Trata-se de Credenciamento de instituição financeira. Após análise da documentação apresentada pela instituição, e tendo como fator relevante a necessidade de credenciamento para acompanhamento do fundo, a DINVEST sugere a renovação considerando o item 11 da presente análise; e, Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09 de Maio de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 dias do mês de dezembro do ano de 2018.



Milene Martins Ramos

CPF: 444.625.229-15
Diretora de Investimentos



Júlio César Medeiros Lima

CPF: 005.430.941-70
Gerente de Produtos
Estruturados



Elenora Antônia de Carvalho

CPF: 942.802.401-59
Gerente de Renda Fixa e
Variável

SGD: 2018/24839/023923

PROCESSO Nº: 2018/24830/003019
INTERESSADO: VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.
CNPJ nº: 13.421.810/0001-63
ASSUNTO: Credenciamento de Instituição Financeira.

DESPACHO Nº 053/2018/DINVEST

Com base no PARECER DINVEST/ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO Nº. 025/2018 de 19/12/2018, desta Diretoria, encaminhamos os autos ao Comitê de Investimentos, para análise e deliberação quanto ao Credenciamento da instituição financeira.

Ressaltamos que, conforme as exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que define normas complementares previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, e ainda, conforme o Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108, a documentação analisada da referida Instituição está regular.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, aos 19 dias do mês de dezembro de 2018.

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos



ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - 2019

I. **DATA E HORA:** 08 de maio de 2019, às 09h.

II. **LOCAL:** Gabinete da Vice-Presidência do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS.

III. **PRESENÇA:** Membros do Comitê: Ana Cláudia Pereira da Cunha, Vice-Presidente Executiva; Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho, Diretor de Previdência; Milene Martins Ramos, Economista; Odirce Soares do Nascimento, Assistente Administrativo. Convidado: Reynaldo Ferreira de Melo, Diretor de Investimentos.

IV. **ORDEM DO DIA:** *Credenciamento de instituições Financeiras:*

V. **PARECER DO COMITÊ:** (1) – **Credenciamento de instituições Financeiras:** A reunião teve início com a discussão sobre o credenciamento de instituições financeiras. O Comitê examinou os processos correntes e mediante os Despachos da Diretoria de Investimentos, que atesta sobre a regularidade das documentações, bem como após avaliar a conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, o atendimento às exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e suas alterações, e ainda o atendimento à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, o Comitê avaliou da seguinte forma:

1. Instituições que estão aptas ao credenciamento, por estarem em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS e por atenderem às exigências da Portaria MPS nº 519, bem como à Resolução CMN nº 3.922, conforme Despacho da Diretoria de Investimentos anexado aos respectivos processos:

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002962	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER BRASIL S.A
2018/24830/003022	10.231.177/0001-52	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA
2018/24830/002934	06.947.853/0001-11	J. SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA
2018/24830/002935	62.180.047/0001-31	J. SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA
2018/24830/002656	33.311.713/0001-25	BANCO ITAU UNIBANCO S.A
2018/24830/003441	62.418.140/0001-31	ITAÚ DTVM S.A
2018/24830/002963	07.397.614/0001-06	BANCOOB DTVM LTDA
2018/24830/002667	30.822.936/0001-69	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A
2018/24830/002711	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
2018/24830/003019	13.421.810/0001-63	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA
2018/24830/003018	10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002964	33.850.686/0001-69	BRB DTVM S.A

2018/24830/003975	04.506.394/0001-05	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.
2018/24839/003978	68.622.174/0001-20	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

2. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, conforme Item 4.2 e 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018. As instituições serão, no entanto, credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras do fundo RB CAPITAL, não sendo possível realizar operação de resgate por se tratar de Fundo imobiliário, mas não receberão novas aplicações ou aportes.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/003088	07.981.934/0001-09	RB CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA.
2018/24830/003020	03.384.738/0001-98	VOTORATIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

3. Instituições que estão aptas ao credenciamento, porém, não estão aderentes à Política de Investimentos do RPPS. As mesmas serão credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras de Fundos problemáticos dos quais não é possível fazer operação de resgate, mas não receberão novas aplicações ou aportes, conforme a Resolução CMN 4695/2018 e a Lista Exaustiva da Secretaria da Previdência publicada em 26/11/2018, e conforme ainda o item 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002666	11.010.779/0001-42	BRIDGE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA
2018/24830/002901	05.599.583/0001-32	INFRA ASSET MANAGEMENT LTDA
2018/24830/002669	15.403.817/0001-88	GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA

4. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, além de não estarem aderentes à Política de Investimentos do RPPS. As mesmas serão credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras de Fundos problemáticos, dos quais não é possível fazer operação de resgate, mas não receberão novas aplicações ou aportes, conforme a Resolução CMN 4695/2018 e a Lista Exaustiva da Secretaria da Previdência publicada em 26/11/2018, e conforme ainda o item 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002933	02.201.501/0001-61	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A
2018/24830/002898	28.048.783/0001-00	ELITE CCVM
2018/24830/002967	00.329.598/0001-67	FOCO DTVM LTDA.
2018/24830/002966	92.904.564/0000-77	ORLA DTVM S.A
2018/24830/002969	28.376.231/0001-13	LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002968	00.110.050/0001-03	PRIMA GESTÃO DE PRODUTOS

[Handwritten signature]

		DE RECURSOS S.A
201/24839/003908	00.806.535/0001-54	PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
2018/24830/002897	42.066.258/0002-11	RJI CTVM LTDA.
2018/24830/003977	11.886.095/0001-09	ELLEVEN GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24839/002668	08.964.545/0001-20	AQ3 ASSET MANAGEMENT LTDA.

5. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, conforme o Item 4.2 e 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002929	60.746.948/0001-12	BANCO BRADESCO S.A
2018/24830/002905	62.375.134/0001-44	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A DTVM
2018/24830/002899	01.181.521/0001-55	BANCO COOPERATIVO SICRED S.A.
2018/24830/003442	03.795.072/0001-60	CONFEDERAÇÃO SICREDI
2018/24830/002931	11.504.852/0001-32	NOVA SRM ADM. DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/003087	18.606.232/0001-53	REAG GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002684	19.182.613/0001-15	PHENON CAPITAL ADM. DE RECURSOS S.A.

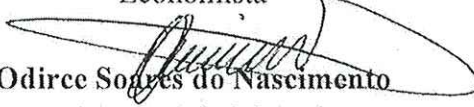
VI. ENCAMINHAMENTO: Submeter o presente documento à Presidência para decisão quanto à homologação dos credenciamentos.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião do Comitê de Investimentos foi encerrada, sendo esta Ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.


Ana Claudia Pereira da Cunha
Vice Presidente Executiva


Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho
Diretor de Previdência

Milene Martins Ramos
Economista


Odirce Soares do Nascimento
Assistente Administrativo

SGD: 2019/24839/010778

DESPACHO Nº 1366/2019/GABPRES

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2018, de 07 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.108,

CONSIDERANDO o disposto nos **Pareceres Dinvest/Análise de Credenciamento** constantes nos processo abaixo referidos, que atesta a regularidade da documentação apresentada pelos interessados em se tornar aptos ao credenciamento;

CONSIDERANDO o disposto na **Ata da 2ª Reunião do Comitê de Investimentos**, de 08 de maio de 2019, que lista as Instituições aptas ao credenciamento e que estão em conformidade com a Política de Investimentos de 2018 do Instituto;

RESOLVE:

HOMOLOGAR o credenciamento das instituições a seguir, para atuarem na Administração e Gestão de recursos do RPPS-TO pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar desta data.

PROCESSO	PARECER DINVEST Nº	CNPJ	INSTITUIÇÃO	TIPO
2018/24830/002962	015/2018	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	Administrador
2018/24830/003022	016/2018	10.231.177/0001-52	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Gestor
2018/24830/002934	013/2018	06.947.853/0001-11	J. SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA	Administrador
2018/24830/002935	014/2018	62.180.047/0001-31	J. SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA.	Gestor
2018/24830/002656	002/2018	60.701.190/0001-04	BANCO ITAU UNIBANCO S.A	Administrador
2018/24830/003441	017/2018	62.418.140/0001-31	ITAÚ DTVM S.A	Gestor
2018/24830/002963	020/2018	07.397.614/0001-06	BANCOOB DTVM LTDA	Administrador /Gestor
2018/24830/002667	003/2018	30.822.936/0001-69	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	Administrador /Gestor
2018/24830/002711	004/2018	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Administrador/Gestor
2018/24830/003019	025/2018	13.421.810/0001-63	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.	Administrador

2018/24830/003018	024/2018	10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.	Gestor
2018/24830/002964	002/2019	33.850.686/0001-69	BRB DTVM S.A	Gestor
2018/24830/002900	023/2018	59.281.253/0001-23	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM	Administrador
2018/24830/003976	022/2018	29.650.082/0001-00	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	Gestor
2018/24830/003975	001/2019	04.506.394/0001-05	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	Gestor
2018/24839/003978	021/2018	68.622.174/0001-20	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Gestor

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, aos 06 dias do mês de junho de 2019.

(assinado eletronicamente)
SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

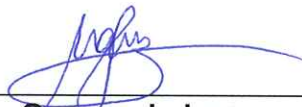
UNIDADE: DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

PROCESSO Nº: 2018/24830/003019

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2019 neste Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, procedemos ao encerramento do Processo nº. 2018/24830/003019 contendo 144 folhas no total, incluindo este Termo, em observância ao disposto na Portaria nº 63/2009, de 29 de julho de 2009.

Para constar, eu, Meire Gomes da Luz, subscrevo e assino.



Meire Gomes da Luz
Operador de Microcomputador
Matrícula nº 992814-1